



DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

O Conselho de Administração
delibera aprovar o Relatório
de Gestão e Contas do Exercício 2017.
09.03.2018

Teresa Helena Carvalhinhos

Luís Pereira

RELATÓRIO
DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO
2017

Índice

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	7
1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO).....	8
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	10
3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO.....	12
4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")	12
5. RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA.....	13
6. REMUNERAÇÕES.....	15
a) Órgãos sociais.....	15
b) Auditor externo.....	20
c) Restantes trabalhadores.....	20
7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP.....	21
a) Cartões de crédito.....	21
b) Despesas de representação pessoal.....	21
c) Despesas associadas a comunicações.....	21
d) Valor do combustível e portagens.....	22
8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS E CONFIDENCIAIS.....	22
9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES.....	23
10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	23
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	24
a) Aplicação das normas vigentes em 2017.....	24
b) Procedimentos internos.....	24
c) Atos ou contratos acima de 5 milhões de euros.....	24
12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS.....	24
13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS.....	25
14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO.....	26
15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....	28
16. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE.....	28
17. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	29
18. ARTIGO 35.º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO.....	30
19. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
4. PERFORMANCE DA DOCAPESCA.....	92
1. ASSESSORIA JURÍDICA E GESTÃO DOMINIAL.....	93

SV
 1

2. AUDITORIA E CONTROLO INTERNO.....	95
3. DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	97
4. INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO.....	108
5. INFORMÁTICA.....	114
6. EXPLORAÇÃO.....	115
7. FINANCEIRA.....	125
8. SISTEMAS.....	127
9. ESTATÍSTICA.....	128
10. RECURSOS HUMANOS.....	134
11. SEGURANÇA ALIMENTAR.....	141
12. CONTROLO ORÇAMENTAL E AVALIAÇÃO DE RISCO.....	143
5. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	145

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do setor das pescas e do mar que tem como grande objetivo contribuir, ativamente, para o desígnio nacional de transformar a Economia do Mar numa alavanca do desenvolvimento de Portugal. Através da promoção do mar e dos produtos da pesca, a empresa pretende cooperar para o objetivo do XXI Governo Constitucional, de atingir 5% de Valor Acrescentado Bruto da Economia do Mar no PIB Nacional, no final da legislatura.

Dando cumprimento às orientações de Sua Excelência a Ministra do Mar e consciente dos desafios do futuro próximo, centrados na reorganização institucional das políticas nacionais para o Mar, a empresa elegeu como referências os desafios da inovação, do crescimento e do desenvolvimento sustentável, a valorização do pescado, a internacionalização do setor e o reforço das condições de higiene e segurança alimentar.

O ano de 2017 revelou-se particularmente exigente, designadamente no que se refere ao comportamento evolutivo do negócio relacionado com o valor do pescado transacionado em lota que registou uma quebra de 3,1% face ao ano anterior, afetando negativamente o volume de negócios da empresa. Não obstante, manteve-se uma trajetória de crescimento sustentável, procurando-se igualmente reforçar as competências dos seus recursos humanos, para obter ganhos acrescidos de eficiência, eficácia e qualidade na prestação do serviço público.

O processo de certificação pela norma ISO NP EN 22000 de duas lotas em 2017 aliada à prossecução da metodologia de análise e controlo dos riscos sanitários associados a produtos alimentares (*Hazard Analysis of Critical Control Points – HACCP*) constituíram objetivos prioritários para a Docapesca, nos domínios da segurança e qualidade do pescado das lotas do continente, contribuindo para a sua valorização, a que se aliou o incremento das intervenções nas lotas, com vista à sua requalificação e cumprimento das medidas de Higiene e Segurança Alimentar.

O desenvolvimento destes processos organizativos constitui uma mais valia para empresa e principalmente para os seus clientes e demais *stakeholders*, traduzindo-se numa melhoria incontornável da garantia de qualidade e valorização económica dos produtos do setor da pesca.

A Docapesca, com o objetivo de promover um comércio mais justo que crie valor para o produtor, através da valorização/obtenção do melhor preço para os seus produtos, prosseguiu as ações de promoção dos circuitos comerciais curtos, com vista à criação da rede nacional de Cabazes do Mar, baseada nas melhores práticas dos projetos já existentes.

No âmbito do projeto do Comprovativo de Compra em Lota (CCL), o reforço das ações teve como principal objetivo a maior sensibilização do consumidor final para o consumo de espécies comercialmente menos valorizadas.

A Docapesca ao promover a inovação visa contribuir para um setor moderno e competitivo e para o equilíbrio das vertentes económica, social e ambiental das comunidades ligadas ao mar e às pescas.

No âmbito da sua atividade, a Docapesca transfere valor para o setor das pescas, promovendo parcerias com diferentes entidades e fomentando um maior envolvimento com as associações do setor e as organizações de produtores.

A transferência de valor para os seus setores de atividade, que a Docapesca tem vindo a impulsionar e que pretende reforçar, só é possível com uma organização sólida, do ponto de vista económico e financeiro, que possa contar com a qualidade e a excelência dos seus trabalhadores para a prossecução destes objetivos. Enquanto empresa do setor público empresarial, e tendo presente que está obrigada ao rigor orçamental e à apresentação de resultados positivos, a Docapesca, num contexto de mudança organizacional, tem vindo a melhorar a gestão de risco e o controlo interno, com vista a uma maior economia, eficácia e eficiência.

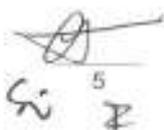
Prosseguiram-se os princípios da manutenção de regras de controlo e redução de custos. Estes processos têm vindo a ser acompanhados pela implementação de novas estratégias de intervenção, de novos sistemas organizacionais e identificação dos investimentos necessários. Em 2017, foi possível chegar a acordo extrajudicial em alguns dos processos de contencioso do ex-IPTM, o que permitiu alguns ganhos, e foi implementada uma abordagem sistemática para a cobrança de dívidas mais antigas.

No que respeita aos investimentos, que visam a melhoria dos portos de pesca e das lotas de Norte a Sul do país, apresentaram-se candidaturas ao MAR2020, já aprovadas, muitas delas em execução e algumas já concluídas.

Num contexto de descentralização e gestão de proximidade, salienta-se o reforço de relacionamento empreendido pela Docapesca junto dos Municípios, pela importância de que se reveste a transferência, ou gestão conjunta, das áreas da náutica de recreio e das frentes ribeirinhas, tendo sido apresentados às autarquias cerca de 7 propostas de contratos de gestão, uma das quais já foi para Visto do Tribunal de Contas e a maioria das outras encontra-se em fase avançada na negociação.

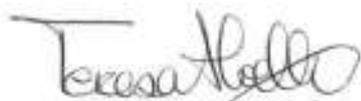
Na sua globalidade, a Docapesca encerrou o exercício com um resultado líquido de 1.533.883,38 euros, consolidando o seu capital próprio positivo e superior ao capital social realizado (15.158.803,41 euros), contribuindo para manter uma trajetória de crescimento sustentável e ausência de endividamento financeiro.

Reconhece-se que os recursos humanos da empresa são essenciais para o sucesso da organização e são o pilar fundamental que permitirá que a Docapesca contribua para o crescimento da Economia do Mar.



Por estas razões, a última palavra é dirigida a todos os trabalhadores da empresa, homens e mulheres, que com o seu profissionalismo e empenho contribuíram para que, mais uma vez, fossem alcançados bons resultados pela Docapesca em 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro
(Presidente)



Carlos Manuel Inácio Figueiredo

(Vogal)



Sérgio Miguel Redondo Faías

(Vogal)

2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A avaliação dos objetivos de gestão é habitualmente feita de acordo com os objetivos constantes dos contratos de gestão do Conselho de Administração. No entanto, uma vez que até à data ainda não foram assinados, será efetuada uma avaliação com base nos objetivos do PAO 2017 que foi aprovado pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 16 de agosto de 2017.

Os valores que se apresentam no Quadro 1 – Objetivos de Gestão, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos de gestão consideram toda a atividade da empresa, lotas e vendagem da empresa e a atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Quadro 1 - Objetivos de Gestão

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão 2017			
			Proposta	Executado	Execução percentual	Execução percentual ponderada
Indicadores financeiros		50,00%				49,38%
Eixo 4 - Volume de Negócios (€)	1)	10,00%	29.523.042	28.052.992	95,02%	9,50%
Eixo 4 - Peso dos CMV/MC+FSE+GcP no Volume de Negócios	2)	10,00%	71,4%	75,1%	94,82%	9,48%
Eixo 4 - FMP	3)	15,00%	35	28	122,22%	18,33%
Eixo 4 - Resultado líquido (€)	4)	15,00%	1.905.709	1.533.883	80,49%	12,07%
Indicadores de atividade	5)	50,00%				52,50%
Eixo 1 - Desenvolvimento Sustentável e Inovação		20,00%	100,00%	110,00%	110,00%	22,00%
Eixo 2 - Modernização, Qualidade e Segurança		15,00%	100,00%	111,00%	111,00%	16,65%
Eixo 3 - Desempenho Organizacional		10,00%	100,00%	76,00%	76,00%	7,60%
Objetivo 13 - Promover a gestão conjunta com os municípios		5,00%	100,00%	125,00%	125,00%	6,25%
Total		100,00%				101,89%

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços + 78 Outros Rendimentos e Ganhos

2) CMV/MC = Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas; FSE = Fornecimentos e serviços externos e GcP = Gastos com o pessoal. A rubrica Gastos com Pessoal não incorpora o valor referente às indemnizações por rescisão de contrato de trabalho por acordo mútuo.

3) FMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

5) Para cada indicador de actividade é estabelecido o objetivo anual de 100%.

O Quadro 1 demonstra que a Docapesca atingiu, na sua globalidade, os objetivos definidos, tendo os mesmos superado em 1,9% o planeado.

Em relação aos objetivos do Eixo 4 – Desempenho Económico e Financeiro, verifica-se que apenas o relativo ao Prazo Médio de Pagamentos foi atingido e largamente superado. Os restantes indicadores financeiros registam uma execução aquém do planeado.

Para a redução do Volume de Negócios concorreu a redução da atividade principal da empresa, a 1.ª venda de pescado em lota, o que produziu um forte impacto na redução do volume de negócios. Esta atividade, embora tenha representado uma melhoria no preço médio de venda do pescado (o que se traduz num ganho efetivo para o produtor), apresentou uma redução de 6,2 milhões de euros no valor do pescado transacionado em lota, quando comparado com o valor do ano transato.

A atividade da 1.ª venda de pescado foi fortemente condicionada quer pela existência de quotas e Totais Admissíveis de Captura (TAC) que têm reflexo na atividade da pesca, quer pelas condições atmosféricas que não foram favoráveis ao desenvolvimento desta atividade durante parte do ano.

Acresce ainda que neste modelo de apuramento do volume de negócios, onde se encontra adicionado às contas "Vendas" e "Prestações de serviços" o valor da conta "Outros rendimentos", não reflete apenas a atividade comercial da empresa, dado que incorpora registos que não dependem dessa atividade. Destes registos, o que tem maior peso é o relativo à depreciação de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

As variáveis atrás identificadas tiveram, em 2017, um comportamento substancialmente diferente daquele que havia sido previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2017. Aquando da realização daquele instrumento, foram incorporadas as orientações no sentido de aumentar o volume de negócios face ao ano de 2016. Ora, este ano apresentou um volume de negócios particularmente excepcional, quer pela via da atividade da 1.ª venda, quer pela via da incorporação de ativos, e conseqüente depreciação do subsídio não reembolsável, tendo sido incorporados todos os bens do ativo cujo investimento terminou no final de 2015 (fecho do Programa PROMAR).

A execução dos restantes indicadores financeiros em análise, peso dos gastos operacionais no volume de negócios e o resultado líquido, decorre da execução do volume de negócios e, conseqüentemente, também apresentam uma execução inferior ao planeado. Importa aqui salientar que, apesar do peso dos gastos operacionais no volume de negócios ser superior ao planeado, a execução destes gastos foi inferior aos valores planeados (-406 mil euros).

Ao nível da execução dos indicadores de atividade, realça-se que a maioria dos indicadores revelou um desempenho acima do previsto. Apenas ao nível do Eixo 3 – Desempenho organizacional, o indicador "Taxa de redução do valor em subcontratação de pessoal" tem uma execução de 0%. Esta situação decorre do facto de a empresa não ter autonomia para contratar trabalhadores para substituir aqueles que saíram por motivo de rescisão ou por reforma. Assim, para suprir estas necessidades, a empresa recorre aos serviços de empresas de mão de obra do exterior. Em 2017, a Docapesca efetuou 1 pedido de autorização para contratação de 20 trabalhadores para a área de exploração. Só após ter recebido a autorização é que a empresa procedeu à respetiva contratação, o que só teve lugar em setembro (16), outubro (2) e novembro (2). Foram ainda contratados 10 trabalhadores (7 técnicos superiores e 3 técnicos) relativamente a 2 pedidos efetuados e autorizados em 2016, cujos despachos de autorização foram recebidos nesse ano.

A execução do plano de investimentos, no seu conjunto, foi de 45%, tendo ficado aquém do previsto, conforme demonstra o Quadro 2 – Investimentos 2017. A reduzida taxa de execução da Plano de Investimentos resulta em parte da data de aprovação do PAO 2017 (em agosto de 2017), bem como à abertura tardia dos avisos do Programa Mar2020 e ao prazo alargado para a aprovação dos projetos candidatados.

Quadro 2 - Investimentos 2017

Investimentos Correntes			
	Orçamento	Real	Desvios
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte	126.220	46.426	-79.794
Direção de Lotas e Portos de Pesca de Matosinhos	172.100	73.216	-98.884
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	175.227	108.010	-67.217
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	163.280	134.411	-28.869
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	194.400	116.063	-78.337
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	570.190	342.677	-227.513
Projetos - Sede	385.308	45.556	-340.749
SUB-TOTAL	1.787.725	866.562	-921.163
Investimentos Específicos			
	Orçamento	Real	Desvios
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte	686.000	567.332	-107.668
Direção de Lotas e Portos de Pesca de Matosinhos	537.743	487.720	-50.023
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	240.750	24.619	-216.131
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	386.000	209.183	-176.817
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	226.270	13.071	-213.199
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	2.558.890	821.512	-1.736.378
Projetos - Sede	313.258	0	-313.258
SUB-TOTAL	4.958.911	2.143.437	-2.815.474
TOTAL	6.746.636	3.009.999	-3.736.637

Conforme previsto no PAO 2017, a empresa não recorreu a endividamento, tendo utilizado pontualmente a linha de descoberto bancário, conforme descrito no ponto seguinte.

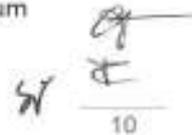
No final de 2017, o número de recursos humanos na empresa, incluindo os membros do Conselho de Administração, era 489. Em comparação com os 510 previstos no orçamento, constatamos que a execução foi substancialmente diferente, uma vez que, apesar de terem entrado 35 trabalhadores devidamente autorizados pela tutela, dos quais 4 entraram com acordos de cedência de interesse público, saíram 27.

2. Gestão do risco financeiro

A Docapesca não detém ativos financeiros, com exceção do relativo ao Fundo de Compensação de Trabalho. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013. Durante o período de 2009 a 2013, a utilização do crédito bancário de curto prazo foi regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria.

Foi feita uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um



descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de Junho de 2015, com possibilidade de renovação automática por períodos sucessivos de 90 dias, salvo denúncia de qualquer das partes comunicada à outra por escrito com uma antecedência mínima de 15 dias de calendário relativamente ao termo do prazo.

A contratação deste financiamento destina-se a assegurar o pagamento de projetos de investimento com comparticipação comunitária, até que sejam pagas as referidas comparticipações.

No final de 2015, a Docapesca denunciou o contrato referente à conta corrente caucionada de 750 mil Euros, mantendo apenas o descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil euros.

A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma atividade de lotas e vendagem (serviços de apoio à pesca) com recursos financeiros em vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde ainda se efetuam pagamentos correspondentes à "produção" das embarcações de pesca e cobranças de compradores de pescado locais com recurso a cheques e numerário. Para otimizar esses recursos, a Empresa utiliza o *Cash Pooling* bancário.

A Docapesca centralizou o processo de pagamentos na sede da empresa, utilizando preferencialmente as transferências bancárias, com o acordo dos armadores e fornecedores. Também a maior parte dos compradores de pescado a crédito efetuam os seus pagamentos por transferência bancária.

Sublinha-se o facto de, no decurso dos anos de 2012 a 2014, a Docapesca ter constituído excedentes de tesouraria, resultantes do baixo nível de investimento realizado nestes anos, que aplicou no IGCP.

Em 2015, a Docapesca recorreu pontualmente à utilização do descoberto bancário, especialmente para fazer face ao elevado nível de investimento realizado no ano, com particular incidência no 2.º semestre, para cumprimento dos projetos financiados pelo Programa Promar, condição indispensável para beneficiar dos subsídios não reembolsáveis.

Em 2017, a Docapesca recorreu ao descoberto bancário apenas uma vez.

De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento:

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	3.173,59 €	4.121,00 €	6.040,99 €	23.402,96 €	45.423,10 €
Taxa Média de Financiamento (%)	63471,80%	6,79%	87,41%	15,79%	8,94%

O acréscimo desmesurado da taxa média de financiamento "all in cost", em 2017, deveu-se à introdução e reforço de custos relacionados com comissões de gestão, renovação e imobilização cobrados pelas instituições financeiras, associado à quase total ausência de utilização do financiamento bancário.

Assim, fará mais sentido apresentar a taxa média de endividamento que a Docapesca usufrui caso necessite de utilizar o descoberto bancário.

Período	Taxa média anual de financiamento	Despesa financeira suportada	Contas fin. c/ juros ao título de crédito	Financiamento médio
2012	4,09%	41.882,00 €	34.184,00 €	1.018.577,00 €
2013	2,86%	13.037,00 €	30.386,00 €	588.289,00 €
2014	1,87%	4.157,41 €	19.245,55 €	148.193,00 €
2015	2,58%	116,00 €	5.883,00 €	8.911,00 €
2016	2,50%	1.917,23 €	2.604,20 €	60.662,74 €
2017	2,50%	48,55 €	5.125,04 €	- €

Em 2017, como se pode ver no quadro atrás apresentado, a empresa quase não recorreu ao descoberto bancário, pelo que os gastos foram consideravelmente reduzidos.

3. Limite de crescimento do endividamento

A Docapesca não tem endividamento conforme se encontra evidenciado no quadro abaixo.

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 2017/2016	
	Valores					Valor	%
Financiamento Remunerado: (Corrente e Não Corrente)	- €	- €	- €	- €	334.970,00 €	0	n.a.
- do qual concedido pela DGT	- €	- €	- €	- €	- €	0	n.a.
Aumento de Capital por dotação	- €	- €	- €	- €	- €	0	n.a.
Aumento de Capital por conversão créditos	- €	- €	- €	- €	- €	0	n.a.
Endividamento Ajustado	- €	- €	- €	- €	334.970,00 €	0	n.a.

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) e atrasos nos pagamentos ("Arrears")

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, evoluiu, de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017, conforme explicitado no quadro seguinte:

br


PMP	2017	2018	Variação 2017/2018	
			Valor	%
Prazo (dias)	28	38	-10	-26,3%

No final de 2016, e com particular incidência no último mês, registou-se um atraso na receção das faturas dos fornecedores, tendo muitas delas dado entrada na empresa já no início de 2017, o que impossibilitou o seu registo e respetivo pagamento antes do final do ano. Este facto, aliado ao maior investimento realizado no final do ano, resultou num aumento do número de dias do PMP em 31 de dezembro de 2016. Esta situação não se verificou no final de 2017, tendo a Docapesca empreendido esforços ao longo de todo o ano visando o cumprimento das orientações e a redução do seu prazo médio de pagamento a fornecedores.

Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 55-A/2011			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	833.696,88 €	- €	- €	- €	- €
Aq. de Capital	421.762,92 €	- €	- €	- €	- €
Total	1.255.459,80 €	- €	- €	- €	- €

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.

5. Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral que aprovou as Contas de 2016, realizada em 23 de junho de 2017, o acionista Estado deliberou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2016, atentas as reservas e a ênfase expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

- (i) Dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo n.º 33.º do Estatuto do Gestor Público, relativamente ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço;
- (ii) Dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo n.º 124.º do Decreto-Lei n.º 25.º, de 3 de março de 2017, relativamente aos gastos com comunicações, deslocações/alojamento e ajudas de custo;
- (iii) Elaborar o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, com vista à sua divulgação interna e disponibilização no respetivo sítio da internet;

si 

- (iv) Concluir o processo de integração dos bens patrimoniais e dominiais anteriormente detidos pelo extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., no sentido de suprir a reserva emitida pelo Fiscal Único.

As diligências tomadas pela Docapesca no sentido de ir ao encontro das recomendações do acionista, foram as seguintes:

- (i) Relativamente ao disposto no n.º 3 do artigo n.º 33.º do Estatuto do Gestor Público, foi feito um esforço de contenção com os gastos de combustível e portagens por parte dos membros do Conselho de Administração. Neste sentido, os gastos realizados pelos membros do Conselho de Administração neste âmbito ficaram abaixo dos limites anuais, com exceção do Eng.º Sérgio Faias, que ultrapassou esse limite. No entanto, este facto justifica-se uma vez que o vogal detém o pelouro das Direções de Lotas e Portos de Pesca, que têm estabelecimentos desde Caminha (no Minho) a Vila Real de Santo António (no Algarve), bem como da Direção de Infraestruturas e Manutenção, direção responsável pelos investimentos realizados em todos os estabelecimentos. Decorrente da dispersão geográfica dos estabelecimentos e da necessidade de acompanhar as Direções de Lotas e Portos de Pesca assim como os investimentos que aí são realizados, foi ultrapassado o limite fixado para o plafond.
- (ii) Relativamente aos gastos com comunicações, deslocações/alojamento e ajudas de custo; a Docapesca deu cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo n.º 124.º do Decreto-Lei n.º 25.º, de 3 de março de 2017, mantendo o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, abaixo dos registados em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Gastos previstos no n.º 4 do artigo n.º 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017 (DLEO)	2017 Exec.	2016 Exec.
1. Gastos com Comunicações (FSE)	155.362,70 €	157.493,56 €
2. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	18.417,36 €	27.091,67 €
3. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	15.237,45 €	17.805,14 €
4. Gastos com as viaturas	172.314,19 €	194.938,78 €
Total = 1 + 2 + 3 + 4:	361.331,69 €	397.319,15 €

- (iii) A Docapesca cumpriu a recomendação e elaborou o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, relativo ao ano de 2016, de acordo com o estabelecido no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março. O relatório foi aprovado em Conselho de Administração em 4 de agosto de 2017, foi divulgado internamente e encontra-se disponível para consulta no sítio na Internet da Docapesca em

W



<http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html>, no separador Plano para a Igualdade e não Discriminação na Docapesca.

- (iv) No que respeita ao processo de integração dos bens patrimoniais e dominiais anteriormente detidos pelo extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., no sentido de suprir a reserva emitida pelo Fiscal Único, em 2016, a empresa já havia procedido, em 2016, integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária. Em relação aos restantes bens patrimoniais e dominiais, a Docapesca enviou um ofício à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre a avaliação, uma vez que o Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, no n.º 2 do artigo 15.º - Identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos estipula que "O património do IPTM, I.P., e os bens dominiais que lhe estão afetos, que transitam e ficam afetos à Docapesca nos termos previstos nos artigos 3.º e 4.º, são sujeitos a avaliação promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e aprovada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do mar, no prazo referido no número anterior.º. Até ao momento ainda não foi recebida qualquer resposta da DGTF relativamente a esta matéria.

6. Remunerações

a) Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2 de junho de 2015 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca, tendo os valores das senhas de presença a atribuir aos membros da mesa da Assembleia Geral os valores apresentados no quadro seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	500,00
2015-2017	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	425,00
2015-2017	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	350,00

No entanto, conforme resultou da referida Assembleia Geral, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo n.º 256.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, até decisão de revogação do procedimento por défices excessivos a que Portugal se encontra sujeito nos termos da legislação da União Europeia, mantêm-se em vigor todas as medidas e efeitos de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação, que se encontrassem dependentes da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e/ou do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, nas suas diversas fases.

W 

Assim, o montante a auferir efetivamente pelos membros dos órgãos sociais eleitos não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º16/2012, de 14 de fevereiro.

Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2015-2017

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	505,85	505,85
2015-2017	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	304,43	0,00
2015-2017	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	259,33	0,00
				505,85

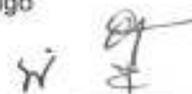
As remunerações apresentadas correspondem ao pagamento da Assembleia Geral (AG) realizada em 23 de junho de 2017. A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu a exoneração do cargo, em 13 de dezembro de 2016, por estar a desempenhar as funções de Chefe de Gabinete no Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Pescas. O pedido foi aceite pela Senhora Ministra do Mar em 16 de dezembro de 2016., não tendo ainda ocorrido a eleição para o cargo. A Secretária não esteve presente na reunião por motivo de doença.

Conselho de Administração

Mandato 2016-2018

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPSLC			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Serviço	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (OC)	
2016-2018	Presidente	Teresa Alexandra Meira Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	DUE	23-05-2016	Não	n.a.	D.	1
2016-2018	Vogal	Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 21/03/2017)	DUE	23-05-2016	Não	n.a.	D.	1
2016-2018	Vogal	Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 08-09-2017)	DUE	08-09-2017	Não	n.a.	D.	1
2016-2018	Vogal	Sérgio Miguel Redondo Faria	DUE	23-05-2016	Não	n.a.	D.	1

Através do Despacho n.º 2740-D/2017, de 30 de março, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 65 – 31 de março de 2017, foi designada, em regime de substituição a vogal executiva da Docapesca, Licenciada Maria José Rocha Peixoto de Moura para exercer o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.. Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, e através de Deliberação Social Unânime por Escrito, elegeu-se o Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2016-2018. O vogal foi ainda designado, nos termos do n.º 4 do artigo



31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1% do ativo líquido.

Membro do CA	A acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Sérgio Miguel Redondo Fialas	Assembleia Municipal de Seiximbra	Deputado Municipal	Público
Sérgio Miguel Redondo Fialas	Circosimbra – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Incapacitados de Seiximbra, C.R.L.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
Sérgio Miguel Redondo Fialas	Liga dos Amigos de Seiximbra	Presidente de Assembleia Geral	Privado
Carla Manuel Inácio Figueiredo	ECTE - I.L.	Docente	Público

Na Deliberação Unânime Social por Escrito (DUE) de 23 de maio de 2016 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca e por aplicação das regras remuneratórias associadas à classificação C, atribuída à Docapesca, os membros do Conselho de Administração aufeririam os valores apresentados no quadro seguinte:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	S	C	4.578,20 €	1.831,28 €
Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 31/03/2017)	S	C	3.682,56 €	1.465,02 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 06-06-2017)	S	C	3.682,56 €	1.465,02 €
Sérgio Miguel Redondo Fialas	S	C	3.682,56 €	1.465,02 €

Todavia, conforme descrito na DUE, durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), são prorrogados, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (Decreto-Lei de execução do Orçamento de Estado para 2016) os efeitos temporários das normas e medidas seguintes:

- i) Aplicação das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas;
- ii) Não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, conforme medida também prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; e
- iii) A remuneração a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não pode exceder o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo da opção pela remuneração do lugar de origem.

Assim, o montante a auferir efetivamente pelos membros dos Conselho de Administração eleitos:

Si 

Presidente – A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal ilíquido de 3.719,08 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;

– O abono para Despesas de Representação de 1.301,68 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

Vogais – A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal ilíquido de 3.233,98 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;

– O Abono para Despesas de Representação de 970,20 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

A estes valores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Teresa Alexandra Mica Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	67.687,23 €	- €	67.687,23 €	3.384,36 €	64.302,87 €
Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 31/03/2017)	21.101,75 €	- €	21.101,75 €	1.055,09 €	20.046,66 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 08-06-2017)	30.273,61 €	- €	30.273,61 €	1.513,88 €	28.759,73 €
Sérgio Miguel Redondo Faleiro	56.918,83 €	- €	56.918,83 €	2.845,94 €	54.072,89 €
			175.981,42 €	8.799,07 €	167.182,35 €

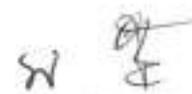
(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

O cálculo da redução remuneratória foi feito de acordo com art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2017, não foram pagos, aos membros do Conselho de Administração da Docapesca, quaisquer montantes por outras sociedades nem foi atribuída qualquer remuneração a título de participação nos lucros ou quaisquer outros prémios.

Acresce ainda que em 2017 não foram atribuídos prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração da Docapesca.



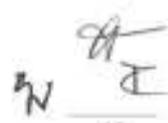
Membro do CA (Nome)	Ganhos Sociais							
	Subsídio de Refeição		Regime de Refeição Social		Cargos Anuais Seguro de Saúde	Cargos Anuais Seguro de Vida	Cargos Anuais Seguro Acidentes Náuticos	Cargos Anuais Seguro Acidentes Trabalho
	Valor (€)	Montante pag. Anual	Identical	Cargos Anuais				
Teresa Alexandra Mica Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	10,00 €	1.070,00 €	Segurança Social	15.189,92 €	274,90 €	n.a.	68,00 €	382,82 €
Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 31/03/2017)	4,52 €	394,78 €	Caixa Geral Aposentações	2.990,20 €	67,04 €	n.a.	30,22 €	183,11 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 08-06-2017)	4,52 €	422,77 €	Caixa Geral Aposentações	7.791,40 €	155,28 €	n.a.	31,70 €	382,70 €
Sérgio Miguel Redondo Faria	4,52 €	698,77 €	Caixa Geral Aposentações	12.185,97 €	274,90 €	n.a.	68,00 €	460,56 €
		3.204,95 €		38.377,52 €	772,12 €	n.a.	198,00 €	1.031,29 €

Nota: O valor do subsídio de refeição pago em janeiro de 2017 corresponde aos valores realizados em dezembro de 2016 do ano anterior. Assim, nos casos dos Vogais do Conselho de Administração, o valor do subsídio pago em janeiro foi de 4,27 euros.

Membro do CA (Nome)	Ganhos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Categoria de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Térmo	Valor da Renda Mensal	Ganho Anual com Rendas	Prestações Contratadas Retrospectivas
Teresa Alexandra Mica Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	B	N	38.980,95 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 31/03/2017)	B	N	29.900,00 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 08-06-2017)	B	N	29.900,00 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faria	B	N	40.000,00 €	Aquisição	2000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Teresa Alexandra Mica Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	306,90 €	3.866,78 €	3.048,19 €	n.a.	- €	7.021,87 €
Maria José Rocha Peixoto de Moura (até 31/03/2017)	61,90 €	52,00 €	175,70 €	n.a.	- €	279,60 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo (a partir de 08-06-2017)	173,00 €	115,00 €	163,15 €	n.a.	- €	451,15 €
Sérgio Miguel Redondo Faria	306,90 €	628,00 €	1.712,84 €	n.a.	- €	2.647,74 €
						10.400,36 €

Os gastos relacionados com deslocações em serviço correspondem por um lado, ao acréscimo de deslocações necessárias para acompanhar as atividades tradicionais da Docapesca e as integradas do IPTM, dada a elevada dispersão geográfica da Docapesca no território continental de Portugal e, por outro lado, importa referir que se realizaram diversas ações relacionadas com a internacionalização da empresa.



Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único
Mandato 2015-2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROCC/ROCC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2015-2017	Fiscal Único	RCA - Rosa, Correia & Associados SROC, S.A.	143	20161455	AG	02-05-2015	21-05-2015	5	3
2015-2017	Efectivo	Paulo Fernando de Silva Pereira	001	20160646					
2015-2017	Suplente	Gabriel Correia Alves	704	20160417					

Nome ROOFU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
RCA - Rosa, Correia & Associados SROC, S.A.	13.620,00 €	- €	13.620,00 €	Taxa supervisão auditoria	60,00 €	- €	60,00 €

b) Auditor externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.	191	20161491	30-06-2017	187 dias	1	1
Vitor Manuel Batista de Almeida	691	20160331				

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.	10.780,00 €	- €	10.780,00 €	n.a.	- €	- €	- €

A contratação do auditor externo da Docapesca é feita através de um procedimento de contratação pública na plataforma eletrónica VortalGOV. O procedimento, que teve lugar em 2017, foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para o ano de 2017. Foram convidadas a apresentar proposta dez empresas de auditoria, DFK & Associados, SROC, Lda, Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda, PKF & Associados - SROC, Lda, ABC – Azevedo Rodrigues, Batalha e Costa, SROC, Lda, J. Rito & Associada, SROC, Lda, Mazars & Associadaos, SROC, SA, Deloitte & Associados, SROC, SA, KPMG & Associados, SROC, SA, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA e a Calano Pereira, António e José Reimão, SROC. e foi escolhida a Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda, cuja proposta apresentava o preço mais baixo.

c) Restantes trabalhadores

No que respeita às orientações sobre as remunerações dos trabalhadores contidas na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, designadamente nos seguintes aspetos:



- nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, não houve valorizações remuneratórias para os trabalhadores da empresa;
- n.º 2 do artigo 21.º - reposição do disposto no instrumento de regulamentação coletiva do trabalho da Docapesca em matéria de subsídio de refeição, trabalho extraordinário ou suplementar e trabalho noturno;
- n.º 3 do artigo 21.º — reposição em 50 %, a partir de julho de 2017, dos direitos adquiridos do instrumento de regulamentação coletiva do trabalho da Docapesca, sem efeitos retroativos;
- n.º 1 do artigo 24.º - o pagamento do subsídio de Natal foi efetuado nos seguintes termos seguintes: 50 % no mês de novembro e os restantes 50 % em duodécimos, ao longo do ano.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP

a) Cartões de crédito

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa.

b) Despesas de representação pessoal

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 1 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas associadas a comunicações

Nos termos dos números 3 e 4 do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, e conforme fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito de 23 de maio de 2016, o abono máximo para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet não pode exceder € 80,00. Na Docapesca foi fixado o plafond mensal de 75 euros para comunicações móveis efetuadas pelos membros do Conselho de Administração, não sendo abonado qualquer montante para as restantes comunicações mencionadas. Assim, os gastos com comunicações foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	75,00 €	853,93 €	
Maria José Rocha Peixoto de Moura	75,00 €	219,67 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	75,00 €	38,96 €	
Sérgio Miguel Redondo Faias	75,00 €	397,27 €	
		1.509,83 €	

d) Valor do combustível e portagens

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viagens (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro	325,43 €	2.141,35 €	1.069,56 €	3.210,90 €	
Maria José Rocha Peixoto de Moura	242,55 €	324,63 €	50,50 €	374,93 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	242,55 €	262,70 €	256,25 €	518,95 €	
Sérgio Miguel Redondo Faias	242,55 €	2.495,27 €	1.351,78 €	3.847,05 €	
				7.851,83 €	

Os gastos relacionados com combustíveis e portagens, conforme já atrás foi referido para as deslocações em serviço, correspondem ao acréscimo de deslocações necessárias para acompanhar as atividades tradicionais da Docapesca e as integradas do IPTM, que têm elevada dispersão geográfica no território continental de Portugal.

Em 2017, os gastos com combustível e portagens dos membros do Conselho de Administração ficaram abaixo do plafond, exceto no caso do Eng.º Sérgio Faias que detém o pelouro das Direções de Lotas e Portos de Pesca, que têm estabelecimentos desde Caminha (no Minho) a Vila Real de Santo António (no Algarve), bem como da Direção de Infraestruturas e Manutenção, direção responsável pelos investimentos realizados em todos os estabelecimentos. Decorrente da dispersão geográfica dos estabelecimentos e da necessidade de acompanhar as Direções de Lotas e Portos de Pesca assim como os investimentos que aí são realizados, foi ultrapassado o limite fixado para o plafond.

8. Despesas não documentadas e confidenciais

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com o disposto no art.º 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.



 22

9. Relatório sobre remunerações

Foi elaborado o primeiro relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres de acordo com o determinado no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Este primeiro relatório incidiu sobre o ano de 2016 e foi aprovado pelo Conselho de Administração a 4 de agosto de 2017.

O relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, depois de aprovado, foi divulgado internamente e encontra-se disponível para consulta no sítio na Internet da Docapesca em <http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html>, no separador Plano para a Igualdade e não Discriminação na Docapesca.

Para além do relatório sobre remunerações, em 2012, a empresa elaborou o primeiro Plano para a Igualdade de Género, plano esse que foi revisto em 2013. O Plano para a Igualdade de Género da Docapesca é sujeito a monitorizações (inicialmente com periodicidade semestral e atualmente anual) cujos relatórios também se encontram disponíveis para consulta no sítio da internet da Docapesca.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A Docapesca aprovou em 2010 um Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção. A empresa tem vindo a dar cumprimento à Recomendação n.º 1/2009 e ao disposto no artigo 46.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, elaborando os Relatórios Anuais de Execução do Plano de Prevenção dos Riscos da Corrupção, que remete às entidades com competências na matéria.

Este plano contemplava as orientações da recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente em matéria de conflito de interesses.

Em 2015, a empresa aprovou um Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas), dando cumprimento às orientações da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Estas orientações foram reforçadas pela aprovação do novo regime do setor público empresarial, que determina que as empresas públicas cumpram a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar, anualmente, um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências.

A Docapesca assumiu como prioridade o compromisso de reduzir os riscos existentes como um processo contínuo, tendo adotado, para o efeito, mecanismos que permitam identificar e gerir os riscos de forma pró-ativa, promovendo um equilíbrio eficiente entre os ganhos de oportunidades e a minimização de vulnerabilidades e perdas.

Em 2016, a Docapesca produziu o primeiro relatório sobre a execução anual do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, relatório esse que se encontra disponível para consulta no sítio da internet da empresa.

Em 2017, foi elaborado o segundo relatório sobre a execução anual e, decorrente da alteração da estrutura organizacional aprovada em setembro de 2016, foi, em simultâneo, efetuada a adequação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

11. Contratação pública

a) Aplicação das normas vigentes em 2017

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subseqüentes alterações.

b) Procedimentos internos

A Empresa dispõe de um Manual de Procedimentos de Compras para a contratação de bens e serviços desde fevereiro de 2011. Este manual não foi ainda sujeito a revisão, mas foram aprovadas as minutas para a elaboração das informações de início de procedimento e os fluxogramas dos procedimentos mais utilizados.

O Manual de Procedimentos da Docapesca inclui um procedimento geral transversal relativo à contratação pública.

A Direção de Assessoria Jurídica e Gestão Dominial preparou um conjunto de minutas de acordo com o CCP para todas as fases dos procedimentos de contratação pública. Todos os procedimentos de contratação pública feitos na empresa são sujeitos a uma revisão efetuada por esta direção, de modo a aferir se estão cumpridas todas as formalidades legais e se os processos não enfermam de algum vício.

Estes procedimentos foram, entretanto, atualizados de modo a ir ao encontro das normas presentes na revisão do CCP (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto), que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018. Foram também realizadas diversas ações de formação, envolvendo um elevado número de técnicos superiores dos quadros da empresa, no âmbito da revisão do CCP.

c) Atos ou contratos acima de 5 milhões de euros

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A Docapesca aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Em 2015, a Docapesca participou num procedimento agregado para a aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento e de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pela ESPAP - Entidade Serviços Partilhados da Administração Pública, conjuntamente com outras entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Sector Empresarial do Estado, tendo como objetivo obter maiores descontos nos abastecimentos efetuados para a Docapesca.

Resultou desse procedimento a assinatura de dois contratos com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Docapesca aderiu voluntariamente ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.

W
E
24

13. Medidas de redução de gastos operacionais

PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(D) EBITDA	5.604.506,99 €	6.019.333,67 €	5.354.606,00 €	- 414.626,68 €	-6,89%
(1) OJNMC	- 1.245.297,99 €	1.094.499,24 €	1.201.128,06 €	- 49.192,06 €	-4,40%
(2) FSE	8.570.100,55 €	8.894.510,77 €	8.889.068,31 €	- 234.410,22 €	-2,66%
(3) Gastos com pessoal corrigidos dos encargos (i), (ii) e (iii)	11.013.141,38 €	11.181.144,02 €	11.059.768,03 €	- 168.003,24 €	-1,50%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	190.000,00 €	391.184,00 €	74.322,37 €	- 201.184,00 €	-51,43%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	119.047,29 €	68.038,89 €	20.959,62 €	48.008,40 €	68,15%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LDE 2017	145.657,39 €	- €	- €	145.657,39 €	100,00%
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	20.828.539,09 €	21.085.144,03 €	21.345.964,40 €	- 451.825,54 €	-2,14%
(5) Volume de negócios (V ₂₀₁₇) ^{b)}	28.052.901,58 €	29.576.317,07 €	28.402.483,99 €	- 1.523.325,40 €	-6,16%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	73,53%	71,27%	75,16%	2,26%	3,17%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	105.862,70 €	157.495,96 €	158.893,51 €	- 2.130,86 €	-1,35%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	18.417,35 €	27.081,07 €	22.943,42 €	- 3.637,32 €	-21,00%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G. c/ Pessoal)	15.237,45 €	17.805,14 €	14.592,48 €	- 2.597,93 €	-14,42%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	172.314,19 €	194.938,76 €	195.088,59 €	- 22.624,59 €	-11,61%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	361.331,69 €	397.319,15 €	391.997,99 €	-35.967,46 €	-9,06%
Número Total de RH ((OS+CD)+Trabalhadores)	489	481	488	8	1,65%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	2	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	18	18	20	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	468	460	466	8	1,74%
N.º Trabalhadores/N.º CD	26,00	25,56	23,30	0,44	1,74%
N.º de viaturas	39	50	50	-11	-22,00%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (OJNMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LDE 2017.

b) O volume de negócios não inclui subsídios à exploração, indemnizações compensatórias. O seu cálculo foi obtido a partir do somatório das contas 71-Vendas, 72-Prestações de Serviços e 79-Outros Rendimentos.

c) Os gastos com as viaturas incluem rendas/ amortizações, inspeções, seguros, partagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

As orientações contidas no artigo 124.º - Gastos operacionais das empresas públicas, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Decreto-Lei de Execução Orçamental), que se aplicam à Docapesca são as que decorrem:

- Do n.º 1 – "...as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016...";
- Do n.º 4 – "...devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016: a) Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado; b) O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel."


 25 25

Em relação à primeira orientação, dos dados apresentados no quadro Plano de Redução de Custos, é possível verificar que, apesar de se ter registado uma diminuição nos gastos operacionais, também se registou uma redução no valor do volume de negócios. No entanto, esta redução foi superior à verificada nos gastos operacionais, razão pela qual não ocorreu uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Conforme referido no ponto 1 deste relatório, o modelo de apuramento do volume de negócios, onde se encontra adicionado às contas "Vendas" e "Prestações de serviços" o valor da conta "Outros rendimentos", não reflete apenas a atividade comercial da empresa, dado que incorpora registos que não dependem dessa atividade. Destes registos, o que tem maior peso é o relativo à depreciação de subsídios ao investimento não reembolsáveis e em 2016 houve um montante relevante de incorporação de bens do ativo cujo investimento terminou no final de 2015 (fecho do Programa PROMAR). Para além desta situação, o ano de 2016 apresentou um volume de negócios particularmente excepcional, especialmente devido à atividade da 1.ª venda de pescado. Já o ano de 2017 teve uma redução de 6,2 milhões de euros no valor do pescado transacionado em lota, quando comparado com o valor do ano transato.

Apesar de se ter verificado que o objetivo de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios não foi atingido, salienta-se o esforço realizado pela empresa para a contenção de gastos, o que se pode observar nos valores do ano de 2017 das contas "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", "Fornecimentos e serviços externos" e "Gastos com o pessoal". Efetivamente, todas estas contas apresentam valores inferiores aos realizados em 2016, com especial destaque para a conta de "Fornecimentos e serviços externos" que registou uma diminuição de 234 mil euros.

No que se refere à segunda orientação, que se decompõe em duas, podemos constatar que a empresa cumpriu ambas, ou seja:

- houve uma redução efetiva dos gastos com o pessoal (de € 11.181.144,62 em 2016 para € 11.013.141,38 em 2017), após correção dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado;
- o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel registado em 31 de dezembro de 2017 foi inferior ao registado a 31 de dezembro de 2016 (de € 397.319,15 em 2016 para 361.331,69 em 2017).

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Pelo Despacho n.º 588/16-SEATF, de 23 de junho, o Secretária de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, para os anos 2016 e 2017, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados. No entanto, no mesmo parecer, o

Conselho de Administração do IGCP afirmou ser seu entendimento que a Docapesca deve promover um ajustamento gradual e progressivo do funcionamento dos portos e lotas para que seja possível a utilização dos serviços bancários disponibilizados pela tesouraria do Estado.

Para ir ao encontro do parecer do Conselho de Administração do IGCP, a Docapesca tem vindo a desenvolver esforços no sentido de aumentar a utilização dos serviços disponibilizados por aquele instituto. No entanto, tendo em consideração a elevada dispersão geográfica das tesourarias da empresa e a necessidade de assegurar a gestão centralizada dos recursos financeiros da empresa, a Docapesca utiliza serviços da Banca Comercial que ainda não se encontram disponíveis no IGCP, designadamente a possibilidade de efetuar depósitos diariamente com a garantia de que esses fundos ficam disponíveis no próprio dia (depósitos em numerário) ou no dia útil seguinte (depósitos em cheque), o serviço de *cash-pooling* e a possibilidade de não ter um limite diário para o número transferências bancárias a realizar.

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 28.º do RJSPE, a Docapesca prestou a informação à DGTF, através do formulário SIRIEF para o efeito, sobre os montantes e as entidades em que se encontrem aplicadas as suas disponibilidades, incluindo receitas próprias, independentemente da sua origem ou natureza.

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA	2.717,99 €	7.915,47 €	7.863,47 €	7.811,47 €
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	155.618,10 €	726.135,51 €	255.129,26 €	186.293,28 €
BANCO POPULAR PORTUGAL, SA	13.185,57 €	12.559,82 €	12.559,82 €	12.559,82 €
BANCO BPI, SA	330.810,79 €	491.155,80 €	258.744,77 €	292.368,89 €
CAIXA CENTRAL DE CREDITO AGRÍCOLA MÚTUO	426.808,84 €	686.118,94 €	438.421,40 €	346.695,27 €
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	62.677,70 €	20.862,05 €	34.349,08 €	26.501,61 €
CAIXA ECONOMICA MONTEIRO GERAL	20.114,13 €	84.495,28 €	85.575,23 €	4.297,35 €
NOVO BANCO, SA	43.653,99 €	16.018,60 €	16.986,39 €	15.952,18 €
Total	1.056.585,11 €	2.045.251,37 €	1.098.528,42 €	892.449,87 €
Juros auferidos**	- €	4,06 €	- €	- €

** - Juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC.

A Docapesca manteve, ao longo do ano de 2017, os seus excedentes de tesouraria na conta do IGCP e aumentou consideravelmente os movimentos efetuados a partir desta conta, movimentando apenas as contas na banca comercial para apoio às tesourarias locais e para os pagamentos automatizados. No quadro seguinte é possível verificar qual a percentagem das disponibilidades da Docapesca que se encontravam na conta do IGCP no final de cada trimestre:

SW 

 27

Banco Comercial	2016				2017			
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
ICAP	1.103.290,09 €	2.752.888,33 €	7.505.073,10 €	3.946.278,72 €	6.854.034,59 €	4.852.354,46 €	7.759.500,70 €	4.147.728,00 €
Banco Comercial	1.083.620,43 €	2.807.936,49 €	7.114.094,17 €	3.559.280,63 €	6.855.365,11 €	2.845.201,57 €	7.889.926,42 €	882.449,57 €
Total	2.186.910,52 €	5.560.824,82 €	14.619.167,27 €	7.505.559,35 €	13.709.399,70 €	7.697.556,03 €	15.649.427,12 €	5.030.177,57 €
Porcentagem das disponibilidades do ICAP	50,50%	51,08%	47,21%	47,89%	52,14%	62,39%	47,52%	62,28%

Em 6 de março de 2017 a Docapesca entregou ao Estado juros, num total de 2,24 euros, auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola. Em 8 de março de 2018 a Docapesca entregou ao Estado juros, num total de 1,82 euros, auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola. Conforme determinado, o comprovativo da transferência foi carregado no site do SIRIEF. De realçar que a Docapesca não tem qualquer aplicação financeira na banca comercial e que os juros auferidos nos últimos anos foram exclusivamente os que respeitam à distribuição de resultados efetuada pela Caixa de Crédito Agrícola aos seus associados.

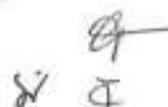
15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

No decurso de 2015, 2016 e 2017 não foi efetuada qualquer auditoria à Docapesca pelo Tribunal de Contas.

16. Informação divulgada no site do SEE

Informação a divulgar no Site do SEE	Divulgação		Comentário
	OPNA	Data Atualização	
Relatório	S	2016	
Caracterização da Empresa	S	2016	
Função de tutela e advocacia	S	2016	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	2016	
- Identificação dos órgãos sociais	S	2016	
- Estatuto Resumido/Atos Feitos	S	2016	
- Designação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2016	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2016	
- Apresentação das atividades curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2016	
Relatório Resumido Público	S	2016	
Relatório Global	S	2016	
Informação Financeira histórica e atual	S	2016	
Princípios de Bom Governo	S	2016	
- Regulamentos internos e estatutos a que a empresa está sujeita	S	2016	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2016	
- Outras transações	S	2016	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2016	
- Económico	S	2016	
- Social	S	2016	
- Ambiental	S	2016	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2016	
- Código de ética	S	2016	

A informação atualizada relativa ao dados do ano de 2016 foi enviada para sítio da internet da DGTF em fevereiro de 2018.



18. Artigo 35.º do Regime Jurídico do Setor Público

A Docapesca apresenta capital próprio positivo desde 2014, ou seja, nos últimos quatro exercícios económicos. Assim, não se torna necessário o Conselho de Administração da Empresa apresentar qualquer medida no âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, porque não se estima que o impacto da situação patrimonial do ex-IPTM, a registar contabilisticamente aquando da sua integração na Docapesca, possa alterar significativamente o Capital Próprio.

19. Proposta de aplicação de resultados

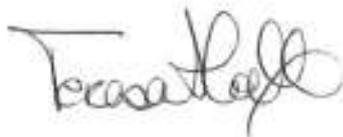
A Docapesca encerrou o exercício de 2017 com um resultado líquido positivo de 1.533.883,38 euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja distribuído da seguinte forma: 153.388,34 euros para a conta de Reservas Legais e 1.380.495,04 euros para a conta de Resultados Transitados.

Agradecimentos:

Manifestamos os nossos agradecimentos à Senhora Ministra do Mar, Eng.ª Ana Paula Vitorino, e ao Senhor Secretário de Estado das Pescas, Dr. José Apolinário, pela forma como sempre apoiaram as ações desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, SA. Sublinhamos o apoio do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de todos os organismos e serviços do Ministério do Mar, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da Direção-Geral de Autoridade Marítima e dos municípios com os quais temos vindo a promover uma gestão de proximidade. Agradecemos aos nossos parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos Clientes e parceiros de negócio e aos Sindicatos pela colaboração que temos desenvolvido. Por último, uma menção especial para os nossos trabalhadores, que com muita dedicação, zelo e profissionalismo contribuem ativamente para o bom desempenho da empresa e ao Revisor Oficial de Contas e sua equipa pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.

Lisboa, 9 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro
(Presidente)



Carlos Manuel Inácio Figueiredo
(Vogal)



Sérgio Miguel Redondo Faias
(Vogal)

3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Balanços

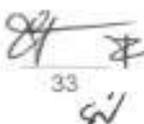
Balanços em 31 de Dezembro de 2017 e 2016		Unidade: Euros	
	Notas	31-12-2017	31-12-2016 Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	17.801.742,42	18.566.101,97
Ativos intangíveis	9	134.771,98	57.272,32
Outros Ativos Financeiros		12.051,85	-
Ativos por impostos diferidos	17	957.302,24	1.035.917,87
		18.905.868,49	19.659.292,16
Ativo corrente			
Inventários	12	199.780,40	198.449,48
Clientes	18	3.136.822,27	3.441.817,75
Estado e outros entes públicos	21	172,97	201.741,71
Outros créditos a receber	18	5.705.714,72	6.244.031,84
Diferimentos	20	310.802,09	256.511,94
Caixa e depósitos bancários	5	5.101.282,74	4.544.300,60
		14.454.575,19	14.886.853,32
Total do ativo		33.360.443,68	34.546.145,48
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transferidos	15,17	(1.238.333,68)	(3.423.220,98)
Outras Variações no Capital Próprio	15, 17, 28	6.234.233,19	7.187.733,03
		13.624.920,03	12.393.532,57
Resultado líquido do período		1.533.883,38	2.070.133,30
Total do capital próprio		15.158.803,41	14.463.665,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1.823.230,05	1.295.187,22
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	3.521.876,98	3.871.279,76
Outras contas a pagar	15,17	1.711.342,29	1.929.103,57
		7.056.449,32	7.095.570,55
Passivo corrente			
Fornecedores	18	870.805,96	864.264,31
Estado e outros entes públicos	21	1.536.449,92	1.632.139,41
Outras dívidas a pagar	18	8.624.762,88	10.470.505,08
Diferimentos	20	113.172,19	20.000,28
		11.145.190,95	12.986.909,06
Total do passivo		18.201.640,27	20.082.479,61
Total do capital próprio e do passivo		33.360.443,68	34.546.145,48

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



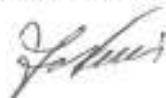
Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

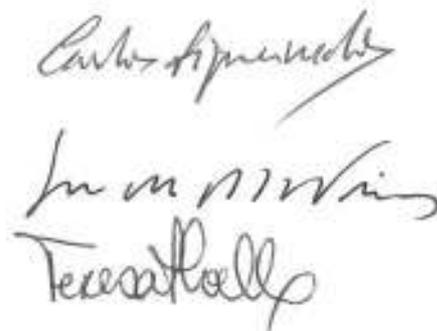
Unidade: Euros			
Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	25.706.975,79	26.701.372,41
Subsídios à exploração	15	191.726,23	54.420,52
Variação nos inventários da produção	12	(384,70)	2.230,55
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(1.045.297,16)	(1.094.489,24)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8.570.100,55)	(8.804.510,77)
Gastos com o pessoal	23	(11.461.846,08)	(11.640.367,51)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	(5.682,93)	(816,50)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(170.114,49)	(565.988,23)
Provisões (aumentos/reduções)	14	-	1.116.582,18
Outros rendimentos	15, 25	2.346.015,79	2.874.944,66
Outros gastos	25	(1.386.784,93)	(2.624.044,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.604.506,99	6.019.333,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(3.624.591,38)	(3.540.406,02)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.979.915,61	2.478.927,65
Juros e rendimentos similares obtidos	11	4.038,79	36.989,67
Juros e gastos similares suportados	11	(9.433,77)	(9.914,96)
Resultado antes de impostos		1.974.520,63	2.506.002,36
Impostos sobre o rendimento do período	17	(440.637,25)	(435.869,06)
Resultado líquido do período	29	1.533.883,38	2.070.133,30

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2017							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2017		8.528.400,00	100.620,52	(3.423.220,98)	7.187.733,03	2.070.133,30	14.463.665,87
Alterações no Período							
Integração de saldos de clientes - PTM	28				59.738,71		59.738,71
Integração de património - PTM	28				(59.358,47)		(59.358,47)
Integração de responsabilidades - PTM	28				(246.078,41)		(246.078,41)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:							
Resultado do exercício anterior	27			2.070.133,30		(2.070.133,30)	-
Subsídios ao investimento	15				(967.627,95)		(967.627,95)
Subsídios - Ajustamentos	15				217.751,28		217.751,28
Ganhos Atuariais				114.754,00	42.258,00		157.012,00
				2.070.133,30	(953.499,94)	2.070.133,30	(838.745,84)
Resultado Líquido do Exercício						1.534.929,15	1.534.929,15
Resultado Integral				2.070.133,30	(953.499,94)	(535.204,15)	596.183,31
Posição no fim do período 2017		8.528.400,00	100.620,52	(1.353.087,68)	6.234.233,19	1.534.929,15	15.159.949,18

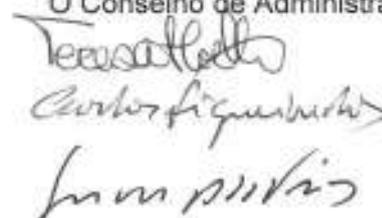
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2016							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2016		8.528.400,00	100.620,52	(5.235.140,80)	7.843.219,92	1.811.919,82	13.049.019,46
Alterações no Período							
Integração de saldos de clientes e património - I	28				652.716,59		652.716,59
Integração de responsabilidades - PTM	28				(494.452,00)		(494.452,00)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:							
Resultado do exercício anterior	27			1.811.919,82		(1.811.919,82)	-
Subsídios ao investimento	15				(1.049.999,46)		(1.049.999,46)
Subsídios - Ajustamentos	15				236.249,86		236.249,86
				1.811.919,82	(655.485,89)	(1.811.919,82)	(655.485,89)
Resultado Líquido do Exercício						2.070.133,30	2.070.133,30
Resultado Integral				1.811.919,82	(655.485,89)	258.213,48	1.414.647,41
Posição no fim do período 2016		8.528.400,00	100.620,52	(3.423.220,98)	7.187.733,03	2.070.133,30	14.463.665,87

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

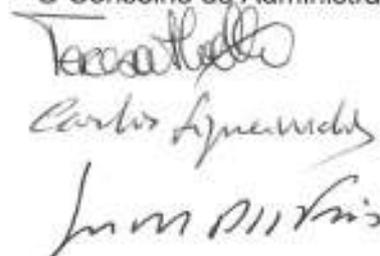
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
		Unidade: Euros	
	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	5	30.913.193,25	29.921.727,15
Pagamentos a fornecedores		(11.722.341,41)	(11.794.020,69)
Pagamentos ao pessoal		(11.552.419,45)	(11.660.727,60)
		Caixa gerada pelas operações	7.638.432,39
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(81.669,13)	(742.177,73)
Outros recebimentos / pagamentos		(3.638.741,60)	(2.243.670,24)
		Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	3.918.021,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.806.434,74)	(3.386.000,43)
Ativos intangíveis		-	(758,93)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	421,44
Subsídios ao investimento	15	449.279,86	3.545.031,63
Juros e rendimentos similares		1,82	2,24
		Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(3.357.153,06)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(3.886,46)	(9.674,47)
Outras operações de financiamento		-	-
		Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(3.886,46)
Variações de caixa e seus equivalentes		556.982,14	3.630.152,37
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.544.300,60	914.148,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	5.101.282,74	4.544.300,60

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em
31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1. Designação da entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826
(antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE Principal: 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

CAE Secundário 1: 35302 – Produção de Gelo

CAE Secundário 2: 93292 – Atividades dos Portos de Recreio (Marinas)

1.2. Sede da entidade

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os novos Estatutos foram aprovados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no sítio de Internet da Empresa (www.docapesca.pt). Com esta alteração, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe é cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado

em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2017.

Foi efetuada em 2016 e 2017 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2017 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma. O processo relativo à avaliação do Património foi desencadeado no decurso do primeiro trimestre. No entanto, atendendo a vicissitudes processuais, esteve suspenso, tendo o Tribunal Administrativo decidido pela extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2017, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração, prevista para 2018.

Através de Deliberação Unânime por Escrito de 23 de maio de 2016, foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração, sendo atualmente os Órgãos Sociais compostos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Vice-Presidente: vago (*)

Secretária: Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho

Conselho de Administração:

Presidente: Dra. Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro

Vogal: Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo (**)

Vogal: Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias

Fiscal Único:

Efetivo: Sociedade RCA – Rosa, Correia e Associados, SROC, SA representada pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira

Suplente: Dr. Gabriel Correia Alves

(**) A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu a exoneração do cargo, em 13 de dezembro de 2016, por estar a desempenhar as funções de Chefe de Gabinete no Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Pescas. O pedido foi aceite pela Senhora Ministra do Mar em 16 de dezembro de 2016., não tendo ainda ocorrido a eleição para o cargo.

(**) por Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 de junho de 2017 (com efeitos a partir de 8 de junho de 2017), foi substituída a vogal Dra. Maria José Rocha Peixoto de Moura (que cessou as suas funções no dia 31 de março de 2017) pelo Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em partes definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outros créditos a receber" (compradores) e "outras dívidas a pagar" (armadores / pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2017 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 95.898,7 toneladas de pescado fresco, no valor de 195.502.446 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2016: 104.414,1 toneladas, no valor de 201.748.816 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo ajustamento.



Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo);
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervensões de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

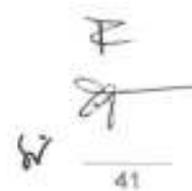
O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

Nada a referir.



4. Principais políticas contabilísticas

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.



O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 4.2, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- Utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e
- Obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).



Estas responsabilidades podem incluir limpeza de fundos, dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC Interpretation 12 — Service Concession Arrangements ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em reservas. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (deemed cost), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem

da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, desde que o seja de facto, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Ativos Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.



O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

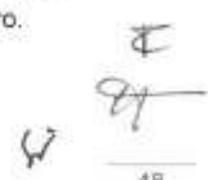
Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.





Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

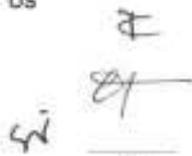
A Empresa *desreconhece* ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São *desreconhecidos* os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As receitas e as despesas foram registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado
- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2017 no montante de 1.823.230,05 Euros, donde se destacam 1.260.842,44 Euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 402.379,80 Euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis: 348.375,00 Euros e provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 Euros) e ainda duas provisões relacionadas com o processo de integração do IPTM.



4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

"Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Numerário	61.105,07	38.761,85
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Bancos comerciais	892.449,87	559.260,03
- IGCP	4.147.727,80	3.946.278,72
	<u>5.101.282,74</u>	<u>4.544.300,60</u>

Em 31 de dezembro de 2017 nenhuma conta bancária da Empresa tinha saldo a descoberto.

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao somatório dos saldos de caixa a 31 de dezembro de 2017 foi deduzido o montante de 147.806,31 Euros (acrescido à rubrica de "Outros créditos a receber" pelo montante de 144.674,50 Euros e à rubrica de "Clientes" pelo montante de 3.131,81 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro). Em 31 de dezembro de 2016 foi deduzido o montante de 203.836,60 Euros (acrescido às rubricas de "Outros créditos a receber" – 135.497,43 Euros e "Clientes" – 68.339,17 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (3 de janeiro).

Em 31 de dezembro de 2017 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:



Depósitos bancários mobilizáveis

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Matosinhos	88.462,13	88.462,13	-
Aveiro	80.715,11	80.715,11	-
Figueira da Foz	4.297,35	4.297,35	-
Peniche	32.905,69	32.905,69	-
Sede	4.803.188,43	655.460,63	4.147.727,80
Sines	433,84	433,84	-
Portimão	41.952,82	41.952,82	-
Sagres	33.608,44	33.608,44	-
Vila Real de Santo António	11.083,81	11.083,81	-
	5.096.647,62	948.919,82	4.147.727,80
Olhão	(12.072,17)	(12.072,17)	-
Póvoa de Varzim	(21.579,19)	(21.579,19)	-
Cascais	(3.920,64)	(3.920,64)	-
Sesimbra	(5.321,25)	(5.321,25)	-
Setúbal	(10.346,72)	(10.346,72)	-
Tavira	(3.229,98)	(3.229,98)	-
	(56.469,95)	(56.469,95)	-
	5.040.177,67	892.449,87	4.147.727,80

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

Pelo Despacho 588/16-SEATF, de 23 de junho, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 195.502.446 Euros no exercício de 2017 e de 201.748.816 Euros no exercício de 2016.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No encerramento do exercício de 2016 (e anteriores) a Docapesca reconheceu, no capital próprio, subsídios ao investimento não reembolsáveis, aos quais deduzia, também em capital próprio, a parcela correspondente a impostos diferidos. A contrapartida para esta redução era uma conta de passivo não corrente, denominada "passivos por impostos diferidos".

À luz da interpretação da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 2013, a parcela de imposto não corresponde a efetivos impostos diferidos, devendo antes ser considerada como "outras contas a pagar".

Reconhecido o erro, a Docapesca procedeu à alteração contabilística necessária e os mapas relevantes apresentam o balanço a 31 de dezembro, reexpresso, conforme mapa abaixo:

Balanço em 31 de Dezembro de 2016		Unidade: Euros	Unidade: Euros
	31-12-2016	31-12-2016 Reexpresso	Diferença
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	18.586.101,97	18.586.101,97	-
Ativos intangíveis	57.272,32	57.272,32	-
Ativos por impostos diferidos	1.035.917,87	1.035.917,87	-
	19.659.292,16	19.659.292,16	-
Ativo corrente			
Inventários	198.449,48	198.449,48	-
Clientes	3.441.817,75	3.441.817,75	-
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	3.785,18	-
Estado e outros entes públicos	201.741,71	201.741,71	-
Outros créditos a receber	6.240.246,66	6.240.246,66	-
Diferimentos	256.511,94	256.511,94	-
Caixa e depósitos bancários	4.544.300,60	4.544.300,60	-
	14.886.853,32	14.886.853,32	-
Total do ativo	34.546.145,48	34.546.145,48	-
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	8.528.400,00	8.528.400,00	-
Reserva legal	100.620,52	100.620,52	-
Resultados transitados	(3.423.220,98)	(3.423.220,98)	-
Outras var. no capital próprio - subsídios atribuídos	6.644.690,08	8.573.793,65	1.929.103,57
Outras var. no capital próprio - ajustamentos em subsídios	-	(1.929.103,57)	(1.929.103,57)
Outras var. no capital próprio - integração PTM	543.042,95	543.042,95	-
	12.393.532,57	12.393.532,57	-
Resultado líquido do período	2.070.133,30	2.070.133,30	-
Total do capital próprio	14.463.665,87	14.463.665,87	-
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	1.295.187,22	1.295.187,22	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3.871.279,76	3.871.279,76	-
Passivos por impostos diferidos	1.929.103,57	-	(1.929.103,57)
Outras dívidas a pagar	-	1.929.103,57	1.929.103,57
	7.095.570,55	7.095.570,55	-
Passivo corrente			
Fornecedores	864.264,31	864.264,31	-
Estado e outros entes públicos	1.632.139,41	1.632.139,41	-
Outras dívidas a pagar	10.470.505,08	10.470.505,08	-
Diferimentos	20.000,26	20.000,26	-
	12.986.909,06	12.986.909,06	-
Total do passivo	20.082.479,61	20.082.479,61	-
Total do capital próprio e do passivo	34.546.145,48	34.546.145,48	-

7. Partes relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, foram conforme se segue:

Remunerações	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	99.378,24	99.614,32
Despesas de Representação	35.116,38	31.167,96
Subsídio de Refeição	4.485,48	3.646,18
Férias e Subsídio de férias	20.883,84	30.363,67
Subsídio de Natal	8.723,30	8.124,26
Redução Salarial (Leis 75/2014 e 159-A/2015)	-	(4.116,50)
Ajudas de custo - Deslocações	3.819,35	2.794,36
Assembleia Geral	505,85	3.208,83
Revisão legal das Contas	13.680,00	13.720,00
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 22)	186.592,44	188.523,08
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	38.537,52	24.913,21
Seguro de acidentes de trabalho	1.531,26	1.151,97
Seguro de acidentes pessoais	195,00	140,67
Seguro de saúde	772,13	609,38
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	41.035,93	26.815,23
	227.628,37	215.338,31

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		2017						
		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		49.388.252,59	17.216.521,52	552.459,13	3.993.554,09	1.307.524,29	1.681.251,03	74.119.562,65
Aquisições		1.111.023,64	236.293,52	-	102.972,41	331.734,75	1.256.460,06	3.041.474,37
Alterações		-	(2.944,75)	(52.157,88)	-	(875,00)	-	(35.977,63)
Transferências		1.065.395,39	66.201,54	-	68.024,76	1.424,34	(1.293.920,37)	(192.863,34)
Abates		(37.184,72)	(475.968,55)	(57.120,25)	(47.470,11)	(188.954,48)	(302,40)	(785.000,67)
Saldo final		51.507.486,90	17.040.033,24	463.180,92	4.117.081,15	1.472.853,90	1.546.460,25	76.147.195,36
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		36.613.367,00	13.050.951,26	552.459,13	3.706.637,27	829.816,02	-	55.553.460,68
Depreciações do exercício (nota 23)		2.522.848,94	629.256,33	-	142.305,21	254.529,39	-	3.579.939,87
Alterações		-	(2.944,75)	(52.157,90)	-	(875,00)	-	(35.977,75)
Transferências		-	-	-	-	-	-	-
Abates		(35.993,54)	(453.166,48)	(57.120,25)	(47.470,11)	(157.218,48)	-	(750.968,86)
Saldo final		39.100.219,40	14.054.126,32	463.180,92	3.801.672,37	826.251,93	-	58.545.462,94
Ativos líquidos		12.407.267,50	2.985.906,92	0,00	315.408,78	546.601,97	1.546.460,25	17.601.742,42
		2016						
		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		46.732.175,88	16.175.803,50	552.444,13	3.949.445,12	1.244.672,01	2.905.269,33	71.459.612,97
Aquisições		1.191.752,56	646.795,03	15,00	101.394,41	364.891,84	859.750,35	2.964.408,19
Alterações		-	(3.269,72)	-	-	-	-	(3.269,72)
Transferências		1.482.873,65	447.402,40	-	69.249,06	61.256,37	(2.065.814,18)	(5.030,50)
Abates		(35.549,70)	(50.209,69)	-	(20.537,50)	(163.065,93)	(17.963,47)	(296.366,29)
Saldo final		49.388.252,59	17.216.521,52	552.459,13	3.993.554,09	1.307.524,29	1.681.251,03	74.119.562,65
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		34.189.904,90	13.248.087,98	552.444,13	3.583.455,15	742.436,25	-	52.316.308,41
Depreciações do exercício (nota 23)		2.520.465,20	596.496,06	15,00	149.919,62	235.495,03	-	3.502.360,91
Alterações		-	(3.269,72)	-	-	-	-	(3.269,72)
Transferências		(59.893,96)	59.893,19	-	-	-	-	(0,77)
Abates		(37.109,14)	(50.209,25)	-	(20.537,50)	(148.115,26)	-	(261.968,15)
Saldo final		38.613.367,00	13.850.987,26	552.459,13	3.706.637,27	829.816,02	-	55.553.460,68
Ativos líquidos		12.754.885,59	3.365.540,26	0,00	286.716,82	477.708,27	1.681.251,03	18.566.101,87

No decurso do ano de 2017, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções" e "Ativos fixos tangíveis em curso", e dizem respeito, essencialmente, a requalificação de lotas, postos de venda e portos de pesca: rampa varadouro de Ericeira (207.919,37 Euros), posto de venda de Angeiras (430.448,80 Euros), protocolos de modernização dos postos de Caminha, Esposende, Castelo do Neiva e Tavira (680.000,00 Euros), porto de Sagres (124.743,28 Euros), porto de Portimão (151.352,03 Euros) e cais transfronteiriço de Vila Real de Santo António (299.150,47).

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações

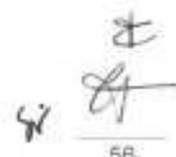


dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra e, em 2014, com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2017, ascende a 12.400.385,65 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 38.991.170,56 Euros.

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APDL	369.884,54	205.076,42	164.808,12
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	17.972.372,05	16.463.806,67	1.508.565,38
Porto de Pesca de Aveiro	APA	1.644.357,47	1.218.600,75	425.756,72
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	3.664.152,19	2.580.067,86	1.084.084,33
Posto de Vendagem de Trafaria	APL	21.395,08	21.395,08	-
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	3.884.088,76	3.382.773,64	501.315,12
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1.541.220,30	1.366.091,11	175.129,19
Porto de Pesca de Sines	APS	1.519.389,96	1.329.925,99	189.463,97
Lota de Cascais	Município	216.813,50	213.354,32	3.459,18
Posto de Vendagem de Mira	Município	23.080,67	16.443,21	6.637,46
Entrepasto Frigorífico de Peniche	Município	3.564.188,65	3.564.188,65	-
Edifício Rua das naus - Sagres	IGFSS	377.657,15	52.656,44	325.000,71
Edifício Rua Miguel Bombarda - Faro	---	60.534,25	31.169,38	29.364,87
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	29.828,35	22.833,38	6.994,97
Posto de Vendagem de Fuzeta	IGFSS	47.895,65	47.844,29	51,36
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	21.231,03	21.231,03	-
Posto de Vendagem de Arrifana	---	42.390,53	42.390,53	-
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	61.960,81	56.764,84	5.195,77
Posto de Vendagem de Burgau	---	5.872,96	5.872,96	-
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	571.102,68	356.655,28	214.447,40
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	67.022,46	44.007,03	23.015,43
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	---	10.009,97	10.009,97	-
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19.036,39	19.036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12.464,25	12.464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27.140,57	27.140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11.981,87	11.981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	11.290,25	10.209,97	1.080,28
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19.968,95	19.968,95	-
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89.124,48	68.625,33	20.499,15
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	---	618.116,59	240.915,70	377.200,89
Sub-Total 1		36.525.572,16	31.463.501,86	5.062.070,30



	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	23.528,00	6.022,04	17.505,96
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	44.304,29	20.032,84	24.271,45
Posto de Vendagem de Castelo do Neiva	Docapesca (a)	38.861,06	35.303,85	3.557,21
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	1.036.290,61	434.944,40	601.346,21
Posto de Vendagem de Vila do Conde	Docapesca (a)	184.538,99	40.064,61	144.474,38
Posto de Vendagem de Afurada	Docapesca (a)	13.344,03	13.344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	Docapesca (a)	25.991,65	25.991,65	-
Posto de Vendagem de Angeiras	Docapesca (a)	322.484,33	29.192,04	293.292,29
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	1.423.931,56	953.961,10	469.970,46
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	2.267.110,39	1.292.126,44	974.983,95
Porto de Pesca de Cascais	Docapesca (a)	21.236,71	3.185,36	18.050,35
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	614.673,85	50.272,81	564.401,04
Porto de Pesca de Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1.263.424,95	758.284,99	505.139,96
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	1.267.239,71	781.086,54	486.153,17
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	60.397,46	25.167,07	35.230,39
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	1.481.226,06	586.137,16	895.088,90
Porto de Pesca de Oihão	Docapesca (a)	1.966.461,66	865.137,94	1.101.323,72
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	204.228,02	136.688,24	67.539,78
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	208.752,13	158.131,96	50.620,17
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	76.125,79	74.565,89	1.559,90
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	13.584,29	13.584,29	-
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	80.405,59	24.415,99	55.989,60
Posto de Vendagem de Cabanas	Docapesca (a)	35.391,74	7.461,12	27.930,62
Posto de Vendagem de Culatra	Docapesca (a)	33.860,00	1.882,22	31.977,78
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	2.120.950,58	1.189.777,42	931.173,16
Assinalamento Marítimo - Centro	Docapesca (a)	5.047,00	280,39	4.766,61
Assinalamento Marítimo - Sul	Docapesca (a)	32.574,60	626,31	31.948,29
Sub-Total 2		14.865.984,05	7.627.668,70	7.338.315,36
Total		51.391.556,21	38.991.170,56	12.400.385,65

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. Estes ativos, com o valor bruto de 3.564.188,65 Euros, estão completamente reintegrados à data de 31 de dezembro de 2017. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.



Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2017, eram os seguintes:

1 – Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de € 60.105,15; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico para movimentação de pescado.

2 – Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.077.568,01 Euros, constituídos por equipamento de estiva, estanteria, equipamento de pesagem e de movimentação, entre outros.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 3.578.938,87 Euros (3.502.390,91 Euros em 2016), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Até 2012, a Docapesca depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

A partir de 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes.

9. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2017

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	174.849,68	1.220.485,95	1.395.335,63
Aquisições	8.478,79	2.000,00	10.478,79
Transferências e abates	13.608,00	99.065,38	112.673,38
Saldo final	196.936,47	1.321.551,33	1.518.487,80
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	145.028,67	1.193.034,64	1.338.063,31
Depreciações do exercício (nota 23)	16.244,91	29.407,60	45.652,51
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	161.273,58	1.222.442,24	1.383.715,82
Ativos líquidos	35.662,89	99.109,09	134.771,98

2016

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	146.770,46	1.220.485,95	1.367.256,41
Aquisições	23.046,72	-	23.046,72
Transferências e abates	5.032,50	-	5.032,50
Saldo final	174.849,68	1.220.485,95	1.395.335,63
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	137.857,32	1.162.190,88	1.300.048,20
Depreciações do exercício (nota 23)	7.171,35	30.843,76	38.015,11
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	145.028,67	1.193.034,64	1.338.063,31
Ativos líquidos	29.821,01	27.451,31	57.272,32

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 45.652,51 Euros (38.015,11 Euros em 2016), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

10. Locações
Locação operacional

Em finais de 2012 foram celebrados dois contratos de locação operacional (AOV) cujas despesas são, nos termos legais, contabilizadas como rendas.

Em abril de 2013 foram celebrados mais dois contratos AOV, com o mesmo tratamento contabilístico dos anteriores.

No início de 2017, os quatro contratos referidos foram prorrogados por mais dois anos e, no início do segundo semestre, foram celebrados mais seis contratos novos (cinco viaturas de passageiros e uma viatura de mercadorias).

Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
	Custo	Custo
Locação operacional		
Viaturas de mercadorias	2.791,14	-
Viaturas ligeiras de passageiros	33.704,14	25.222,08
	<u>36.495,28</u>	<u>25.222,08</u>

Os gastos a reconhecer no futuro relativamente aos contratos AOV em curso são:

	Pagamentos mínimos a efetuar		
	2018	2019	após 2019
Locação operacional			
Viaturas de mercadorias	3.529,92	3.529,92	8.236,48
Viaturas ligeiras de passageiros	47.619,00	28.279,40	59.274,00
	<u>51.148,92</u>	<u>31.809,32</u>	<u>67.510,48</u>

11. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros suportados		
Financiamentos bancários	48,55	1.517,28
Locações financeiras	-	-
Outros financiamentos	<u>1.552,77</u>	<u>926,86</u>
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares	3.125,04	2.604,20
Garantias bancárias	4.707,41	4.866,62
Atualização de dívidas	-	7.832,45
	<u>9.433,77</u>	<u>9.914,96</u>

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:



	2017		2016	
Juros obtidos				
Depósitos - Caixa de Crédito Agrícola Peniche	-	-	-	-
Depósitos - IGCP	-	-	-	-
Juros de Mora	4.036,97		36.987,43	
Juros de adiantamentos sobre vendas	-	4.036,97	-	36.987,43
Outros rendimentos similares				
Distribuição de resultados - C.C.A.M.	1,82	1,82	2,24	2,24
		<u>4.038,79</u>		<u>36.989,67</u>

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	147.924,68	(3.091,28)	144.833,40	150.728,54	(3.091,28)	147.637,26
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	77.665,62	(26.805,03)	50.860,59	67.463,21	(21.122,10)	46.341,11
Produtos acabados e intermédios	4.086,41	-	4.086,41	4.471,11	-	4.471,11
	<u>229.676,71</u>	<u>(29.896,31)</u>	<u>199.780,40</u>	<u>222.662,86</u>	<u>(24.213,38)</u>	<u>198.449,48</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhado conforme se segue

	2017		
	Mercadorias	MP, Subs. Consumo	Total
Saldo inicial	150.728,54	67.463,21	218.191,75
Compras	838.652,17	220.870,83	1.059.523,00
Regularizações	(6.819,16)	(8,13)	(6.827,29)
Saldo final	<u>(147.924,68)</u>	<u>(77.665,62)</u>	<u>(225.590,30)</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>834.636,87</u>	<u>210.660,29</u>	<u>1.045.297,16</u>

	2016		
	Mercadorias	MP, Subs. Consumo	Total
Saldo inicial	155.420,80	63.090,19	218.511,05
Compras	864.321,11	238.355,64	1.102.676,75
Regularizações	(8.506,81)	-	(8.506,81)
Saldo final	<u>(150.728,54)</u>	<u>(67.463,21)</u>	<u>(218.191,75)</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>860.506,62</u>	<u>233.982,62</u>	<u>1.094.489,24</u>



A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
	Produtos acabados	Produtos acabados
Saldo inicial	4.471,11	2.240,56
Saldo final	(4.086,41)	(4.471,11)
Varição dos inventários de produção	384,70	(2.230,55)

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhada a seguir:

	Toneladas em Silo	
	2017	2016
Viana do Castelo	0,30	1,50
Matosinhos	120,00	115,00
Aveiro	35,00	55,00
Figueira da Foz	65,00	65,00
Sagres	1,20	-
Portimão	-	1,50
Lagos	-	-
Quarteira	1,00	1,95
Tavira	0,35	0,42
VRSA	0,20	2,70
Total	223,05	243,07

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	21.122,10	26.805,03	(21.122,10)	-	26.805,03
	24.213,38	26.805,03	(21.122,10)	-	29.896,31

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	16.268,06	21.122,10	(16.268,06)	-	21.122,10
	19.359,34	21.122,10	(16.268,06)	-	24.213,38



A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

No exercício de 2017, a Empresa registou uma reversão da imparidade devido à valorização e utilização de matérias de consumo que haviam sido objeto de imparidade no exercício anterior, no montante de 21.122,10 Euros.

As perdas por imparidade de inventários do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 26.805,03 Euros, bem como as reversões no montante de 21.122,10 Euros, foram registadas na rubrica de "Imparidade de inventários".

13. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2017	2016
Venda de bens	2.085.268,44	2.282.056,09
Prestação de serviços	23.621.707,35	24.419.316,32
Juros obtidos (Nota 10)	4.036,97	36.987,43
	<u>25.711.012,76</u>	<u>26.738.359,84</u>

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Vendas e Serviços Prestados	2017	2016
- Venda de gelo	1.227.639,58	1.341.201,11
- Venda de combustíveis	804.674,03	868.301,38
- Venda de aprestos de pesca	13.902,78	22.033,44
- Venda de lubrificantes	15.235,43	17.204,68
- Venda de baterias	4.566,30	2.746,67
- Venda de comandos	19.225,00	30.550,00
- Venda de embalagens	25,32	18,81
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª Venda de pescado	15.839.941,28	16.411.284,13
- Serviços dos portos de pesca	4.742.312,41	4.782.284,38
- Gestão dominial	1.682.248,45	1.627.021,58
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	1.112.476,35	1.286.566,95
- Outros	244.728,86	310.159,28
	<u>25.706.975,79</u>	<u>28.701.372,41</u>

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é apresentada nos quadros seguintes:

	2017					Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engl	729.457,00	-	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - San Jose	-	-	-	-	260.000,00	260.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	-	-	-	-	238.042,83	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
	1.295.187,22	-	-	-	528.042,83	1.823.230,09

	2016					Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Autoridade Tributária - Provisão para EP	140.110,56	-	(1.255,81)	(138.854,75)	-	-
Para compromissos assumidos	950.000,00	-	(950.000,00)	-	-	-
Para compromissos assumidos - IPTM	-	63.282,25	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	-	96.725,56	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engl	729.457,00	-	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - Fingelo	490.334,18	-	(490.334,18)	-	-	-
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para riscos e encargos - Sinistro - Azurara	33.606,91	-	-	(33.606,91)	-	-
Para imposto municipal sobre imóveis	183.375,00	165.000,00	-	-	-	348.375,00
	2.584.231,06	325.007,81	(1.441.589,99)	(172.461,66)	-	1.295.187,22

Provisão para Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

Foi constituída em 2012 uma provisão, no montante de 140.110,56 Euros, para fazer face a um provável pagamento de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Contribuição para a Segurança Rodoviária, relativa a abastecimentos de combustível nos postos de mar da Docapesca. Foi efetuada a reclamação graciosa do processo, tendo sido indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Em junho de 2013 foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Em dezembro de 2016, ao abrigo do programa PERES (Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado), a Docapesca optou por efetuar o pagamento do valor em causa, 138.854,75 Euros, utilizando a provisão criada, e reverteu a parte excedente, 1.255,81 Euros.



A decisão de pagamento ao abrigo deste programa permitiu garantir que não haverá pagamento de juros, sendo que a Docapesca prossegue com o processo junto do Tribunal Tributário.

Provisões para responsabilidades assumidas

1 - Na sequência da celebração do novo contrato de concessão com a APA, e do acordo referente à dívida do passado, foi constituída uma provisão, no valor de 950.000,00 Euros, relativa à responsabilidade assumida pela Docapesca com a execução futura de uma dragagem no porto de pesca de Aveiro, que se estimava realizar em 2016.

Em 2016, e de acordo com os efeitos produzidos pelo acordo celebrado, foi contabilizado como custo o valor da dívida (1.012.887,47 Euros) e revertida a provisão.

De acordo com a decisão do Juiz do Tribunal tributário de Lisboa, o valor da dívida ficará em conta corrente, sendo deduzido no futuro pelos valores efetivamente dispendidos em dragagens no porto de pesca de Aveiro.

2 - Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 63.282,25 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes), e que se relaciona com o pagamento dos salários e encargos aos trabalhadores do IPTM no período de dois meses imediatamente anteriores à sua transição, por acordo de cedência de interesse público, para a Docapesca.

3 - Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 96.725,56 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pela AT em Processo de execução fiscal por uma dívida de 2000 a 2004, reclamada inicialmente pelo IPTM em 2008, e que se anulou por confusão entre o devedor e o credor (fusão por incorporação do IPTM na Docapesca) mas que o tribunal entendeu ser devida à Administração do Porto de Viana do Castelo. A Docapesca já apresentou impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa e está a diligenciar para que a dívida seja reconhecida como regularizada mediante a apresentação de uma garantia bancária bastante.

Provisão para Processos Judiciais

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, diploma que entrou em vigor no dia 4 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM nas funções de autoridade portuária e na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, pelo que, no que diz respeito aos processos judiciais em curso, em que é parte o IPTM, ficou a Docapesca colocada na mesma posição em que este Instituto se encontrava.

A Docapesca reconhece os seguintes processos, cujas responsabilidades provisionou face a um eventual pagamento futuro:

1 - Mota-Engil, S.A. – Processo n.º 873/13.7BELLE, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com o valor de 729.457,00 Euros. Trata-se de ação em que a Mota-Engil, S.A. reclama ao IPTM o pagamento do valor referido, com base na suspensão dos trabalhos relativos a um contrato de empreitada de "Construção da Doca de Recreio de Pesca Artesanal de Oihão".



2 – Fingelo, S.A.

Esta empresa, concessionária, no porto de pesca de Olhão, de um espaço onde implantou uma fábrica de gelo teve um litígio, primeiro com a JAPSA (Junta Autónoma dos Portos do Sotavento Algarvio) e IPS (Instituto Portuário do Sul) e, mais tarde, com o IPTM, alegando que este não cumpriu o referido contrato, pois permitiu que fosse comercializado livremente gelo de outras proveniências, apesar de se ter obrigado a conceder o exclusivo da fabricação, comercialização e fornecimento de gelo, no porto de Olhão. Valor: 490.334,18 Euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi revertida a provisão e registado um gasto no montante de 185.168,92 Euros, na sequência de acordo celebrado com a Fingelo, já em 2017, e que permitiu a assinatura de um aditamento ao contrato de concessão, sanando o diferendo.

3 - Mech, S.A.

Esta empresa (Sociedade de Consultoria em Arquitetura e Engenharia) reclama um valor não pago relativo à adjudicação de um projeto de execução de obra a realizar no porto da Nazaré. Valor reclamado: 3.342,61 Euros.

Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 Euros), que se mantém em 2017 e também para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido no estaleiro de Azurara (risco avaliado em 33.606,91 Euros), esta última utilizada na sequência da contabilização das indemnizações pagas aos armadores afetados.

Provisão para Imposto Municipal sobre imóveis

Foi constituída em 2015 uma provisão para fazer face ao pagamento do IMI sobre os edifícios construídos pela Docapesca nos terrenos do Porto de pesca de Matosinhos, na sequência de um pedido da AT para a entrega dos elementos que discriminam esses mesmos edifícios, com data limite de novembro de 2015.

A provisão foi calculada tomando por base o valor de aquisição dos referidos edifícios e a possibilidade de serem exigidos os 4 últimos anos.

Em 2016, a provisão foi reforçada com idêntico cálculo sobre os bens construídos pela Docapesca nos restantes portos de pesca, de acordo com o registo no ativo fixo tangível da Docapesca.

Provisões transitadas do ex-IPTM

Foi contabilizada em 2015 uma dívida a pagar, provisionada pelo ex-IPTM, relativa à Construtora San Jose, no montante de € 290.000,00 Euros, com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

Em 2017, foi esse montante transferido para a conta de provisões, por transferência da conta original, sem impacto em custos do exercício.

Da mesma forma, foi contabilizada, em 2017, uma provisão para o eventual pagamento às empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. do montante de € 238.042,83, também com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

15. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	24.202.089,34	449.279,86	-	1.436.404,93	17.502.344,97
Ativos tangíveis abatidos		-	-	4.652,25	-
	<u>24.202.089,34</u>	<u>449.279,86</u>	<u>-</u>	<u>1.441.057,18</u>	<u>17.502.344,97</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a empresa reconheceu o montante de 449.279,86 Euros como subsídios ao investimento.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.441.057,18 Euros (1.814.547,71 Euros em 31 de dezembro de 2016), foi registado na demonstração dos resultados na rubrica Outros rendimentos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2017, a Docapesca reconheceu ajustamentos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 1.711.342,29 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (nota 17).

2017			
Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)	
Subsídios relacionados com ativos:			
Ativos tangíveis e intangíveis	5.894.623,41	(1.711.342,29)	
2016 (Reexpresso)			
Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)	
Subsídios relacionados com ativos:			
Ativos tangíveis e intangíveis	6.644.690,08	(1.929.103,57)	



Subsídios à exploração

A Docapesca registou, durante o exercício de 2017, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi recebido o montante total de 44.226,23 Euros (registado nas contas de "Subsídios à Exploração"), relativos a projetos de divulgação. Adicionalmente, foi contabilizado o montante de 147.500,00 Euros relativo a um projeto de divulgação, cujas despesas, já cobertas por contrato de financiamento, foram realizadas e apresentadas para financiamento ainda em 2017.

16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de março de 2017. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhado conforme se segue:

Gastos com Impostos sobre o Rendimento

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	317.466,70	270.993,03
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	-	(16.460,87)
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Estadual	-	7.824,66
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Municipal	-	3.912,33
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	22.676,19	19.356,65
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Estadual	352,39	-
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	21.526,34	25.768,93
	<u>362.021,62</u>	<u>311.394,73</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	78.615,63	124.474,33
	<u>78.615,63</u>	<u>124.474,33</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>440.637,25</u>	<u>435.869,06</u>



	2017	2016
Resultado antes de imposto	1.974.520,63	2.506.002,36
Variações patrimoniais (positivas e negativas)	-	-
Diferenças permanentes	(166.398,51)	(662.340,00)
Diferenças temporárias	(296.375,95)	(553.219,34)
Lucro tributável	1.511.746,17	1.290.443,02
Prejuízos fiscais reportados	-	-
Matéria Coletável	1.511.746,17	1.290.443,02
IRC a pagar antes de crédito fiscal ao investimento	317.466,70	270.993,03
Crédito fiscal ao investimento	-	-
IRC - Coleta	317.466,70	270.993,03
Derrama Municipal	22.676,19	19.356,65
Derrama Estadual	352,39	-
Tributação Autônoma	21.526,34	25.768,93
IRC a pagar	362.021,62	316.118,61

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi como se segue:

	2017		2016 (Reexpresso)	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.035.917,87	-	1.160.392,20	2.165.353,43
Subsídios reconhecidos no ano				
A receber		-		-
Recebido		-		74.033,32
Efeito fiscal da imputação a resultados dos subsídios recebidos (inclui o efeito de abates de ativos subsidiados)		-		(310.263,18)
Alteração relativa à FAQ 13				(1.929.103,67)
Provisão para Processos Judiciais	-		(110.325,19)	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição				
Utilização	(78.815,63)		(14.149,14)	
	(78.815,63)	-	(124.474,33)	(2.165.353,43)
Saldo final	957.302,24	-	1.035.917,87	-

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos ativos e passivos é o seguinte:

	2017	2016 (Reexpresso)
Ativos por impostos diferidos	957.302,24	1.035.917,87
Plano de Pensões	792.422,32	871.037,95
Processos Judiciais	164.879,92	164.879,92
Passivos por impostos diferidos	-	-
Subsídios ao investimento (nota 15)	-	-
Reavaliações	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Docapesca tem registados Ativos por Impostos Diferidos no montante de 957.302,24 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19). O período de 12 anos corresponde essencialmente ao período de reversão das diferenças temporárias tributáveis que geraram os passivos por impostos diferidos.

As restantes diferenças temporárias dedutíveis (essencialmente provisões) não foram utilizados para gerar ativos por impostos diferidos atendendo à incerteza na obtenção de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação.

Processos em execução fiscal

- Liquidação adicional de IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- Administração do Porto de Aveiro

Entre maio de 2008 e maio de 2013, foram reclamadas pela APA, dívidas a título de taxas de movimentação de pescado, no montante de 2.746.646,33 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto dos Serviços de Finanças de Lisboa 6 e 7.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a APA, tendentes à celebração de contrato de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes.



Em 2014, na sequência da assinatura de novo contrato de concessão, foram cancelados todos os processos em execução fiscal e anuladas todas as provisões constituídas, com exceção das que foram utilizadas na sequência do acordo celebrado com a APA a respeito da dívida do passado.

O acordo, alcançado através de consensualização extrajudicial, fixou a dívida em 2.137.867,87 Euros, a regularizar com o pagamento efetuado pela Docapesca de 563.980,40 Euros em 2014 e de três prestações de 187.000,00 nos anos de 2015 a 2017, efetivamente pagas em 2015, dadas as disponibilidades de tesouraria existentes. A título de contrapartida do valor remanescente, ficou a Docapesca obrigada a proceder à dragagem da área concessionada no porto de pesca costeira de Aveiro.

Originalmente contabilizada como Provisão, foi esta responsabilidade contabilizada em 2016 como custo (com utilização da provisão) e ficará em conta corrente, sendo deduzido no futuro pelos valores efetivamente dispendidos pela Docapesca em dragagens no porto de pesca de Aveiro.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

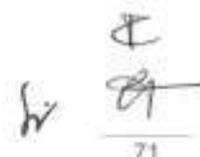
Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeitava ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

A Docapesca efetuou em 2016, o pagamento do montante reclamado, ao abrigo do programa PERES, não abdicando de prosseguir com o pedido de impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

18. Ativos e passivos financeiros

Cientes e outros créditos a receber

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes", em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme segue:



	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	778.201,80	(19.848,82)	758.352,98	833.177,98	(23.542,00)	809.635,98
Vencido:						
0-90 dias	1.221.246,26	(76.657,72)	1.144.588,54	1.330.480,25	(93.850,07)	1.236.630,18
90-180 dias	239.730,94	(69.007,17)	170.723,77	402.099,52	(92.685,73)	309.413,79
180-360 dias	172.407,03	(145.398,91)	27.008,12	430.673,51	(220.265,47)	210.408,04
> 360 dias	6.509.659,16	(5.473.510,30)	1.036.148,86	6.070.203,55	(5.194.473,79)	875.729,76
	8.921.245,19	(5.784.422,92)	3.136.822,27	9.066.634,81	(5.624.817,06)	3.441.817,75

O montante relativo a "Clientes" – não vencido está acrescido em 3.131,81 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

As dívidas de clientes com mais de 360 dias que não foram objeto de perda por imparidade correspondem à faturação de clientes que ainda se encontram a pagar as dívidas integradas do IPTM (anteriores a junho de 2014), assim como às dívidas de clientes com acordo de pagamento em cumprimento e ainda ao conjunto da faturação de pequeno montante dirigida a um número significativo de clientes que se encontra em análise por diversas reclamações, não se tendo dado ainda início à sua cobrança. Entendemos, contudo, que estes montantes serão realizados no decurso do próximo exercício, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

Apesar de não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca todo o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca.

Assim, foi já integrado o montante total de 1.387.172,54 Euros, correspondente aos recebimentos até 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os "Outros créditos a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	4.615.799,09	(51.052,73)	4.564.733,38	5.281.595,35	(40.120,85)	5.241.434,50
Devedores duvidosos	2.733.142,42	(2.733.142,42)	-	2.733.595,67	(2.733.595,67)	-
Devedores diversos	762.896,07	-	762.896,07	771.171,58	-	771.171,58
Subsídios ao investimento a receber (nota 14)	-	-	-	-	-	-
Subsídios à Gratificação a receber (nota 14)	147.500,00	-	147.500,00	-	-	-
Outros	73.873,07	(8.087,40)	65.785,67	89.443,31	(8.087,40)	81.355,91
	8.333.197,65	(2.790.282,55)	5.542.915,10	8.875.735,91	(2.779.773,92)	6.095.961,99
Acrescimos de provêtos:						
Outros	162.799,62	-	162.799,62	144.294,67	-	144.294,67
	162.799,62	-	162.799,62	144.294,67	-	144.294,67
	8.495.997,27	(2.790.282,55)	5.705.714,72	9.020.030,58	(2.779.773,92)	6.240.246,66



O montante relativo a "Compradores – guias" está acrescido em 144.674,50 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e depositados no dia útil seguinte.

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é detalhada conforme segue:

	2017			2016		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1.209.842,63	-	1.209.842,63	2.266.562,74	-	2.266.562,74
Vencido:						
0-90 dias	2.942.873,37	(10.931,88)	2.931.941,49	2.649.249,47	-	2.649.249,47
90-180 dias	123.933,63	-	123.933,63	81.821,92	-	81.821,92
180-360 dias	153.330,55	-	153.330,55	49.344,53	(15.325,25)	34.019,28
> 360 dias	2.916.948,33	(2.763.263,27)	155.685,06	2.968.142,36	(2.748.361,27)	219.781,09
	<u>7.348.928,51</u>	<u>(2.774.195,15)</u>	<u>4.574.733,36</u>	<u>8.015.121,02</u>	<u>(2.763.686,52)</u>	<u>5.251.434,50</u>

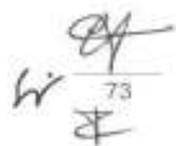
A diferença de 10.000 Euros na quantia escriturada líquida fica a dever-se à existência de uma imparidade adicional específica nesse valor relativa a uma dívida de "Devedores duvidosos"

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 170.114,49 Euros (565.988,23 Euros em 2016), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

	2017		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	389.491,46	(229.885,60)	159.605,86
Outros devedores	10.931,88	(423,25)	10.508,63
	<u>400.423,34</u>	<u>(230.308,85)</u>	<u>170.114,49</u>

	2016		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Clientes	694.203,79	(156.933,03)	537.270,76
Outros devedores	29.754,70	(1.037,23)	28.717,47
	<u>723.958,49</u>	<u>(157.970,26)</u>	<u>565.988,23</u>

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2017, estavam na posse da Docapesca 768 Garantias Bancárias, no valor de 11.603.263,67 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 1.806.915,97 Euros.



	2017	2016
Garantias bancárias	11.603.263,67	12.392.311,81
Cauções em numerário	1.806.915,97	1.970.762,30
	<u>13.410.179,64</u>	<u>14.363.074,11</u>

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2017		2016
	Docapesca	Ex-PTM	
Garantias bancárias	1.110.799,50	327.708,71	1.368.356,53
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	74.224,37	19.469,64	72.721,90
Seguros de caução	182.584,69	56.163,58	54.773,56
Depósitos bancários para retenção garantias	109.803,95	97.112,96	112.236,08
Retenção para reforço de garantia			
Fornecedores correntes	1.914,92	-	1.529,42
Fornecedores de investimento	200.014,13	-	248.220,89
	<u>1.679.341,56</u>	<u>500.454,89</u>	<u>1.857.838,38</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2017			2016		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	Milenium BCP	1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-
		<u>1.250.000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.250.000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

Durante o exercício de 2017, o endividamento médio foi de 5,32 Euros, remunerado à taxa média de 2,50 %.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530
2012	4,09%	41.662	34.164	1.018.977
2013	2,66%	15.037	30.386	508.089
2014	1,87%	4.157	19.246	148.193
2015	2,56%	116	5.865	6.911
2016	2,50%	1.517	2.604	60.693
2017	2,50%	49	3.125	-

A taxa média anual de financiamento apresentada corresponde ao indexante + spread + imposto de selo.

A conta caucionada foi garantida por subscrição de livrança em branco com convenção de preenchimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013. Abriu uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de junho de 2015, e foram renovados por períodos sucessivos de 90 dias. Em novembro de 2015, considerando que a evolução da atividade da empresa, nomeadamente o investimento previsto para 2016, não justificava a manutenção da conta caucionada, a Docapesca comunicou ao Millennium BCP a não renovação da conta corrente caucionada, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015.

Apesar de se registar utilização nula durante todo o exercício, o descoberto bancário foi utilizado pontualmente, originado custos no montante de 48,55 Euros.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:



	2017	2016
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	743.004,55	596.532,14
0-90 dias	88.777,41	207.036,69
90-180 dias	-	-
180-210 dias	-	-
> 210 dias	-	-
	<u>831.781,96</u>	<u>803.568,83</u>
Fornecedores, combustíveis (Não vencido)	29.956,92	4.864,96
Fornecedores por retenções	1.914,92	1.529,42
Fornecedores, fat. em receção e conferência	7.152,16	54.301,10
	<u>870.805,96</u>	<u>864.264,31</u>

A conta Fornecedores, combustíveis no montante de 29.956,92 Euros (4.864,96 Euros em 2016) é referente à valorização do stock de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos (explorados pela Docapesca) de abastecimento de combustíveis a navios.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016 (Reexpresso)
Outras dívidas a pagar (não corrente):	1.711.342,29	1.929.103,57
Ajustamentos a subsídios	1.711.342,29	1.929.103,57
Outras dívidas a pagar (corrente):	8.624.762,88	10.470.505,08
Cativações a armadores	1.609.331,11	2.042.926,90
Cauções	1.930.690,32	2.098.017,41
Armadores - marés	673.258,39	926.119,22
Reserva pessoal dos armadores	648.365,76	810.000,01
Armadores - Segurança Social	6.643,48	8.963,68
Fornecedores de imobilizado	421.762,92	904.704,82
FAP - Subsídios processados em excesso	54.478,54	240.196,17
PTM - Processos Judiciais	-	290.000,00
APA - acordo a recuperar com dragagens	1.012.887,47	1.012.887,47
Outros	451.604,71	310.910,68
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.394.786,54	1.370.242,80
- Água	51.047,48	101.161,75
- Electricidade	127.848,68	136.313,91
- Descontos em Serviços da Lota	8.402,19	10.007,74
- Imposto Municipal sobre Imóveis	13.640,65	13.885,96
- Transporte de Pescado	15.214,69	14.967,05
- Diversos	204.629,75	179.199,52

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;



- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = \text{SPB} - \text{PSS}$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
≥ 30	100%
≥ 25 e < 30	90%
≥ 20 e < 25	80%
< 20	75%

(Tabela I)

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido



que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

- Fundo de pensões da Docapesca

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de caráter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	—
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 ≤ N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.



Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prêmios de reforma atribuíveis de 2011 a 2017.

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário ilíquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2017.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.





Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2017.

Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2017 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2017	2016
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	2,80%	0,60%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

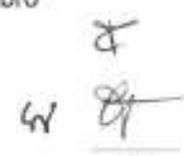
No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2017	2016
Custo dos serviços correntes	12.618,00	29.020,00
Custo de juros	26.344,00	45.919,00
Rendimento esperado do Fundo	(3.756,00)	(10.570,00)
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos	(157.019,00)	114.754,00
Revisão Atuarial	-	-
Cortes do plano /(ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-
Total de gastos (Nota 22)	(121.813,00)	179.123,00

Nota: o montante de 114.754,00 Euros, reconhecido como custo do exercício em 2016, veio a ser realocado para a conta de ganhos e perdas atuarias no capital próprio, por transferência a partir da conta de resultados transitados, para onde tinha sido transferido quando da aprovação das contas, juntamente com os restantes valores do exercício de 2016. Assim, apesar de se terem verificado em 2017 ganhos atuarias de 157.019,00 Euros, o valor reconhecido em 31 de dezembro de 2017 no capital próprio é de 42.265,00 Euros, que corresponde à soma dos valores de 2016 e 2017.

Esta alteração na contabilização das perdas atuarias de 2016 não foi efetuada no exercício respetivo por não ter sido considerada materialmente relevante.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:



	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	421	258	679
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	14.057	777.957	792.014
Justo valor dos ativos do fundo			572.815
Deficit do fundo			219.199
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1.760.405	1.542.275	3.302.679
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			3.521.878

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são descritos conforme se segue:

	2017	2016
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	3.634.531,00	3.712.888,00
Custo dos serviços correntes	12.268,00	28.825,00
Custo de juros	21.167,00	36.156,00
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	(107.130,00)	(109.820,00)
Benefícios previstos	(238.023,00)	(254.753,00)
Alteração da taxa de desconto	(20.132,00)	221.235,00
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	3.302.681,00	3.634.531,00

Os ganhos actuariais correspondem, essencialmente, ao prémio de reforma, pensões de sobrevivência e subsídio por morte, cujo pagamento se encontra suspenso.

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são descritos a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	691.737	830.193
Retorno real dos activos do fundo	3.791	(2.265)
Contribuições para o fundo	-	-
Benefícios pagos	(122.713)	(136.191)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	572.815	691.737

A carteira de ativos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 110.924.566 Euros (102.856.414 Euros em 2016), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 0,52 % (0,67% em 2016).

As principais categorias de ativos do fundo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2017	2016
Liquidez	62.437	117.595
Obrigações	402.116	449.629
Ações	70.456	83.008
Retorno absoluto	29.786	34.587
Imobiliário	8.019	6.917
	<u>572.815</u>	<u>691.737</u>

O retorno real dos ativos do fundo ascendeu em 31 de dezembro de 2017 a 3.791,00 Euros (- 2.265,00 Euros em 2016).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de dezembro, encontra-se assegurado em 98,9 %, com referência a 31 de dezembro de 2017, resultando um défice de financiamento de 6.332,00 Euros, valor já entregue em 2018.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2017	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2016
A. Alterações nas responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	3.634.531	928.487	3.712.888	1.051.471
Custo dos serviços correntes	12.268	350	28.825	195
Custo dos juros	21.167	5.177	36.156	9.763
(Ganhos) / perdas atuariais	(107.130)	(802)	(109.820)	(20.261)
Benefícios previstos	(238.023)	(132.151)	(254.753)	(152.284)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(20.132)	(9.048)	221.235	38.603
Responsabilidades no final do período	<u>3.302.681</u>	<u>792.013</u>	<u>3.634.531</u>	<u>928.487</u>
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	691.737	-	830.193
Rendimento esperado	-	3.756	-	10.570
Ganho/ (perda) de rendimento	-	35	-	(12.835)
Contribuições da empresa	227.590	-	242.008	-
Benefícios pagos	(227.590)	(122.713)	(242.008)	(136.191)
Valor do fundo no final do ano	<u>-</u>	<u>572.815</u>	<u>-</u>	<u>691.737</u>
C. Valores reconhecidos no balanço				
Valores do Balanço				
Responsabilidades	3.302.681	792.013	3.634.531	928.487
Fundo	-	572.815	-	691.737
Valor líquido das responsabilidades	<u>3.302.681</u>	<u>219.198</u>	<u>3.634.531</u>	<u>236.750</u>

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2017	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2016
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	12.268	350	28.825	195
Custo dos juros	21.167	5.177	36.156	9.763
Rendimento esperado do fundo	-	(3.756)	-	(10.570)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	-	-
Cortes do plano / (ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	33.435	1.771	64.981	(612)
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo	-	3.791	-	(2.265)
Rendimento de reembolsos	-	-	-	-
<i>OCI Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço</i>				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios anteriores	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	(137.696)	(19.323)	98.670	16.084
(Ganho) / Perda atuarial	(127.263)	(9.850)	111.415	19.342
(Ganho) / Perda de rendimento	-	(35)	-	12.835
(Ganho) / Perda de benefícios	(10.433)	(9.438)	(12.745)	(16.093)
(Ganhos) / Perdas	(137.696)	(19.323)	98.670	16.084
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	0,81%	0,81%	0,80%	0,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	0,60%	0,60%	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
F. Activos do Fundo				
Ações	-	12,30%	-	12,00%
Obrigações Taxa Fixa	-	50,70%	-	54,00%
Obrigações Taxa Variável	-	19,50%	-	23,00%
Imobiliário	-	1,40%	-	1,00%
Retorno Absoluto	-	5,20%	-	4,00%
Liquidez	-	10,90%	-	6,00%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
<i>Diferença entre o rendimento esperado e efectivo</i>				
a. Em valor	-	(35)	-	12.836
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	0,00%	n.a.	1,9%
<i>Diferença entre as responsabilidades esperadas e efetivas</i>				
a. Em valor	(127.263)	(9.850)	111.415	19.342
b. Em percentagem das responsabilidades	-3,9%	-1,2%	3,1%	2,1%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(3.634.531)	(236.750)	(3.712.888)	(221.278)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	137.696	19.323	(98.670)	(16.084)
Custo com pensões	(33.435)	(1.771)	(52.720)	612
Contribuições da empresa	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	227.590	-	242.008	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período	(3.302.680)	(219.198)	(3.622.270)	(236.750)
(1)+(2)+(3)-(4)-(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)				

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.



Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de "contribuição definida" fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de "contribuição definida", encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de "benefício definido" para "contribuição definida") mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de "benefícios definidos" em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

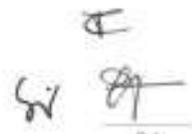
A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis.

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Diferimentos ativos		
Combustíveis	29.956,92	4.864,96
Seguros diversos	73.550,94	86.245,83
Dragagem de Aveiro	182.853,14	120.898,50
Manutenção de licenças (Software)	12.050,09	13.388,48
Renda do Edifício da Sede	21.178,60	20.943,92
Diversos custos diferidos	11.212,40	10.170,25
	<u>310.802,09</u>	<u>256.511,94</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
Ced.Explor. Entrepoto Frigorífico Peniche	12.500,00	11.250,00
Ocupações Dominiais	33.523,94	-
Indemnizações a reconhecer	58.397,99	-
	<u>113.172,19</u>	<u>20.000,26</u>



21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	317.466,70	(270.993,03)	-
IRC de Exercícios anteriores a Recuperar	-	-	-	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	22.676,19	(19.356,65)	-
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	352,39	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-	26.990,28	-
Pagamento por conta	-	(257.442,85)	482.901,95	-
Tributação autónoma a pagar	-	21.526,34	-	25.768,93
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	79,99	-	80,09	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	92,98	110.017,07	-	120.764,61
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.092.458,93	-	1.242.331,18
Contribuições para a Segurança Social	-	229.362,15	-	236.491,14
Outros impostos	-	33,00	119,07	6.783,55
	<u>172,97</u>	<u>1.536.449,92</u>	<u>201.741,71</u>	<u>1.832.139,41</u>

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derramas (340.495,28 Euros), deduzidos dos montantes de pagamentos antecipados (257.442,85 Euros), cifrando-se, em termos líquidos, num pagamento em 2018.

Em 2017, não foram efetuados quaisquer pagamentos a título de Pagamento Especial por Conta.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme segue:

	2017	2016
Eletricidade	1.132.167,78	1.236.111,67
Limpeza, higiene e conforto	1.532.696,57	1.558.301,96
Conservação e reparação	1.050.328,82	1.249.270,69
Vigilância e segurança	1.210.287,77	1.179.084,92
Serviços de mão-de-obra externa	579.467,41	544.090,38
Água	418.067,30	483.416,56
Trabalhos especializados	643.832,93	483.491,77
Comunicações	155.362,70	157.493,56
Honorários	39.057,48	65.159,75
Rendas e alugueres	212.749,14	203.708,76
Serviços postos vendagem	706.298,55	658.776,41
Participação em Feiras	288.282,45	260.713,02
Seguros	158.770,85	142.293,47
Outros	442.740,80	582.599,85
	<u>8.570.100,55</u>	<u>8.804.510,77</u>



Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2017	2016
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	1.986.825,31	2.130.340,92
Fornecimentos e Serviços Externos	1.132.167,78	1.236.111,67
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	854.657,53	894.229,25
<hr/>		
	2017	2016
Água faturada pelos fornecedores	768.893,72	809.081,46
Fornecimentos e Serviços Externos	418.057,30	483.416,56
Imputada a custo de produção do gelo	71.310,28	70.975,14
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	279.526,14	254.689,76

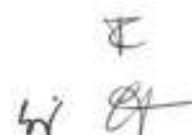
O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais (nota 6)	186.592,44	188.523,08
Remunerações do pessoal	8.658.724,37	8.530.142,51
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 18)	35.206,00	179.123,00
Indemnizações	190.000,00	391.184,00
Encargos sobre remunerações	1.974.951,82	1.962.820,09
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	95.834,41	78.821,29
Gastos de ação social	200.753,06	195.510,77
Gastos com formação	53.083,03	43.137,51
Outros	66.701,13	71.105,26
	<u>11.461.846,06</u>	<u>11.640.367,51</u>

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de 482 e 486 trabalhadores, respetivamente.



24. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	3.578.938,87	3.502.390,91
Ativos Intangíveis (Nota 8)	45.652,51	38.015,11
	<u>3.624.591,38</u>	<u>3.540.406,02</u>

25. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (Nota 21)		
- Energia elétrica	450.613,90	432.266,05
- Água	150.282,37	144.569,50
- Cedência de exploração	96.353,17	89.333,59
- Outros	158.617,53	199.422,74
Descontos de pronto pagamento obtidos	19,43	1,65
Ganhos em ativos fixos tangíveis	4.770,51	24.030,37
Ganhos em inventários	797,68	95,90
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 14)	1.441.057,18	1.814.547,71
Regularização de faturação de água e energia	-	103.403,28
Outros	43.504,02	67.273,87
	<u>2.346.015,79</u>	<u>2.874.944,66</u>

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica "Cedência de exploração" respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

26. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme segue:

	2017	2016
Impostos e taxas	51.228,86	40.346,53
Cedência de exploração	27.203,51	26.071,82
Concessões de portos de pesca	1.029.454,83	1.090.013,27
APA dívida reconhecida	-	1.012.887,47
Perdas em ativos fixos tangíveis	49.370,84	36.591,72
Perdas em inventários	1.188,09	2.114,59
Subsídios	99.317,87	144.847,85
Outros	129.021,13	271.171,15
	<u>1.366.784,93</u>	<u>2.624.044,40</u>

As rubricas "Gastos com cedências de exploração" e "Concessões dos portos de pesca" incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 382.754,51 Euros (440.478,22 Euros em 2016);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 119.626,59 Euros (125.292,25 Euros em 2016);
- O valor de 16.792,91 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (APA e APFF) – 16.131,15 Euros em 2016;
- O valor de 335.551,09 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (333.748,92 Euros em 2016);
- O valor de 191.522,64 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (190.493,88 Euros em 2016);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 7.026,00 Euros (6.566,28 Euros em 2016).

27. Instrumentos de capital próprio

Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser

utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende a 100.620,52 Euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção-Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 23 de junho de 2017, a totalidade do lucro obtido em 2016 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (líquida de ajustamentos), ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15), bem como ao efeito da integração parcial de saldos do ex-IPTM e dos ganhos atuariais relativos ao fundo de Pensões.

28. Integração dos Saldos do ex-IPTM

Descrição	Saldo	Movimentos do Ano 2017		Saldo
	31-12-2016	Aumentos	Diminuições	31-12-2017
Integração de Clientes	1.327.433,83	59.738,71	-	1.387.172,54
Património	62,00	1.206,00	-	1.267,00
Responsabilidades associadas a património	-	-	-60.563,47	-60.563,47
Responsabilidades	-475.168,92	11.311,01	-257.389,42	-721.247,33
	-475.168,92	11.311,01	-317.952,89	-781.810,80
Subsídios não aceites e descontados pelo IFAP	-309.283,96	-	-	-309.283,96
	543.042,95	72.254,72	-317.952,89	297.344,78

Entre 2015 e 2017 foi apenas possível integrar parcialmente os saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), que originaram um ativo no montante de 1.387.172,54 Euros.

As responsabilidades incluem:

- O valor de 290.000,00 Euros, no âmbito de um Processo Judicial movido contra o ex-IPTM pela Construtora San Jose. Esta responsabilidade foi integrada no ano de 2015 por contrapartida de outras dívidas a pagar. Em 2017, o montante foi considerado como Provisão;
- Em 2016 integrou-se o processo com a Fingelo, no montante de 185.168,92 Euros;
- Também em 2017, foi adotado idêntico procedimento relativamente a um desembolso potencial no âmbito de um processo movido contra o ex-IPTM pelas empresas Lena – Engenharia e Construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., no montante de 238.042,83 Euros, relativo a trabalhos em infraestruturas, alegadamente executados e não pagos pelo ex-IPTM, no porto de pesca de Peniche.

29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.534.829,15	2.070.133,30
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1.705.680	1.705.680
Resultado por ação básico	0,8999	1,2137

30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias prestadas		
	2017	2016
Repsol	210.000,00 (a)	210.000,00
Petrogal	15.000,00 (a)	15.000,00
APA	100.000,00 (b)	100.000,00
APFF	100.000,00 (b)	100.000,00
Autoridade Tributária	109.152,26	0,00
Restantes Garantias Prestadas	35.407,21	35.407,21
Total	569.559,47	460.407,21

- a) Duas garantias bancárias, de 50.000 Euros cada, destinadas a cobrir o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos portos de pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Repsol, duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino e uma garantia bancária de 15.000 Euros associada à gestão Galp Frota.
- b) Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

31. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2015 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	569.559,47	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (226.729,33), cumprimento de contratos (200.000,00), Processo AT (€ 109.152,26) e diversos (33.677,87)

32. Gastos Operacionais (Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, art.º 124.º, n.º 4)
 Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os gastos operacionais referidos no n.º 4, do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março eram detalhados conforme segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Gastos Operacionais		
Comunicações	155.362,70	157.493,56
Deslocações e Estadas	18.417,35	27.081,67
Ajudas de Custo	15.237,45	17.805,14
Gastos com Viaturas (*)	172.314,19	195.498,72
Reparações de Viaturas	38.764,12	63.212,99
Seguros para Viaturas	9.095,68	10.665,32
Aluguer de Viaturas	36.495,28	25.222,08
IUC - Imposto Único de Circulação	1.591,97	1.614,41
Combustíveis para Viaturas	56.038,97	61.070,42
Portagens e Estacionamento de Veículos	30.328,17	33.638,50
Outros Gastos (Registos e Notariado)	-	75,00
	361.331,69	397.879,09

(*) não estão incluídas as despesas relacionadas com máquinas

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





4. Performance da Docapesca

1. Assessoria Jurídica e Gestão Dominial

Foram emitidos centenas largas de títulos de ocupação dominial (licenças e concessões);

Foram efetuadas centenas de subidas/descidas de embarcações;

Foram celebrados vários contratos de gestão;

Foram efetuados procedimentos concursais para atribuição de várias carreiras de transporte de passageiros no Algarve;

Foi concessionado o Porto de recreio de Olhão;

Foram efetuadas várias conversões de títulos, resolvendo-se situações irregulares que perduravam desde o tempo do IPTM;

- Elaboração das minutas usadas pela Docapesca;
- Adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
- Adoção de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
- Adoção de medidas de instituição de uma tramitação procedimental centralizada;
- Prestação dos esclarecimentos solicitados;
- Prestação de informação oficiosa;
- Aferição das propostas de decisão de contratar e das peças do procedimento;
- Participações no júri dos procedimentos;
- Prestação de todo o apoio jurídico solicitado;
- Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente impugnações administrativas e serviços/trabalhos complementares).
- elaboração diária da "informação diária", do diário da república;
- Elaboração de diversas procurações, atos notariais, nomeadamente autenticações de documentos particulares e certificação de documentos;
- Acompanhamento de processos judiciais,
- Inquérito a factos ocorridos na lota de Portimão;
- Protocolo com a Associação de Pescadores de Armação de Pera;
- Elaboração de Protocolo com o Ginásio Clube Naval de Faro.
- Elaboração do contrato de Gestão com a Câmara Municipal de Faro;
- Remoção da lanterna do farol da Ponta de Santo António em S. Martinho do Porto para a instalação de uma nova lanterna LED autónoma;
- Limpeza das rampas com aplicação de hipoclorito para queimarem o limo da superfície;
- Corte de ervas de bermas e passeios;
- Colaboração em intervenções de reparação/manutenção diversas em equipamentos da lota;



- Trabalhos de serralharia civil/mecânica em áreas diversas, nos cais, reparação de grelhas de caleiras de águas pluviais e de lavagens, reparação de fechaduras e pequenas avarias em portas e portões das instalações portuárias, intervenção na barreira de controlo de tráfego na portaria do porto;
- Pequenas intervenções de construção civil e pinturas;
- Envio de centenas de cartas de notificação de dívidas vencidas;
- Substituição de coluna de iluminação e intervenção em toda a restante iluminação pública no Porto da Ericeira.
- Reestruturação da estação elevatória no Porto da Ericeira.
- Intervenções pontuais de manutenção no Porto de Cascais.
- Substituição de escadas de cais no Porto de Peniche.
- Execução de drenos, com recurso a máquina de carotar, nas pontes-cais de descarga de embarcações do cerco no Porto de Peniche.
- Conclusão do terraplino destinado ao estacionamento a seco de embarcações no Porto de Peniche.
- Reparação (fibragem) e reposição de flutuadores no pontão flutuante destinado a embarcações de atividade marítimo-turísticas.
- Substituição de postes e painéis de vedação no Porto de Peniche, em zonas cuja corrosão poderiam em breve resultar no seu derrube.
- Fabricação de ponte de acesso a pontão flutuante destinado a embarcações marítimo-turísticas.
- Fabricação de varandins em inox destinados a zona de acesso ao pontão flutuante destinado a embarcações marítimo-turísticas.
- Instaurados centenas de processos de contraordenação;
- Emissão de pareceres e demais instrumentos jurídicos;
- Reconhecimentos notariais.

45 

2. Auditoria e Controlo Interno

Enquadramento

A Direção de Auditoria e Controlo Interno (DAC) tem como principal responsabilidade apoiar o Conselho de Administração, através da realização de auditorias ou trabalhos de consultoria internos, que permitam uma apreciação sistemática e independente das atividades e processos, de forma a responder a requisitos do controlo interno, na avaliação e gestão dos riscos, na comunicação e na monitorização.

Balanço das Atividades

A DAC focou a sua ação nas áreas que necessitaram de maior intervenção, mitigação e monitorização, com vista à melhoria contínua dos processos e procedimentos e à mitigação de riscos de gestão.

Ao nível do Conselho de Administração elaboraram-se contributos diversos, como a "Grelha de reflexão" da "Estratégia para os novos Planos Nacionais na área da igualdade e não discriminação – Consulta e reflexão sobre a Estratégia".

Em termos da execução do Plano de Atividades da DAC, elaboraram-se:

- «Plano para a Igualdade e Não Discriminação da Docapesca – Portos e Lotas, SA – Oitavo Relatório Intercalar de Avaliação e Acompanhamento (ano de 2016)»: Cumprimento da determinação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros, e das Resoluções do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e n.º 103/2013, de 31 de dezembro.
- «Relatório Síntese da Execução Anual do Plano de Prevenção dos Riscos da Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA (2017)»: Cumprimento das orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), do Tribunal de Contas: Recomendação n.º 1/2009, de 01/07/2009, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho.
- As auditorias:
 - o Aos Registos dos Tempos de Trabalho – Sede, com monitorizações da implementação das principais recomendações.
 - o Às declarações de cabimentação de despesas e encargos na Docapesca – Portos e Lotas, SA.
 - o Aos procedimentos das portarias dos Portos de Pesca de Nazaré, Peniche e Matosinhos;
 - o Aos procedimentos de tesouraria das DLPP de Matosinhos, do Centro Norte (Aveiro), do Centro (Nazaré e Peniche) e do Centro Sul (Setúbal e Sesimbra);
 - o Aos procedimentos de utilização da frota automóvel (início).
- Alertas intercalares a procedimentos de contratação pública.
- Monitorização do «Manual de Procedimentos da Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Desenvolveram-se ainda outras ações de apoio às direções da empresa que o requereram.



Metodologia Adotada

A metodologia de trabalho adotada baseou-se nos critérios de risco de controlo e de observância da conformidade. Elaboraram-se programas de trabalho, levantou-se informação (legislação, normas, regulamentos, procedimentos, etc.), verificaram-se processos e procedimentos, aplicaram-se testes de auditoria, analisou-se documentação, elaboraram-se relatórios.

Formação

Em 2017, a DAC frequentou formação profissional sobre o Código da Contratação Pública, a Proteção de Dados Pessoais e as Normas GRI – Formação Certificada GRI.

3. Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação

No âmbito da Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação (DEIC) desenvolveram-se um conjunto de projetos que visam promover o desenvolvimento, competitividade e notoriedade da empresa, identificando as melhores vias para a implementação e comunicação das estratégias planeadas, numa vertente interna e externa, potenciando sinergias, inovação e orientação para o mercado. Simultaneamente, teve como objetivo, desenvolver novas frentes de atuação que aumentem a proximidade, confiança e a transferência de valor para o setor, parceiros e sociedade.

A DEIC é também responsável por contribuir para o desenvolvimento da área comercial da empresa ao nível de diversos serviços complementares à 1ª venda do pescado, como é o caso da venda de gelo, combustíveis, mercadorias e outras prestações de serviço, no âmbito das instalações nos portos de pesca, gestão dominial, náutica de recreio e marítimo-turísticas, elaborando também os respetivos Tarifários em vigor.

Rendimentos Operacionais das Atividades Comerciais

Os rendimentos provenientes de atividades comerciais em 2017 situaram-se nos 10.635.419€, menos 3% do que em 2016, contribuindo em 37,4% para a formação dos rendimentos operacionais da empresa. Este decréscimo prende-se, essencialmente, com o Gelo (-8,47%), com os Combustíveis (-7,33%) e com os Serviços de Náutica e M.T. (-12,44%).

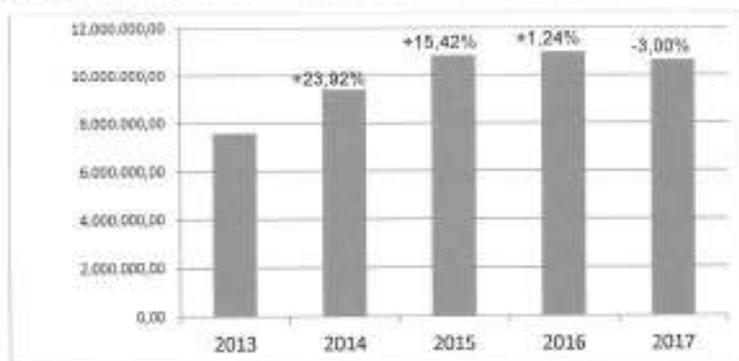
Por segmentos de atividade, a evolução foi a seguinte:

	2017	2016	Evolução	Evol. %
Área Comercial	10.635.419,72	10.964.822,06	-329.402,34	-3
Venda de Mercadorias e Rendimentos Conexos				
Aprestos de Pesca	13.902,78	22.033,44	-8.130,66	-36,9
Lubrificantes	15.235,43	17.204,68	-1.969,25	-11,45
Baterias	4.666,30	2.746,67	1.819,63	66,25
Embalagens	25,32	18,81	6,51	34,61
Comandos	19.225,00	30.550,00	-11.325,00	-37,07
Combustíveis	804.874,03	868.301,38	-63.627,35	-7,33
Sub-Total	857.628,86	940.654,98	-83.226,12	-8,85
Gelo	1.227.839,58	1.341.201,11	-113.561,53	-8,47
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços Conexos	5.691.703,28	5.702.909,87	-11.206,59	-0,2
Gestão Dominial	1.662.251,95	1.619.399,23	62.852,72	3,88
Serviços Náutica e M.T.	1.112.476,35	1.270.487,33	-158.010,98	-12,44
Sub-Total	8.486.431,58	8.592.796,43	-106.364,85	-1,24
Outras Actividades	63.719,70	89.969,54	-26.249,84	-29,18

5

97

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DA ÁREA COMERCIAL 2013-2017

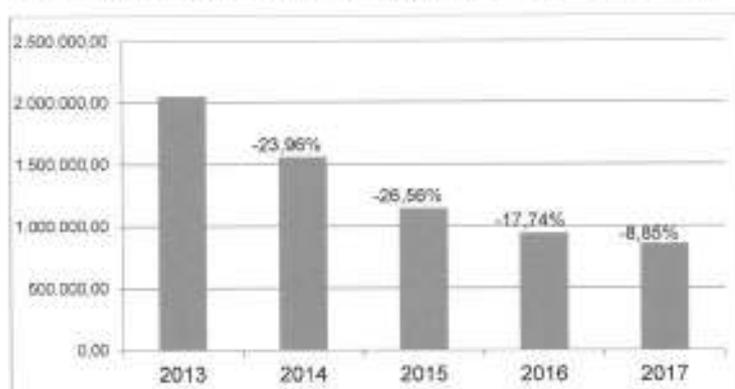


Nota: Em 2014, foram integradas as atividades do ex-IPTM.

Venda de Mercadorias

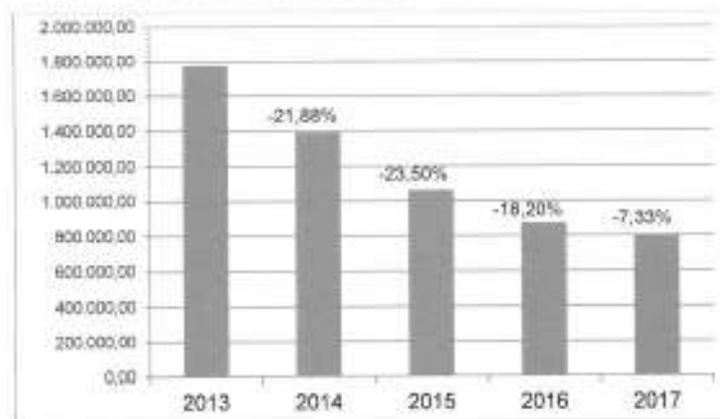
A evolução da venda de mercadorias foi fortemente influenciada pela redução da atividade das Lojas Docapesca a partir de 2013, por decisão estratégica do C.A. sobre o seu encerramento. As vendas de aprestos de pesca (artigos de pesca, cabos e fios, redes, tintas e vestuário), lubrificantes e embalagens nas Lojas Docapesca registaram assim uma evolução negativa de -36,9%, face a 2016.

EVOLUÇÃO DA VENDA DE MERCADORIAS – 2013-2017



Outro fator que influenciou esta evolução negativa, foi a venda de **combustíveis** que registou, em 2014, um decréscimo nas quantidades. Em 2015/16, apesar das quantidades vendidas se manterem estáveis, o preço do gasóleo baixou, refletindo-se numa redução dos rendimentos. Em 2017, verifica-se um **decréscimo nos rendimentos de -7,33%**, devido, essencialmente, à passagem da posição no porto de pesca de Aveiro para a APARA, a partir de 15/09/2017. O gráfico seguinte mostra esta evolução.

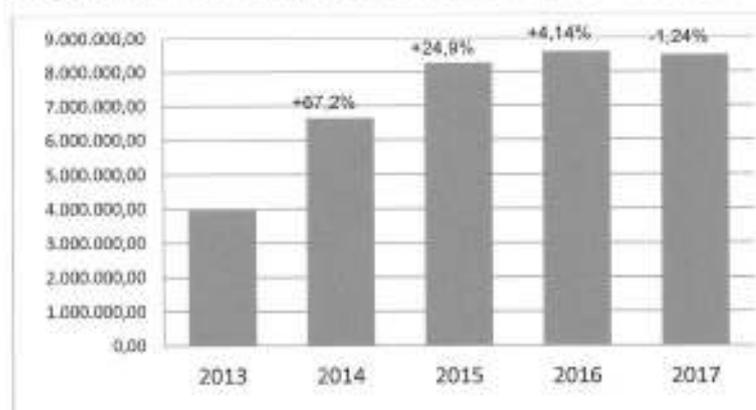
EVOLUÇÃO DA VENDA DE COMBUSTÍVEIS 2013-2017



Prestações de Serviços

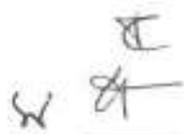
As prestações de serviços comerciais incluem a cedência de instalações, os serviços dos portos de pesca e as receitas provenientes das áreas de Gestão Dominial, Estaleiros, Náutica de Recreio e Atividades Marítimo-Turísticas. O gráfico seguinte apresenta a sua evolução nos últimos 4 anos, influenciada em 2014 e 2015 pela integração dos armazéns e restantes áreas na jurisdição do ex-IPTM.

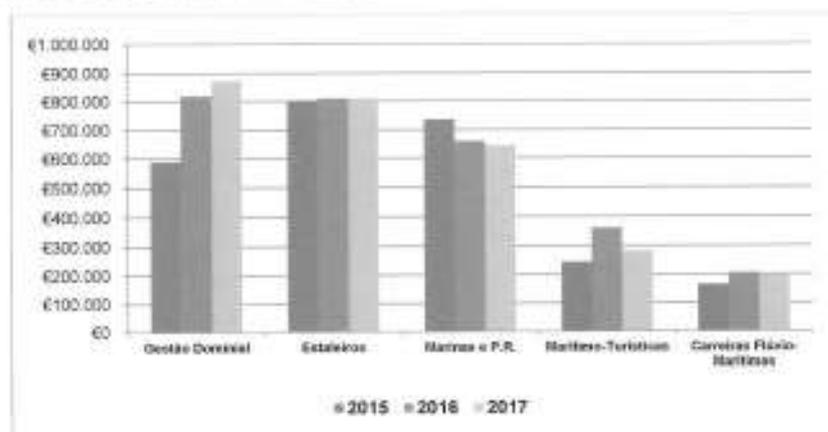
EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – 2013-2017



O nível geral de ocupação de instalações nos portos de pesca em 2017 foi de 83%, (+3% face a 2016), com as maiores taxas de ocupação – acima dos 90% - registadas nas Direções de Matosinhos, Centro e Centro Sul.

No âmbito das novas áreas de rendimentos da Gestão Dominial, Estaleiros, Marinas e Portos de Recreio, Marítimo-Turísticas e Carreiras Flúvio-Marítimas, o gráfico seguinte evidencia o peso e evolução a partir de 2015.



EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS – NOVAS COMPETÊNCIAS - 2015-2017


Dentro da área da Gestão Dominial, incluem-se as ocupações do Domínio Público Marítimo que transitaram para a Docapesca, nomeadamente nas frentes ribeirinhas das áreas portuárias (quiosques, restaurantes, esplanadas, habitações, etc), parques de estacionamento, apoios de praia, viveiros, estaleiros e oficinas de reparação naval e outras ocupações dentro das áreas portuárias.

Em 2017, estas ocupações representaram um rendimento global de 1.682.251€ (+3,88% face a 2016). A Direção que mais contribui para a estrutura destes rendimentos é a Direção do Algarve (971.427€).

Os rendimentos referentes aos estaleiros de reparação e construção, atingiram os 810.009€ em 2017 (+0,1% face a 2016), e foram sobretudo influenciados por Portimão (284.522€), Peniche (193.647€), Vila do Conde (153.078€), Lagos (67.662€) e Olhão (33.323€).

No que diz respeito às restantes ocupações da gestão dominial, obtiveram-se rendimentos no valor de 872.424€ (+6,6% face a 2016). As áreas portuárias mais relevantes foram Póvoa de Varzim (107.640€), Tavira (88.476€), Lagos (79.002€), Nazaré (76.749€) e Vilamoura (62.142€).

No âmbito da Náutica e Marítimo-Turísticas, estão incluídas as receitas provenientes das concessões de marinas e portos de recreio, taxas de amarração, taxas de utilização de porto, utilização de equipamentos, estacionamento de embarcações em terra, ocupações de terrenos por empresas marítimo-turísticas e de carreiras flúvio-marítimo e taxas de venda de bilhetes. Em 2017, estas atividades representaram uma receita de 1.112.476€ (-12,4% face a 2016).

No que diz respeito às marinas e portos de recreio, os rendimentos foram de 643.581€ (-2,2% face a 2016), influenciados essencialmente por Olhão (165.098€), Faro (133.000€), Lagos (105.294€), Nazaré (103.852€) e Portimão (89.318€). A diminuição nos rendimentos prende-se essencialmente com a concessão do porto de recreio de Olhão.

No âmbito da atividade marítimo-turística, os rendimentos foram de 282.922€ (-21,8% face a 2016), sendo os portos mais relevantes, Peniche (71.497€), Lagos (62.793€), Vila Real de Santo António




(38.055€), Olhão (29.831€) e Faro (28.675€). Esta redução nos rendimentos é parcialmente explicada pela emissão de notas de crédito de correção no Algarve, no valor de 41.348€.

Em relação às carreiras flúvio-marítimas, com rendimentos no valor de 199.275€ (-2,8% face a 2016), tiveram sobretudo origem em Olhão (58.805€), Faro (30.253€), Tavira (29.958€), Santa Luzia (26.507€) e Fuseta (19.089€). A redução nos rendimentos verificou-se nas carreiras de Faro e Santa Luzia.

Campanhas e Projetos de Valorização do Pescado

Os principais objetivos passam por identificar e valorizar o pescado transacionado em loja, junto do consumidor final, através da etiqueta CCL e de um conjunto de ações integradas que potenciem o seu valor, contribuindo para o aumento da rentabilidade da frota, a retribuição justa do pescador e um consumo económico e mais responsável. Neste âmbito realizaram-se as seguintes ações:

Ações de Promoção do Pescado da Distribuição

Foi realizado um total de 12 ações de promoção nos mercados municipais de Setúbal (6 ações nos mercados do Livramento, Conceição e Azeitão), Ericeira (2 ações), Tavira (2 ações), Quinta do Conde e Baixa da Banheira.

Nas grandes superfícies, realizou-se apenas uma ação no Continente de Sesimbra.

Ações de Promoção dos Produtos de Aquicultura

No âmbito dos produtos de aquicultura, a Docapesca realizou três ações: no Peixe em Lisboa, colaboração com a APA – Associação Portuguesa de Aquicultores, onde um dos dias foi dedicado exclusivamente ao pescado português de aquicultura, com as espécies mexilhão, ostras, pregado e truta; na FATACIL e na Feira da Dieta Mediterrânica de Tavira, onde o pescado de aquicultura – corvina e mexilhão – foi introduzido em dois showcookings; e, por último, no Festival da Ostra de Setúbal, onde a Docapesca realizou duas ações.

Estudos Técnicos e de Mercado

Em Maio, foi concluído um estudo de mercado sobre a avaliação da etiqueta CCL e campanhas de valorização do pescado, aplicado a 1000 entrevistados, cobrindo todo o território nacional.

Os resultados indicam que a Campanha Promocional da Cavala contribuiu para a valorização deste tipo de pescado em Portugal, com maior impacto nos territórios onde foram realizadas ações.

Em termos de comunicação, o estudo refere que a campanha se encontra limitada no seu potencial pelos instrumentos de divulgação utilizados, sendo recomendável que estes devam ir para além do word-of-mouth e sustentar-se através de media tradicional, nomeadamente TV e também nas redes sociais.

R
W

Na sequência deste estudo, considerou-se prioritário a realização de um estudo quantitativo de avaliação dos comportamentos dos jovens das gerações Y e Z, com o objetivo de elaborar um modelo de adaptação das campanhas da Cavala e do Carapau direcionado aos jovens.

Os resultados do estudo revelam a existência de um conjunto de características comuns a todos os jovens, embora seja possível identificar 7 segmentos distintos, com filosofias de vida diferentes. Contudo, para todos eles, o meio de comunicação preferencial é o smartphone (SMS e Redes Sociais) e com incidência nas redes sociais.

O estudo permitiu também identificar as características que os jovens gostam mais e menos no pescado fresco, embora todos eles demonstrem preocupações com a sua saúde e alimentação. Em suma, o estudo aponta para uma aposta em estratégias de comunicação que ajudem a melhorar a sua experiência, que seja mais interativa e com recurso a tecnologias. Os resultados do estudo foram apresentados na Conferência InRetail, que decorreu em Novembro.

Participações em Feiras e Festivais Gastronómicos

As participações em feiras e festivais gastronómicos iniciaram-se com o projeto Setúbal – Terra de Peixe onde, ao longo do ano, a Docapesca promoveu aulas de culinária e degustações comentadas com várias espécies de pescado (choco, cavala, sardinha, carapau manteiga, ostra e alcorraz). Para além da vertente gastronómica, a Docapesca realizou também 6 atividades em escolas deste concelho, com apresentações sobre as atividades da Docapesca e da pesca em geral, seguidas de ações de promoção do hambúrguer de cavala.

Durante o 1º trimestre, iniciaram-se também as participações em Portimão, nas iniciativas Fazer Render o Peixe em Portimão e Rota do Petisco, que tiveram várias iniciativas ao longo do ano, e na Semana da Cavala da Ericeira.

Em Abril, a Docapesca esteve presente no Peixe em Lisboa, com um espaço de cozinha onde, diariamente, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Chefs convidados desenvolveram showcookings e aulas de culinária, em torno das espécies mais representativas de cada lote, bem como com conservas. Na edição de 2017, foram criados dias promocionais específicos, dedicados a determinadas espécies-alvo das campanhas da Docapesca, como é o caso da Cavala, Carapau e Polvo, tendo sido também dedicado um dia ao pescado de aquicultura e um outro ao Festival Kavala Fresk - projeto de valorização da cavala de Cabo Verde.

Durante o 3º trimestre, a Docapesca esteve presente no Art Beer Fest (Caminha), Festival do Bacalhau de Ílhavo, FATACIL (Lagoa), Feira da Dieta Mediterrânica de Tavira e no Festival do Polvo da Zambujeira do Mar.

Durante o 4º trimestre, a Docapesca esteve presente na Semana do Polvo (Quarteira) e no Congresso dos Cozinheiros (Lisboa).



Participações em Feiras Profissionais e Internacionais

As participações em feiras profissionais e internacionais iniciaram-se com a presença no SISAB (Lisboa), através da organização do espaço "Mar XXI.PT", que contou com a presença de organizações de produtores (Vianapesca, Propeixe, Artesanalpesca e Armalgarve) e da ANICP e onde decorreram ações de promoção diárias de pescado. A Docapesca promoveu também um workshop, dedicado à temática "Sustentabilidade e Inovação no Pescado para uma Alimentação Saudável", com a participação do IPMA, Direção-Geral de Saúde, ISCTE, APN, ANICP e Vianapesca.

Em Março, a Docapesca integrou o Pavilhão de Portugal, sob organização da ACOPE, na North America Seafood Expo, em Boston, numa abordagem ao mercado americano, com crescente relevância para o pescado produzido e transformado em Portugal.

Em Abril, à semelhança de anos anteriores, a Docapesca esteve presente na European Seafood Exposition, em Bruxelas, integrando o Pavilhão de Portugal organizado pela ALIF.

Em Julho, a Docapesca esteve presente no Festival Kavala Fresk (Mindelo, Cabo Verde). Neste âmbito, decorreram reuniões com a ENAPOR e com a Direção Nacional da Economia Marítima, com vista à avaliação do interesse na celebração de um protocolo de cooperação entre a Docapesca e o Governo de Cabo Verde. No contexto do festival, a Docapesca foi o representante do pescado português (através da Chef Patrícia Borges), em momentos de ações de promoção e workshops, com a participação de chefs dos EUA, China e Cabo Verde.

Até final do ano, em Outubro, a Docapesca esteve presente na Conxemar, em Vigo, integrando o Pavilhão de Portugal organizado pela ALIF. No espaço da Docapesca, ao longo do evento, estiveram presentes a ANICP, Vianapesca, Propeixe e Artesanalpesca. Nesse mês, realizou-se ainda a ANUGA, em Colónia, onde a Docapesca integrou o Pavilhão de Portugal, também sob organização da ALIF.

Participações Institucionais

No âmbito das participações institucionais, a Docapesca participou integrando os eventos através da presença nos espaços expositivos ou da divulgação do pescado nacional, promovendo experiências culinárias com espécies de menor valor comercial, como o Cavala e o Carapau.

Durante o 1º trimestre, a empresa esteve presente na Apresentação do Barómetro Leme (Lisboa), na inauguração da exposição "Oceano - Mar é Vida" da Associação David Melgueiro (Oeiras), nos Encontros de Mar (Nazaré) e no Seminário da Escola Náutica (Paço de Arcos) e na Mar Algarve Expo (Portimão).

Durante o 2º trimestre, a Docapesca participou na Apresentação do SNIMAR (Lisboa), nas Jornadas de Sustentabilidade (Pinhal Novo), na reunião do Conselho de Ministros (Peniche), no Congresso da Nutrição e Alimentação (Lisboa), no aniversário do Museu de Portimão, nos Encontros de Mar (Figueira da Foz), nas Marés de Maio (Nazaré), nas comemorações do Dia do Pescador (Olhão,



Setúbal e Sesimbra), no lançamento do projeto Mar Portugal (Peniche) e no Curso de Formação da Fileira do Mar (Figueira da Foz), na Farnautica (Faro), na Feira do Mar (Sines), no International Boat Show (Vilamoura), no Business 2 Sea (Porto) e na Conferência do Jornal da Economia do Mar (Estoril),

No 3º trimestre, a Docapesca esteve presente no Aniversário do Jornal da Economia do Mar (Cascais), Cabaz do Peixe de Sesimbra (Lisboa e Sesimbra), no 36º Torneio da Pesca do Alto (Ericeira), no Ironman 70.3 (Cascais), no Eurovisionsports (Portimão), no Simpósio Nacional Promoção de uma Alimentação Saudável e Segura (Lisboa), na apresentação do Programa Blue Young Talent (Matosinhos) e na Noite dos Investigadores (Figueira da Foz).

No 4º trimestre, a Docapesca teve outras participações institucionais, nomeadamente na Semana do Mar (Setúbal), Conferência "Mar em Português" (Lisboa), Encontros de Mar (Mourão), Rip Curl Pro (Peniche), Volvo Ocean Race (Lisboa), Conferência "MarineTech" (Matosinhos), Portugal Exportador (Lisboa), Espetáculo "Os Pescadores" (Sesimbra), InRetail Conference (Oeiras) e Conferência "WaveinTech" (Lisboa).

Portugal É Mar

A Docapesca colaborou com o atleta Francisco Lufinha que, no mês de Setembro, realizou a travessia em kitesurf entre os Açores e Lisboa.

A Docapesca associou-se a este desafio, através do seu projeto Comprovativo de Compra em Lota. Na sequência de testes realizados pela sua nutricionista, o atleta incluiu na sua dieta conservas de pescado nacional, adequadas às necessidades de energia e valor calórico numa prova tão longa e sem paragens.

Este projeto teve uma grande exposição mediática, contribuindo para reforçar a presença da Docapesca nos media. Durante o mês da travessia, em Setembro, foi publicado um total de 355 notícias e no Facebook, o alcance das publicações atingiu um novo máximo neste mês (239.138), sendo o acumulado desde janeiro de 894.704.

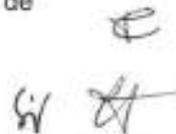
Posteriormente, o projeto teve continuidade no 4º trimestre de 2017, através da realização de palestras em escolas: Colégio Pedro Arrupe (Lisboa), EB Montalvão – Laranjeiras (Setúbal), EB Alto dos Moinhos (Sintra), Escola Sup. Turismo e Tec. do Mar (Peniche) e EB Navegador Rodrigues Soromenho (Sesimbra).

Comunicação e Promoção

Publicações em Órgãos de Comunicação Social

Durante o ano de 2017, foram publicadas 867 notícias sobre a Docapesca, com um índice de favorabilidade (notícias positivas) de 97%.

Com o objetivo do reforço da associação do Comprovativo de Compra em Lota ao pescado português e pesca sustentável, foram realizadas as seguintes publicações em órgãos de comunicação social:



- Revista AHRESP (público-alvo: restauração) – 3 publicações.
- Jornal da Economia do Mar (público-alvo: setor do Mar) – 6 publicações
- Setubalense (público-alvo: população do distrito de Setúbal) – 2 publicações

Com vista à divulgação das atividades e iniciativas da Docapesca, ao nível da primeira venda do pescado, estaleiros e portos de recreio, foram também efetuadas as seguintes publicações:

- Revista Marés (público-alvo: setor da pesca) – 4 publicações
- Revista de Marinha (público-alvo: setor do Mar) – 2 publicações
- País Positivo (público-alvo: população em geral) – 1 publicação
- Semmais (público-alvo: população do distrito de Setúbal) – 1 publicação
- Notícias de Matosinhos (público-alvo: população do concelho de Matosinhos) - 1 publicação
- Sesimbrense (público-alvo: população do concelho de Sesimbra) – 1 publicação

Site e Redes Sociais

O site da Docapesca registou 108.397 visitantes em 2017, o que representou um acréscimo face ao período homólogo do ano anterior (103.199). Está em curso a remodelação do site Docapesca, cujo arranque do site se prevê que ocorra durante o 1º trimestre de 2018.

O número de seguidores no Facebook aumentou 117% face ao início do ano, passando de 2.090 para 4.545 seguidores; (4) o alcance das publicações no Facebook atingiu 1.148.293 pessoas no cômputo geral do ano.

Publicações Internas

Em 2017, foram publicadas 20 Agendas e 12 Infolotas. O Observatório dos Preços Médios do Pescado foi publicado semanalmente até ao final do mês de Setembro, tendo a sua publicação sido interrompida por indicação do C.A.

Foi concebido também o 1º. Boletim Estatístico da Docapesca, publicado em Janeiro de 2017, que incidiu sobre a análise das estatísticas do pescado em 2015 e 2016.

Medição da Satisfação

Satisfação dos Clientes

Em 2017, foi efetuado o Estudo de Satisfação, destinado aos clientes externos: armadores, comerciantes de pescado, marinas, estaleiros e marítimo-turísticas. O respetivo relatório foi divulgado através da Agenda Docapesca e junto dos Diretores, para envio de comentários e sugestões de melhoria.



Clima Organizacional

Foi realizado o Estudo do Clima Organizacional, através da aplicação de questionários a todos os trabalhadores da empresa. O relatório foi também divulgado através da Agenda Docapesca e junto dos Diretores, para envio de comentários e sugestões de melhoria.

Inovação e Desenvolvimento

Circuitos Curtos de Comercialização de Pescado

Em 2017, a Docapesca apresentou uma candidatura ao programa operacional Mar 2020, para a expansão da Rede Nacional de Circuitos Comerciais Curtos de Comercialização de Pescado, tendo o procedimento de aquisição de serviços sido iniciado no mês de Dezembro. O início dos trabalhos decorreu em Janeiro de 2018.

Independentemente desta contratação, em 2017, desenvolveram-se já reuniões em Mira, Ericeira e Ferragudo.

LIFE Águeda

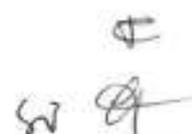
Em Agosto, foi aprovado o Projeto LIFE Águeda, que a Docapesca integrou, através do projeto da Lota Móvel, tendo o início dos trabalhos ocorrido em Outubro. Neste contexto, foi estabelecido contacto com o Instituto Politécnico de Setúbal, que tem experiência e contactos na adaptação de veículos, com vista ao desenvolvimento do projeto. Até final do ano, e na sequência das reuniões e visitas a lotas, foi elaborada uma memória descritiva do veículo protótipo, cujo desenvolvimento ocorrerá no 1º trimestre de 2018, na sequência de reuniões com a DGAV, pescadores e comerciantes de pescado.

Valormar

Em Novembro de 2017, iniciaram-se as primeiras reuniões de trabalho do projeto "ValorMar" (Programas Mobilizadores), que conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas ("Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado" e "Integração da cadeia de valor do pescado").

Inovação nos Produtos da Pesca e Aquicultura

Em Outubro, ocorreu também a aprovação parcial da candidatura apresentada ao programa operacional Mar 2020 sobre "Inovação nos Produtos da Pesca e Aquicultura", a desenvolver com o IPMA. Das quatro ações presentes na candidatura inicial, foi apenas aprovada uma ação referente a "informação, esclarecimento e sensibilização da população quanto ao pescado de aquicultura", estando o início dos trabalhos previsto para Fevereiro de 2018.



Código Nacional de Boas Práticas a Bordo de Embarcações de Pesca

Foram concluídos os trabalhos de revisão e adaptação do Manual de Boas Práticas com vista à criação de um Código Nacional, desenvolvido pela DEIC, DSAC e DEXP e com o apoio do IPMA, com vista à sua apresentação à DGAV, para aprovação. A revisão dos textos ocorreu até Dezembro, estando prevista a apresentação formal da versão final do texto à DGAV até final de Fevereiro de 2018.

Projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo"

Em 2017, o projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo" foi implementado em dois portos: Culatra e Aveiro.

No Núcleo Piscatório da Culatra, o lançamento ocorreu em 21 de agosto, contando com 101 aderentes no arranque. Neste porto, o projeto conta com a parceria da Associação de Moradores da Ilha da Culatra, CM Faro, FAGAR e ALGAR e APLM.

No Porto de Pesca de Aveiro, o arranque verificou-se em 25 de agosto, com 61 embarcações aderentes e com os seguintes parceiros: ADAPI, APARA, APROPESCA e AAPN), CM Ílhavo, TRIU e APLM.

No conjunto dos três portos onde o projeto foi implementado (Peniche, Culatra e Aveiro), durante o ano de 2017, foram recolhidos 126.500L de plásticos e 383.175L de lixo indiferenciado.

si 

4. Infraestruturas e Manutenção

Investimentos – 2017

I – Descrição Geral

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2017 foi executado com o envolvimento das Direções da Sede (Infraestruturas, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direções da Sede e pelas DLPP, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2017 são os que se apresentam no Quadro I. Os investimentos correntes apresentados são apenas os executados pela DIMA. Os Investimentos Específicos são apresentados por Direção de Lotas e Portos de Pesca (DLPP) e são globais.

O Quadro I revela uma taxa de realização global de 43%, sendo 40% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 56%, a dos Investimentos Correntes efetuados pela DIMA.

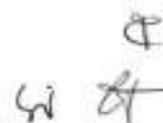
Quadro I - Mapa Resumo De Investimentos – 2017

PROJETOS ESPECÍFICOS	Investimento Total (Euros)	Realização Provisional 2017	Realização Efetiva 2017	Realização Efetiva em %
Direção de Lotas e Portos de Pesca Norte	2 730 000	695 000	570 000	82%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Matosinhos	3 151 625	537 740	452 545	84%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro Norte	3 620 548	301 244	22 873	8%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro	5 885 751	386 000	44 360	11%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro Sul	3 640 318	226 270	13 071	6%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Algarve	11 937 305	2 439 890	812 115	33%
Projectos - Sede, Área Dominial e Direções de Lotas e Portos de Pesca	896 937	313 258	21 365	7%
TOTAL INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS	31 962 484	4 699 406	1 936 327	40%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES *		1 154 767	645 963	56%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES * E ESPECÍFICOS		6 054 172	2 581 890	43%

* Apenas investimentos da DIMA

A – Investimentos Correntes

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes relativo à DIMA foi de 56%. No Quadro II apresenta-se a realização na Sede e em cada uma das DLPP.



Quadro II - Mapa Resumo Dos Investimentos Correntes – 2017

		(Por Direção - Regiões e Totais)				Unidades: EUROS
Referência	Designação	EXERCÍCIO 2017				
		PLANO	REAL	DESVIO	% REALIZAÇÃO	
	TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2017	1 154 767	645 563	509 204	-44%	56%
1	SEDE	50 775	52 765	-1 928	4%	104%
1.8	Direção de Infraestruturas e Manutenção	50 775	52 765	-1 928	4%	104%
2	Direção de Partes de Pesca e Lutas - Área de Exploração (Partes e Lutas) e Gestão Doméstica *	1 103 992	592 798	706 273	-69%	54%
2.1	<i>Norte e Maranhão</i>	239 060	189 226	129 854	-54%	66%
2.2	<i>Centro-Norte</i>	154 984	90 350	64 554	-42%	58%
2.3	<i>Centro</i>	181 234	43 812	54 222	-58%	42%
2.4	<i>Centro-Sul</i>	182 550	187 098	77 469	-42%	55%
2.5	<i>Sul-Algarve</i>	428 234	251 978	176 272	-41%	59%

No Quadro III apresentam-se, as realizações em Investimentos Correntes realizados pela DIMA em 2017.

Quadro III - Investimentos Correntes – 2017

Delegação	Estudo / Obra / Aquisição específica	Valor Adjudicação	Valor pago	Execução financeira
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (4) / (3)
Sabugal	Manutenção de Dispositivos de Filagem de Tratamento de Água Salgada	15 810,75 €	20 734,80 €	128,27%
Peniche	Perfuração e instalação de sonda de ouro em estação tratamento de água	1 120,38 €	1 128,35 €	100,69%
Sabugal	Substituição de junta de vedação em depósito hidro-pneumático de água salgada	280,00 €	-	0,00%
Aveiro	Perfuração e montagem de equipamentos Portulano	8 840,00 €	8 840,00 €	100,00%
Alcúzar	Fornecimento e montagem de ventosas e defensas para casa de abastecimento	10 580,00 €	10 580,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Fornecimento de 1 UPS para a Fábrica de Gelo	487,98 €	487,98 €	100,00%
Aveiro	Fornecimento de 1 UPS para a Fábrica de Gelo	487,98 €	487,98 €	100,00%
Silves	Fornecimento de 1 UPS para a Lota	487,98 €	487,98 €	100,00%
Aveiro	Fornecimento de 4 Insetores	1 128,00 €	1 128,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Fornecimento de 2 Insetores	882,30 €	882,30 €	100,00%
Peniche - Beira Interior - Segura	Aquisição de 3 empilhadores elétricos	180,40 €	180,40 €	100,00%
Lagoa	Realização de jareira exterior dos Armazéns de Comarcantes - Trap, a rede e	1 787,49 €	1 787,49 €	100,00%
Sabugal	Substituição de evaporador de câmara de conservação de pescado de lã	5 898,74 €	5 898,74 €	100,00%
Sede	Fornecimento de 20 luminárias LED - Sala - Piso Tm 1	466,00 €	466,00 €	100,00%
Quarteira	Substituição de Cobertura de Lã	11 457,00 €	11 457,00 €	100,00%
Sede	Fornecimento e montagem de logotipo de Docapesca	2 660,00 €	2 660,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de 44 contadores elétricos	1 100,00 €	1 100,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Fábrica de Gelo - Fornecimento de 1 contador de água com telemetria	143,80 €	143,80 €	100,00%
Setúbal	Fábrica de Gelo - Fornecimento de 1 contador de água com telemetria	143,80 €	143,80 €	100,00%
Sines	Fábrica de Gelo - Fornecimento de 1 contador de água com telemetria	143,80 €	143,80 €	100,00%
Aveiro	Fábrica de Gelo - Fornecimento de 1 contador de água com telemetria	143,80 €	143,80 €	100,00%
Figueira da Foz	Fornecimento e montagem de fibra no circuito de recarga de água salgada	534,36 €	534,36 €	100,00%
Lagoa	Fornecimento e montagem de fibra no circuito de recarga de água salgada	772,89 €	772,89 €	100,00%
Sines	Montagem do contador para de energia elétrica FP Sines	321,30 €	321,30 €	100,00%
Peniche	Instalação de fibra no circuito de análise automática de água salgada	1 074,26 €	1 074,26 €	100,00%
Ilha de Cávado	Porto de Recarga de Bateria de Controlo - Instalação em Quinta Maior	2 800,00 €	2 800,00 €	100,00%
Beira Interior	Fundação da base do canal de Decarpage	2 708,00 €	2 708,00 €	100,00%
Beira Interior	Substituição de vedação de fossa séptica	8 381,00 €	8 381,00 €	100,00%
Beira Interior	Varão de carga com 6 carregadores	184,48 €	184,48 €	100,00%
Beira Interior	Varão de carga com 6 carregadores	7 701,22 €	7 701,22 €	100,00%
Diversas Lotas	Supervisão dos consumos energéticos dos Fábricas de Gelo - Beira Interior, Aveiro	4 499,33 €	4 499,33 €	100,00%
Lagoa	Reparação interior do tanque de Água Salgada - Trás-os-Montes e Beira	4 200,00 €	4 200,00 €	100,00%
Matosinhos	Fornecimento de depósito de inércia - Fábrica de Gelo	1 876,00 €	1 876,00 €	100,00%
Aveiro	Aquisição de Balança de 30 kg	1 876,00 €	1 876,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Aquisição de Balança de 25 kg	1 876,00 €	1 876,00 €	100,00%
Nazaré	Aquisição de Balança de 150 kg	1 790,00 €	1 790,00 €	100,00%
Peniche	Aquisição de duas Balanças de 150 kg	3 580,00 €	3 580,00 €	100,00%
Cascais	Aquisição de Balança de 150 kg	1 790,00 €	1 790,00 €	100,00%
Quarteira	Aquisição de Balança de 150 kg	1 790,00 €	1 790,00 €	100,00%
Maria Rita	Aquisição de Balança de 150 kg	1 790,00 €	1 790,00 €	100,00%
Segura	Aquisição de Balança de 2200 kg	4 380,00 €	4 380,00 €	100,00%
Aveiro	Fornecimento de empilhador elétrico de 1000 kg	17 840,00 €	17 840,00 €	100,00%
Beira Interior	Fornecimento de empilhador elétrico de 1000 kg	17 840,00 €	17 840,00 €	100,00%
Portugal	Fornecimento de empilhador elétrico de 1000 kg	17 840,00 €	17 840,00 €	100,00%
Aveiro	Fornecimento e montagem de 3 aparelhos de ar condicionado	3 080,00 €	3 080,00 €	100,00%
Nazaré	Fornecimento e montagem de 1 aparelho de ar condicionado	1 020,00 €	1 020,00 €	100,00%
Matosinhos	Montagem do Fábrica de Gelo	137,87 €	137,87 €	100,00%
Viana do Castelo	Definição de vedação de casa	14 438,70 €	14 438,70 €	100,00%
Aveiro	Substituição do canal superior de condensador evaporador e de protuberância de gel	13 080,00 €	13 080,00 €	100,00%
Peniche	Aquisição de bateria para empilhador	2 248,91 €	2 248,91 €	100,00%
Setúbal	Fornecimento de 48 baterias para instalação de contadores elétricos nos armazéns	1 588,80 €	1 588,80 €	100,00%
Sines	Fornecimento de 48 baterias para instalação de contadores elétricos nos armazéns	1 487,21 €	1 487,21 €	100,00%
Peniche	Fornecimento do carregador de bateria para empilhador	608,00 €	608,00 €	100,00%
Peniche	Aquisição de empilhador elétrico	17 840,00 €	17 840,00 €	100,00%

Viana do Castelo	Transporte de 2 guias	450,00 €	450,00 €	100,00%
Oleiros	Aquisição de veículo de carga com carregadora	19 690,00 €	19 690,00 €	100,00%
Matozinhos	Substituição do controlador de central de costação de água salgada	1 368,16 €	1 368,16 €	100,00%
Sede	Trabalhos de montagem de equipamentos LED	348,00 €	348,00 €	100,11%
Sede	Fornecimento de material para melhoria da eficiência energética da Sede	2 369,51 €	416,50 €	17,58%
Portinho	Fornecimento e montagem de 7 câmaras de vídeo-vigilância	3 500,00 €	3 500,00 €	100,00%
Sagres	Remodulação do PIT do Porto de Pesca de Sagres	14 210,00 €	14 210,00 €	100,00%
Sede	Substituição de porta exterior na Direção de Informática	1 991,70 €	1 991,70 €	100,00%
Sagres	Aquisição de carregador de baterias	485,00 €	485,00 €	100,00%
Sines	Montagem de 44 contadores nos Armazéns de Apreitos	3 405,00 €	3 405,00 €	100,00%
Póvoa de Varzim	Reabilitação dos balneários da lota	6 975,00 €	9 686,00 €	138,88%
Nazaré	Aquisição de 2 desumidificadores para a lota	482,00 €	482,00 €	100,00%
Pontevedra	Aquisição de 2 desumidificadores para a lota	482,00 €	482,00 €	100,00%
Nazaré	Aquisição de arena	1 289,15 €	1 289,15 €	100,00%
Lagoa	Fornecimento e montagem de sistema de som na lota	2 270,00 €	2 270,00 €	100,00%
Oleiros	Substituição de AD junto ao Posto de Combustíveis	3 000,00 €	3 000,00 €	100,00%
Portinho	Substituição parcial de cobertura das UAGPS	77,30 €	0,00 €	0,00%
Matozinhos	Fornecimento e montagem de plataformas de escadas para pessoas comobilidade	15 778,00 €	15 778,00 €	100,00%
Aveiro	Substituição da cobertura de fábrica de gelo	18 342,07 €	18 342,07 €	100,00%
Sagres	Montagem de iluminação no portão flutuante das marlinhas turísticas	1 490,32 €	1 490,32 €	100,00%
Portinho	Fornecimento de carpimadeira Corta-Maré	1 266,98 €	1 264,82 €	100,19%
Sede	Aquisição de mobiliário de escritório para a DMA	4 974,30 €	2 497,00 €	50,00%
Sines	Fornecimento e montagem de vedação na Zona de Resíduos	2 937,00 €	2 937,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento e montagem de sorvedor	2 510,00 €	2 510,00 €	100,00%
Sesimbra	Substituição de porta em câmara frigorífica de conservação de pescado	4 693,94 €	4 693,94 €	100,00%
Diversas Lotas	Suportação de 30 registadores de temperatura de câmaras frigoríficas	12 497,00 €	7 498,50 €	60,00%
Quilómetros	Substituição de equipamentos frigoríficos	26 312,66 €	26 312,66 €	100,00%
Diversas Lotas	Reforço de CCTV nas Lotas de Sesimbra, Sesimbra e Sines	2 626,00 €	3 074,77 €	116,70%
Sesimbra	Aquisição de porta-paletes com pesagem	4 456,40 €	4 456,40 €	100,00%
Sagres	Iluminação do Porto de Pesca de Baleeira - Sagres	1 940,66 €	1 840,00 €	94,82%
Sines	Fornecimento de 2 contadores de água para zona lavagem de covas	65,57 €	65,57 €	100,00%
Portinho	Substituição parcial de cobertura das UAGPS	53 998,11 €	53 998,11 €	100,00%
Figueira da Foz	Fornecimento de 18 resincâncias de descongelação - fábrica de fiado	2 457,30 €	2 457,30 €	100,00%
Costa da Caparica	Fornecimento de máquina de lavagem de calças	1 363,97 €	1 363,97 €	100,00%
Sesimbra	Substituição de equipamentos frigoríficos	21 851,84 €	0,00 €	0,00%
Nazaré	Reabilitação do armazém de comerciantes da Nazaré-Reis	3 430,00 €	3 430,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Fornecimento e montagem de grupo frigorífico para a câmara de sacos	3 220,00 €	3 220,00 €	100,00%
Oleiros	Substituição de porta lateral da câmara de conservação de pescado	3 395,00 €	3 395,00 €	100,00%
Sesimbra	Fornecimento e montagem de uma câmara CCTV adicional	246,77 €	0,00 €	0,00%
Figueira da Foz	Aquisição de máquina de lavagem de parafusos	3 700,76 €	3 700,76 €	100,00%
Sesimbra	Fornecimento de bomba dosadora	660,00 €	660,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de bomba de água para gerar de gelo	598,75 €	598,75 €	100,00%
Sagres	Alteração de defensas cónicas verticais	24 484,50 €	24 484,50 €	100,00%
Sagres	Fornecimento e montagem de nova lanterna no farolém de Baleeira	4 937,00 €	0,00 €	0,00%
Matozinhos	Substituição parcial de ramal eléctrico	10 742,06 €	10 742,06 €	100,00%
Viana do Castelo	Inspeção de 2 guias	3 490,00 €	3 490,00 €	100,00%
Sines	Aquisição de porta-paletes com balança	4 456,40 €	0,00 €	0,00%

Aveiro	Aquisição de carros manuais com plataforma elevadora	1 077,50 €	0,00 €	0,00%
Matozinhos	Aquisição de carros manuais com plataforma elevadora	3 232,00 €	0,00 €	0,00%
Sesimbra	Aquisição de carros manuais com plataforma fixa	1 760,00 €	1 760,00 €	100,00%
Sesimbra	Aquisição de carros manuais com plataforma fixa	1 760,00 €	1 760,00 €	100,00%
Sesimbra	Montagem de 43 contadores - Armazéns de Apreitos	3 100,00 €	0,00 €	0,00%
Sesimbra	Montagem de divisória entre câmaras frigoríficas de lota	480,00 €	0,00 €	0,00%
Portinho	Armazenagem de pescado, fabrico e armazenagem de gelo - Lota de Portinho	43 500,00 €	0,00 €	0,00%
Sesimbra	Fornecimento e instalação de base de controlo de acesso no caso de descarga	3 356,66 €	3 356,66 €	100,00%
Sesimbra	Aplicação de c.civil para instalação de base de controlo de acesso no caso de descarga	3 480,00 €	3 480,00 €	100,00%
Sede	Fornecimento e montagem de duas unidades de AVAC	2 089,00 €	2 089,00 €	100,00%
Sede	Servidor de voz e equipamentos terminais	26 988,07 €	0,00 €	0,00%
Aveiro	Substituição de grupo frigorífico de lota	4 965,00 €	0,00 €	0,00%
Sesimbra	Aquisição de bateria para empilhador	1 960,84 €	0,00 €	0,00%
Aveiro	Fornecimento e montagem de interruptor em quadro da Fábrica de Gelo	1 232,79 €	1 961,43 €	160,41%
Nazaré	Fornecimento de mesa de escolha de pescado	785,00 €	0,00 €	0,00%
Aveiro	Fornecimento de máquina de lavagem de alta pressão	3 710,32 €	0,00 €	0,00%
Sede	Fornecimento de material eléctrico	1 389,77 €	0,00 €	0,00%
Diversas Lotas	Aquisição de 24 porta-paletes manuais	20 616,98 €	0,00 €	0,00%
Sesimbra	Balço de fibra óptica	3 179,24 €	3 179,24 €	100,00%
Portinho e Sagres	Fornecimento e montagem de guias	29 600,90 €	0,00 €	0,00%
Sines	Telhado para lavagem de covas	1 798,00 €	1 798,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de materiais para o telhado de lavagem de covas	450,00 €	450,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de materiais para o telhado de lavagem de covas	180,00 €	180,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de materiais para o telhado de lavagem de covas	370,00 €	370,00 €	100,00%
Sines	Fornecimento de materiais para o telhado de lavagem de covas	77,74 €	77,74 €	100,00%
Sagres	Fornecimento e montagem de nova lanterna do Farolém de Baleeira	4 937,00 €	4 937,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Pavimentação de saída do caso do cerco	4 957,40 €	4 957,40 €	100,00%
Peniche	Substituição de 3 portões das UAGPS	4 982,00 €	4 982,00 €	100,00%
Figueira da Foz	Pavimentação de saída do cerco	4 957,40 €	4 957,40 €	100,00%
TOTAIS		712 348 €	832 380 €	74,63%



B – Investimentos Específicos

A publicação tardia das datas para apresentação de candidaturas ao MAR2020, condicionou a execução dos Projetos Específicos previstos no Plano de Investimentos Específicos de 2017, aprovados pela Assembleia Geral da Docapesca. A taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 40%.

Quadro Iv - Mapa Resumo de Investimentos Específicos (Por Projeto) 2017

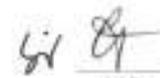
PROJETOS ESPECÍFICOS	Realização Previsional	Realização Efetiva €	Realização Efetiva %
Direção de Lotas e Portos de Pesca Norte	595 000	570 000	96%
Portos de Pesca e Lotas - Norte: Caminha - Melhoria das condições de uso da rampa varadouro, incremento da capacidade de atracação nas devidas condições de segurança.	220 000	220 000	100,00%
Portos de Pesca e Lotas - Norte: Castelo do Neiva - Requalificação e expansão dos armazéns de apresto de pesca e do edifício de Lotas.	200 000	200 000	100,00%
Portos de Pesca e Lotas - Norte: Espouende - Requalificação das plataformas flutuantes e pontos de acesso e iluminação pública do Porto de Pesca.	150 000	150 000	100,00%
Vila Praia de Âncora -Plataforma Flutuante e Ponte de acesso para apoio à pesca artesanal	25 000	0	0,00%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Matosinhos	537 740	452 540	84%
Angeiras - Reabilitação do edifício do porto e Aprofundamento do Canal.	416 740	416 000	99,83%
Angeiras - Atualização do Projeto de Execução e Estudos Acessórios.	50 000	19 700	39,40%
Matosinhos - Aquisição, montagem defensas, escadas e coberturas de atracação.	50 000	0	0,00%
Matosinhos - Apeachmento de Apoio à Pesca - 40 Contentores grande dimensão para redes.	21 000	16 700	79,52%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro Norte	340 750	22 870	6,70%
Figueira da Foz e Aveiro (Nova Concessão) - Aquisição de equipamentos que beneficiam as condições de desembarque, atracação e acesso a embarcações.	100 000	0	0,00%
Aveiro - Sistema de tratamento e Construção de dois funis de captação de água salgada.	50 000	1 684	3,37%
Aveiro - 30 contentores média dimensão para redes.	15 750	10 404	66,03%
Aveiro - Apeachmento de Apoio à Pesca (Estrutura flutuante de apoio à descarga)	9 250	0	0,00%
Aveiro - Reabilitação e Apeachmento do Cais de descarga e conservação de fundos das zonas dos cais de descarga, de abastecimento e de estacionamento de embarcações.	50 000	0	0,00%
Figueira da Foz - Apeachmento de Apoio à Pesca (30 contentores grande dimensão para redes)	15 750	10 466	66,03%




Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro	366 000	44 360	11,89%
Nazaré - Apetreçamento de Apoio à Pesca (30 contentores grande dimensão para redes)	96 000	0	0,00%
Nazaré - Melhoria da eficiência energética para porto de pesca sustentável	200 000	0	0,00%
Peniche - Prolongamento do Quebra Mar	20 000	14 631	73,16%
Peniche - Furco de Captação de Água Salgada, Bombagem, Tratamento, Tanques e Instalações elétricas	160 000	1 654	1,09%
Ericeira - Reabilitação / Reconstrução de Rampe Varadouro	0	28 095	
Direção de Lotas e Portos de Pesca Centro Sul	166 000	2 576	1,56%
Postos da Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul: Costa da Caparica - Reabilitação e apetrechamento de Lota, com o objetivo de Melhoria das Condições Higi-sanitárias.	110 000	0	0,00%
Sesimbra - Construção de duas novas captações incluindo sondagens geotécnicas; ligações à conduta adutora existente; Central de Bombagem e Sistema de tratamento de água	10 000	2 576	25,76%
Setúbal - Construção de duas novas captações incluindo sondagens geotécnicas; ligações à conduta adutora existente; Central de Bombagem e Sistema de tratamento de água	5 000	0	0,00%
Sines - Edificação e infraestruturas para substituição do Tábua de Apoio à Descarga de Sardinha, de modo ao cumprimento do HACCP na nova Construção.	40 000	0	0,00%
Direção de Lotas e Portos de Pesca Algarve	2 589 890	812 116	31,72%
Algarve-Barcelos - Apetreçamento de Apoio à Pesca e Lota (Armatas e Armação de Fera-Fábricas de Ode 11m/24ft; Sagres, Lagos, Portimão e Albufeira-120 contentores grande dimensão para redes)	80 000	61 399	76,75%
Portos da Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve: (Lagos, Ferragudo/Portimão, Sagres) - Aquisição de equipamentos que beneficiem as condições de desembarque, atracação e acesso a embarcações.	100 000	212 764	212,75%
Baleeira/Sagres - Quadra de Boias das embarcações da pesca artesanal	50 000	0	0,00%
Baleeira/Sagres - Plataforma Flutuante, Ponte de acesso e grua para apoio à pesca artesanal	126 000	2 900	2,32%
Lagos - Pavimentação, Vedações e trabalhos diversos para estender de redes do cerco e da artesanal	26 000	0	0,00%



Rio Arade - Levantamento Topográfico, Projeto de Reabilitação e Correção do sistema de esgotos, saneamento, rede de águas e de incêndio do Porto de Pesca. Quadros de distribuição de energia e iluminação Pública.	50 000	0	0,00%
Rio Arade - Refazer o sistema de electricidade e água das pontes de cais	50 000	0	0,00%
Quarteira - Reabilitação do pavimento do Cais de Descarga, Vedações do Cais de Descarga e do Porto de Pesca	220 000	0	0,00%
Faro - Reabilitação do revestimento em pedra da doca de embarcações de recreio	100 000	49 734	49,73%
Olhão - Pavimentação e reabilitação da rede viária, pedonal e ordenamento de tráfego da zona afectada à área do Porto de Pesca intervençionada	20 000	0	0,00%
Olhão - Requalificação do edifício da Lota - Pavimento e Calernas.	130 000	0	0,00%
Fuzeta - Requalificação da Lota para obtenção de NCV e Reabilitação e apetrechamento do Cais de Descarga, em escadas, defensas e grua	150 000	0	0,00%
Culatra - Reabilitação do quebra-mar flutuante e construção do passadiço	115 000	34 050	29,62%
Culatra - Novo Cais Flutuante de Apoio à Pesca	220 000	0	0,00%
Tavira - Construção de novo Posto e Ordenamento com cais flutuantes de descarga e de estacionamento, incluindo os trabalhos de dragagem necessários, para atingir a cota de -3,00 mZH	500 000	8 870	1,77%
Illa de Tavira - Novo Cais Marítimo-turístico	110 000	110 000	100,00%
São Luzia - Dragagem do porto; Corrimão de acessos dos cais flutuantes e Requalificação da Lota e Teheiros para obtenção de NCV	100 000	0	0,00%
Quadiana - Substituição/Beneficiação geral das estruturas flutuantes de Mesquita, Odeite e Pomarão, Alcoutim, Guemeiros do Rio, Laranjeiras, Castro Marim e Mértola.	94 250	0	0,00%
V. R. São António - Reabilitação geral dos pontões flutuantes do cais das mandmofurísticas.	10 000	0	0,00%
V. R. São António - Reabilitação geral do pontão flutuante do cais transfronteiriço incluindo a parte de acesso e os dutos d'água	310 640	307 914	99,12%



 113

5. Informática

Em 2017 foram realizadas as seguintes atividades por esta direção:

- Implementação de painéis de visualização de pescado em algumas lotas;
- Migração de servidores instalados na Sede para CLOUD;
- Aumento de largura de banda em todo o país, aumentando a velocidade de comunicação;
- Instalação de impressoras de rede nos caixas de lota em todas as lotas;
- Instalação de vários servidores de leilão em várias lotas do país;
- Introdução do sistema de pré-pesagem na lota de Aveiro;
- Sistema novo de faturação e emissão de notas de liquidação, foi implementado em todas as lotas;
- Adaptação ao novo SAF-T;
- Instalação OFFICE 2017 em 120 postos de trabalho;
- Instalação do Ponto de Venda do Cerco em Peniche;
- Apoio aos utilizadores.

6. Exploração

FILEDOC (Sistema de Gestão da Documentação)

A Direção de Exploração, na qualidade de responsável pela receção dos documentos, externos e internos, que diariamente dão entrada e saída na Sede da Empresa, efetua, para além dos registos de toda a correspondência, a sua separação (por áreas - Direções), digitalização e classificação, procedendo, posteriormente, depois de introduzido no sistema de gestão documental, à sua distribuição junto dos destinatários (exceto as Direções de Lotas).

No ano de 2017 foram contabilizados, e distribuídos, o número de documentos de acordo com a informação referida no quadro infra:

Documentos rececionados e registados

REMETENTE	DOCUMENTOS
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Norte	67
Direção de Lotas e Portos de Pesca de Matosinhos	136
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Norte	136
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro	319
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Centro Sul	185
Direção de Lotas e Portos de Pesca do Algarve	337
Outras Entidades	7204
TOTAIS	8384

Documentos distribuídos

SEDE	DOCUMENTOS EXTERNOS	DOCUMENTOS INTERNOS
Conselho Administração (CA)	326	6
Direção Financeira	6113	614
Direção Infraestruturas e Manutenção	144	5
Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	17	15
Direção de Assessoria Jurídica e gestão Dominial	369	238
Departamento de Recursos Humanos	114	205
Direção Informática e Gestão de Sistemas	2	0
Direção de Exploração	117	97
Departamento de Estatística	2	0
TOTAIS	7204	1180

Conferência e lançamento do fundo de maneiio interno e lançamentos em SAP

No período do exercício em análise foram efetuados movimentos de Caixa (pagamentos a fornecedores), movimentos que se referem a aquisições de bens e serviços efetuadas por colegas que trabalham na Sede (de todas as Direções). No âmbito dos movimentos referidos, bem como de outras aquisições de bens e serviços efetuados, procedeu-se à respetiva contabilização.





Serviço da portaria

Em 2017 manteve-se o mesmo horário e tipo de funcionamento da portaria dos serviços centrais igual ao observado em 2016, serviço que continuou a ser assegurado por dois trabalhadores efetivos do quadro da empresa, com horários diferenciados, por forma a permitir a execução de outras tarefas no período de sobreposição dos horários, tais como: apoio ao sistema de gestão documental e apoio ao controlo administrativo dos contratos de transferência de pescado e de Abastecimento, entre outras tarefas.

No entanto, no final de 2017, foi lançado um Concurso Público que visa a contratação dos serviços de Vigilância/Portaria/Rececionista e que se estima venha a produzir efeitos já a partir do p.f. dia 1 de fevereiro de 2018, situação que virá trazer evidentes benefícios para o funcionamento da empresa.

Gestão da Frota Automóvel

Os procedimentos de controlo e gestão da frota automóvel mantiveram-se no decurso do período em análise, destacando-se as seguintes atividades:

- O registo de quilómetros percorridos pelas viaturas a nível nacional;
- O registo dos litros e dos valores monetários consumidos;
- O registo e acompanhamento das revisões e inspeções dos veículos da sede;
- O registo das deslocações efetuadas pelos trabalhadores com recurso aos veículos de serviço da Sede, bem como outras eventuais ações que se revelaram úteis para o controlo e gestão atrás referidos.

No 1.º semestre de 2017 foi efetuado um levantamento exaustivo à frota automóvel da empresa, tendo em consideração as movimentações ocorridas no seio da empresa, bem como ao facto de no 2.º trimestre ter assumido funções um novo Administrador que ficou com a tutela da direção, por forma a permitir um conhecimento mais profundo por parte das novas Chefias, e, deste modo, uma preparação para as eventuais alterações de veículos na frota da Docapesca que se espera possa ter continuidade no decurso do ano de 2018, bem como nos anos subsequentes.

Como é do conhecimento global, em abril do corrente ano foram rececionadas 6 novas viaturas, resultante do concurso público realizado no final de 2016 (ganho pela empresa Finlog, com quem a Docapesca estabeleceu um contrato de AOV para cada viatura), sendo cinco viaturas ligeiras de passageiros (Peugeot's 108), e uma viatura comercial ligeiro, do tipo furgão (Peugeot Partner).

Em Maio terminou o contrato de AOV das viaturas atribuídas aos Diretores da DEIC e de Matosinhos, tendo-se optado pelo prolongamento do contrato estabelecido para a viatura com a matrícula 45-NR-48, que ficou, desde então, atribuído à Dr.ª Ana Paula Queiroga, Diretora da DEIC, O veículo anteriormente afeto à Dr.ª Ana Paula, tendo em consideração a saída do anterior Diretor, de Matosinhos, serviu para abater à frota no âmbito da renovação do novo contrato (Prorrogação) estabelecido para o veículo atribuído à suprarreferida Diretora da DEIC.

SW 

Na sequência dos alugueres operacionais de veículos já ocorridos, ficaram, finalmente, no decurso do 4.º trimestre de 2017, concluídos todos os abates das viaturas que tinham sido consideradas para a contratação dos novos em regime de AOV.

A Docapesca é, no presente momento (no final de dezembro de 2017), proprietária de 30 viaturas automóveis e dois motociclos, e é locatária de 9 viaturas, 3 contratadas à Leaseplan, e 6 contratadas à Finlog.

Do total de 39 viaturas atrás referidas, 36 encontram-se no ativo, e 3 encontram-se inoperacionais, das quais duas se encontram já em processo de abate (uma nos Serviços Centrais e uma na Direção Sul).

No decorrer do período em análise, registaram-se 406 utilizações das viaturas de serviço (deslocações), pelos elementos das diversas Direções da Sede, totalizando 108.259 Kms percorridos, de norte a sul do país.

No que concerne ao consumo de combustível em termos Nacionais, e no que aos abastecimentos com cartões Galp Frota diz respeito, foram consumidos, em 2017, 49.941,74 litros de combustível (redução face ao observado nos dois anos anteriores), cujo valor de aquisição se cifrou em 60.647,74€, tendo-se percorrido um total de 638.543 Kms, perfazendo uma média de 8.44Lt gastos por viatura.

Serviço de transporte de bens

Os trabalhadores da direção continuaram a realizar os procedimentos necessários para garantir que os bens a transportar para os diversos Órgãos da Empresa fossem entregues com sucesso e dentro dos prazos estimados.

Ambiente

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

No que concerne ao Sistema de Gestão Ambiental, o mesmo será oportunamente revisto e atualizado de forma a adequá-lo à nova realidade da empresa nas funções de autoridade portuária.

Quanto às obrigações legais em matéria de ambiente, elaborou-se o Mapa Anual de Registo de Resíduos referente ao ano de 2016, que permitiu obter a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa e a inclusão desta informação no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB).

No âmbito das atribuições da empresa como autoridade portuária, foram também elaborados os Planos de Receção e Gestão de Resíduos gerados nas embarcações, referentes ao triénio 2017-2019.

Gestão de resíduos

No que concerne à gestão de resíduos na empresa, esta é garantida de duas formas:

- Diretamente pela Docapesca, quando se tratem de resíduos provenientes do abate de veículos, máquinas e equipamentos do imobilizado da empresa; e
- Indiretamente, através das empresas contratadas ao exterior, no âmbito da prestação dos serviços de limpeza e gestão de resíduos, sendo esta gestão aplicável aos resíduos produzidos nos Portos de Pesca e que decorrem das atividades aí desenvolvidas, quer as da Docapesca, quer as dos seus clientes.

Cumprindo-se o que vem sendo prática em matéria de gestão de resíduos, no caso dos geridos diretamente pela Docapesca, no que diz respeito ao período em análise, efetuaram-se vários encaminhamentos de resíduos para operações de valorização, permitindo-se assim, por um lado, a reciclagem das matérias e a redução dos efeitos nefastos para o ambiente, e, por outro, um proveito económico para a empresa.

De entre os resíduos encaminhados para valorização destacam-se as sucatas ferrosas, os equipamentos elétricos e eletrónicos, os veículos em fim de vida, tendo-se, também, dado início ao encaminhamento, a nível Nacional, das caixas de acondicionamento de pescado que se encontram inoperacionais (degradadas/partidas) em todas as lotas e postos.

Gestão de Recursos hídricos

No sentido de dar continuidade à realização das análises às águas residuais do Porto de Pesca de Matosinhos, e da ETAR de Vila Nova de Milfontes, incluídas no anterior contrato para a prestação dos serviços de análises no âmbito da Segurança Alimentar e Ambiente, foi efetuado novo procedimento de contratação pública, em coordenação com a Direção de Segurança Alimentar e Certificação, para garantia destes serviços nos próximos 3 anos.

Aquisição de Serviços e Novos Equipamentos

No âmbito da aquisição de serviços foram lançados e concluídos dois procedimentos de concurso público, referentes à prestação dos serviços de limpeza, higienização e gestão de resíduos dos Portos de Pesca de Matosinhos e de Sines, até ao final do terceiro trimestre, sendo que, no último trimestre, foram elaborados e lançados mais três procedimentos, referentes à contratação da mesma prestação de serviços para os Portos de Pesca do Barlavento e do Sotavento Algarvio, e para os Portos de Pesca da Nazaré e Peniche.

No que concerne à aquisição de equipamentos para a área do ambiente, foram adquiridos materiais de combate à poluição, equipamentos contratados para os Portos de Pesca de Sagres e Olhão, e, no decurso do terceiro trimestre, foi concluído o concurso público para a aquisição de caixas utilizadas para o acondicionamento de pescado (cor laranja e/ou branca), bem como, efetuado o acompanhamento do concurso público referente à aquisição de contentores frigoríficos, para o cumprimento de diretrizes comunitárias no que concerne às rejeições da pesca, (financiados no âmbito do Programa Mar 2020).

Sustentabilidade

51 

No âmbito do Relatório de Sustentabilidade, e após realizada a reunião de arranque dos trabalhos, que contou com a participação do CA, foi oficializado o novo Grupo de Trabalho para esta temática "a Sustentabilidade", e contratada consultoria à empresa BSD, para o apoio na elaboração do Relatório referente ao biénio 2015-16.

O Grupo de Trabalho realizou a primeira reunião para a definição dos conteúdos e cronograma dos trabalhos com a empresa BSD.

No último trimestre do ano, e após definição dos conteúdos do Relatório, foi compilada toda a informação a incluir nos vários capítulos.

Compras

Requisições

No decurso do ano em análise (2017) registaram-se 1.353 requisições internas, enviadas pelos diversos órgãos da Empresa. Podemos, mais uma vez e de forma definitiva, confirmar a existência de uma diminuição no número de requisições enviadas para os serviços centrais, quando comparado com igual período dos anos anteriores, sendo que tal se deve ao facto de, no presente, as próprias Unidades Orgânicas estarem autorizadas a realizar compras, dentro de determinados valores (exceto compras de Economato), tendo, obrigatoriamente, de registar essas compras em pedidos no sistema SAP, que substitui as requisições internas anteriormente utilizadas, tal como o referido na Ordem de Serviço (O.S.N.º1-2016), ficando assim dispensado o envio e o registo central das mesmas.

CENTRO REQUISITANTE	N.º DE REQUISIÇÕES 2017
Conselho Administração (CA)	0
Direção Financeira	7
Direção Infraestruturas e Manutenção	256
Direção de Apoio Jurídico e gestão Dominial	18
Direção de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação	2
Direção de Recursos Humanos	2
Direção Informática e Gestão de Sistemas	0
Direção de Exploração	1
Direção de Auditoria e Controlo Interno	3
Direção de Sistemas	1
Departamento de Estatística	5
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Norte	45
Direção de Portos de Pesca e Lotas de Matosinhos	133
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Norte	37
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro	238
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Centro Sul	103
Direção de Portos de Pesca e Lotas do Algarve	502
TOTAIS	1353

Plataforma eletrónica de Contratação Pública

A utilização da plataforma eletrónica de contratação pública implica diversos procedimentos, exigentes, rigorosos e de grande responsabilidade, tendo a direção um papel determinante nesta




matéria, em virtude da Área de Compras da Docapesca estar afeta a esta Direção. Destacam-se, entre outros, os seguintes procedimentos/tarefas:

- Criação de anúncios eletrônicos na plataforma da INCM para os Concursos Públicos publicitados no Diário da República Eletrónico e no JOUE;
- Elaboração de Cadernos de Encargos e dos Programas de Concurso para a aquisição de Bens de Consumo, de imobilizado, e de Serviços (vigilância e Limpeza, entre outros), documentos que, depois de elaborados, são aprovados pelo Conselho de Administração, antes de serem lançados na plataforma;
- Lançamento dos Procedimentos no Plataforma Eletrónica.
- Abertura e Análise das propostas dos Concorrentes;
- Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final;
- Elaboração da carta de Adjudicação e da Minuta do Contrato a celebrar com o Vencedor.

Em 2017 a direção realizou 71 procedimentos de contratação pública: 10 Ajustes Diretos Simplificados; 21 Ajustes Diretos; e 40 Concursos Públicos.

Dos 40 concursos públicos realizados, 5 deles foram cancelados, um deles porque os concorrentes foram excluídos por não terem assinado digitalmente os documentos antes de os lançarem na Plataforma eletrónica, e os outros 4 porque nenhum dos concorrentes apresentou propostas com preço igual ou inferior ao preço base considerado.

TIPO	AJUSTES DIRETOS (AD)		CONCURSOS PÚBLICOS (CP)		TOTAIS (AD + CP)	
	N.º Procedt.ºs	Valores	N.º Procedt.ºs	Valores	N.º Procedt.ºs	Valores
BENS	5	47.516,74 €	6	449.940,52 €	11	497.457,26 €
SERVIÇOS	26	457.887,06 €	34	4.965.136,26€	60	5.423.023,32 €
TOTAL	31	505.403,80 €	40	5.415.076,78 €	71	5.920.480,58 €

Portal BaseGov

A Direção de Exploração regista, lança e faz o relatório de execução de todos os procedimentos de contratação pública realizados no seio da Empresa, quer se apresentem sob a forma de ajustes diretos, ou de concursos públicos.

No período em análise foram publicados no BASEGOV:

- Concursos Públicos – 47
- Ajustes Diretos – 276
- Relatórios de Execução – 359

SI 

Contratos de Transferência de Pescado

Com as alterações introduzidas pela Autoridade Tributária (AT) na circulação de mercadorias, a Docapesca (direção), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, elaborou, no decurso do ano de 2017, 46 contratos com os Armadores/Pescadores, para efetivar a transferência de pescado descarregado num determinado porto para ser vendido em local diferente do da descarga. Para além deste documento que acompanha o produto, foram emitidas, nas várias lotas nacionais, guias de transferência de pescado, por via eletrónica (com ligação à AT), onde constam todos os dados obrigatórios para a transferência do pescado em circulação.

Contratos de abastecimento direto de pescado

No decurso do ano de 2017 todos os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, e rececionados na direção, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a verificações, e, posteriormente, enviados para as respetivas Direções de Lotas, encontrando-se inseridos em ficheiro disponível na pasta pública para consulta. No período em análise verificou-se um aumento do número de contratos aprovados (+86), em relação a igual período de ano anterior, sendo que a distribuição dos contratos, por Organização de Produtores, foi conforme adiante designado:

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS	CONTRATOS APROVADOS	DIFERENÇA
	PELA DGRM EN 2017	PELA DGRM EN 2016	2017-2016
APARA	283	272	2
APROPESCA	200	191	-12
ARMALGARVE	35	0	35
ARTESANALPESCA	51	37	14
BARLAPESCAS	11	14	-3
BIVALMAR	9	11	-2
CAPA	116	86	30
CENTRO LITORAL	84	141	-57
OLHÃOPESCA	156	189	-33
OPCENTRO	258	220	38
PROPEIXE	8	16	-8
SESIBAL	43	44	-1
VIANAPESCA	572	519	53
TOTAIS	1.828	1.740	86

Vasilhame para acondicionamento de pescado

Ao abrigo dos Planos de Investimentos Correntes para os anos de 2017, 2016 e 2015, adquiriram-se as seguintes quantidades e respetivos montantes de caixas para acondicionamento de pescado, cuja distribuição se faz por toda a empresa.

AQUISIÇÃO DE CAIXAS PARA ACONDICIONAMENTO DE PESCADO						
	Laranja		Azuis		Custos Totais	
	Qt. ^{de}	Valor	Qt. ^{de}	Valor	Qt. ^{de}	Valor
2015	24.548	109.729,56 €	4.020	13.547,40 €	26.568	123.276,96 €
2016	33.220	148.493,40€	4000	13.600,00 €	37.220	162.093,40€
2017	38.375	165.012,50€	1.570	5.416,50 €	39.945	170.429,00€

Contratação de Observadores de Pesca

Zona NAFO

No âmbito desta temática foram efetuadas 25 solicitações para disponibilização de observadores, tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas as solicitações requeridas, ao abrigo do contrato que mantém com a Promarinha.

Zona CEEAF

No que concerne às observações solicitadas para esta Zona, foram efetuadas 4 solicitações para disponibilização de observadores (todas para a mesma embarcação, em Peniche), tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas as solicitações recebidas (Também Através do Fornecedor Promarinha). No 4.º trimestre não houve qualquer solicitação.

Atum Rabilho

No decurso do mês de Maio deu-se início, mais uma vez, à Abertura da pesca do Atum Rabilho para as Armações que, no Algarve, operam nesta atividade (TUNIPEX e REAL ATUNARA). Os Observadores foram colocados pela SeaExpert, entidade com quem a Docapesca estabeleceu contrato para disponibilização deste tipo de serviço.

No âmbito deste serviço, foram solicitados 3 pedidos mensais pela Armação "Tunipex", (para o mês de maio, para o mês de junho e para os primeiros 15 dias de julho). Para a Armação "Barril", da Real Atunara, foram destacados observadores apenas para o mês de junho (na totalidade), para dois dias de julho, e mais dois dias em agosto.

No quarto trimestre do ano em análise não houve qualquer solicitação dado que a quota se esgotou ainda no decorrer do 3.º trimestre.



 122

Faturação e Anulações no âmbito da 1.ª Venda de Pescado

Da análise das faturas anuladas na primeira venda de pescado em todos os estabelecimentos da Docapesca apuraram-se os seguintes dados:

	N.º Total de Faturas Emitidas	N.º de Faturas Anuladas	%
JANEIRO	24 379	47	0,19%
FEVEREIRO	22 072	48	0,22%
MARÇO	28 998	45	0,16%
ABRIL	27 581	48	0,17%
MAIO	32 024	69	0,22%
JUNHO	30162	75	0,25%
JULHO	32053	83	0,26%
AGOSTO	31901	55	0,17%
SETEMBRO	28353	60	0,21%
OUTUBRO	28186	65	0,23%
NOVEMBRO	25354	39	0,15%
DEZEMBRO	18407	62	0,34%

	FATURAS EMITIDAS	FATURAS ANULADAS	% de Anuladas
2015	339.821	594	0,17%
2016	344.020	533	0,15%
2017	329.470	696	0,21%

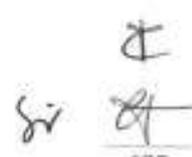
Os principais motivos para a anulação de faturas na primeira venda de pescado, durante 2017, foram: "dados incorretos".

Regulamentos Elaborados para implementação em Portos de Pesca

Foram estabelecidas várias reuniões para acerto e aprovação do regulamento de acesso ao Porto de Pesca de Sesimbra, cuja publicação em Diário da República e entrada em vigor se estima venha a suceder no primeiro trimestre de 2018.

Colaboração Institucional

A direção, como é hábito, vem mantendo uma relação próxima com as entidades oficiais (EXTERNAS) que coordenam, vistoriam e auditam os nossos estabelecimentos, e que conosco colaboram noutras áreas, nomeadamente com a DGRM, a DGAV, e as AUTARQUIAS.



Para além disso, a direção também colabora com as Unidades Internas, sendo um bom exemplo disso, a receção e o envio para os colegas das Delegações, de todos os despachos e notificações emitidos pela DGRM e pelo IPMA, cujas matérias têm diretamente a ver com a Primeira Venda de Pescado.

De igual modo, a direção, mantém uma relação próxima com a maioria das OP's e Associações de Pescadores a nível Nacional.

Informação ao Cliente/Consumidor

A direção, em colaboração com a DINF, tem vindo, logo desde o início do ano, a estabelecer contactos com os Grupos SONAE e AUCHAN para introdução alterações nas faturas de pescado que visam permitir aos clientes obter, com muito maior rapidez e mais facilidade (de forma digital), toda a informação que nelas é mencionada.

De igual modo, com a colaboração/participação de uma colega da direção, foram realizadas 3 ações (Mira, Aveiro e Figueira da Foz) de sensibilização e divulgação do manual de boas práticas para as embarcações junto dos armadores e pescadores.

A revisão e passagem para código nacional de boas praticas está a ser realizada em colaboração com o IPMA e a DGAV, estimando-se que esteja concluída no final de janeiro de 2018. A sua divulgação, estima-se, será efetuada, ainda, no primeiro trimestre de 2018.

7. Financeira

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. As lotas são dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climáticas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2017, a atividade das embarcações de pesca voltou a decrescer, acentuando a tendência que tem vindo a registar desde 2011. A comparação do ano em análise com o ano transacto revela um decréscimo de 8,5 mil toneladas (menos 8,2%) nas quantidades apresentadas para venda em lota, compensado pelo aumento do preço médio em 5,5%, o que acabou por se traduzir num decréscimo de 3,1% no valor do pescado transacionado (menos 6,2 milhões de euros). Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor de pescado transacionado, registaram um decréscimo de 558 mil euros, quando no ano transacto de 2015 haviam crescido 555 mil euros.

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços

si 

existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido concluída durante o exercício de 2017 a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto não ter permitido a conclusão do processo sem intervenção por avaliação externa, a Docapesca exerceu as competências adquiridas.

Em termos de resultados líquidos, as atividades da empresa traduziram-se num ano positivo em 2017 em cerca de 1.53 milhões de euros.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, o ano de 2017 salienta-se pelo arranque de um novo quadro comunitário ao nível dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, que acarreta algum desfasamento nos primeiros anos de vigência em relação ao investimento realizado, que se manteve ao nível do ano anterior (3,81 milhões de euros em comparação com os 3,39 de 2016). O recebimento de apenas 0,45 milhões de euros em subsídios, em comparação com os 3,54 do ano anterior, veio a ser determinante para que a evolução na tesouraria não pudesse apresentar o crescimento que as atividades operacionais geraram.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2017, capitais próprios positivos no montante de 15,16 milhões de euros que comparam com os 14,46 milhões de euros de 2016 e os 13,05 milhões de euros de 2015, representando a manutenção da evolução positiva após a inversão gerada pelas alterações decorrentes da fusão por incorporação/integração do IPTM.



8. Sistemas

O responsável desta direção foi nomeado em julho. Os principais trabalhos desenvolvidos desde essa data foram:

- Preparação da renovação da candidatura do projeto balcão do mar, ao SAMA, para o ano de 2017.
- Participação na elaboração das especificações técnicas do concurso público para a contratação do serviço de comunicações móveis.
- Participação no processo destinado a colocar um ecrã adicional na lota da Nazaré, para melhor visualização do pescado por parte dos compradores.
- Elaboração do procedimento para a contratação de serviços de desenvolvimento, com o objetivo de introduzir melhorias na aplicação de gestão documental.
- Elaboração do procedimento para a contratação de serviços de consultoria, com o objetivo de fazer o levantamento do sistema de leilão eletrónico de pescado.
- Participação nas tarefas de levantamento de processos existentes na Docapesca.
- Contratação de serviços de auditoria aos sistemas de comunicações e salvaguarda de dados.

43

127

9. Estatística

Q - I DELEG e POSTOS	ANO 2016			ANO 2017		
	kg	euros	€/kg	kg	euros	€/kg
NORTE	3.546.925	9.894.775	2,79	3.091.413	9.451.113	3,06
Viana do Castelo	1.599.774	3.700.847	2,31	1.494.040	3.664.505	2,45
Caminha	78.413	830.583	10,59	44.789	878.304	19,61
Esposende	56.945	202.400	3,55	56.797	226.354	3,99
V. Praia de Áncora	117.788	298.036	2,53	119.794	323.658	2,70
Castelo de Neiva	304.120	1.457.036	4,79	291.712	1.700.378	5,83
Apúlia/Fão	23.976	63.219	2,64	13.535	34.339	2,54
Povoa de Varzim	1.219.903	2.953.633	2,42	933.804	2.304.988	2,47
Vila Chã	16.436	69.861	4,25	12.484	56.810	4,55
Vila do Conde	129.571	309.159	2,39	124.458	261.776	2,10
MATOSINHOS	19.233.512	28.820.226	1,50	16.280.789	23.275.942	1,43
Matosinhos	18.894.896	28.379.631	1,50	16.075.630	22.913.259	1,43
Angeiras	49.614	183.205	3,69	43.184	178.772	4,14
Afurada	4.694	26.942	,74	4.714	35.165	7,46
Esmoriz	0	0	0,00	0	0	0,00
Aguda	4.473	37.297	8,34	4.290	40.944	9,55
Espinho	276.612	159.067	0,58	148.779	67.859	0,46
Valbom	3.224	34.085	10,57	4.192	39.943	9,53
CENTRO NORTE	18.278.181	24.936.403	1,36	18.946.627	27.630.303	1,46
Aveiro	8.805.779	13.129.500	1,49	8.138.335	12.689.616	1,56
Vagueira	60.541	75.118	1,24	26.557	39.744	1,50
Torreira	1.137.268	1.693.618	1,49	2.342.058	2.473.864	1,06
Mira	212.834	303.338	1,43	238.578	449.388	1,88
Furadouro	81.494	116.833	1,43	132.462	147.327	1,11
Cais do Bico	346.089	571.326	1,65	762.778	896.405	1,18
Figueira da Foz	7.634.175	9.046.670	1,19	7.305.859	10.933.959	1,50
CENTRO	15.323.505	40.485.565	2,64	17.404.426	43.391.884	2,49
Nazaré	4.250.029	8.410.902	1,98	3.883.900	7.820.282	2,01
Peniche	10.756.093	30.836.878	2,86	13.199.913	34.304.511	2,60
Foz do Arelho	185.491	705.540	3,80	110.716	538.136	4,86
Praia Vieira de Leiria	73.154	22.987	0,31	152.446	106.009	0,70
Cascais	48.661	508.911	10,46	57.451	622.946	10,84
Ericeira	77	347	4,50	0	0	0,00
CENTRO SUL	30.549.429	49.932.296	1,63	28.192.386	46.493.873	1,65
Sesimbra	17.301.437	24.457.100	1,41	16.668.840	23.477.923	1,41
Costa da Caparica	1.192.482	4.827.105	4,05	1.754.494	4.388.072	2,50
Trafaria	429.926	2.088.728	4,86	385.008	2.502.746	6,50
Fonte da Telha	635.887	906.518	1,43	1.354.292	1.082.461	0,80
Alcochete	0	0	0,00	0	0	0,00
Setúbal	2.325.344	5.993.845	2,58	2.002.881	5.994.176	2,99
Carrasqueira	120.829	482.224	3,99	101.902	416.137	4,08
Sines	8.402.709	10.428.981	1,24	5.789.876	7.835.213	1,35
V.N.Milfontes	76.953	365.091	4,74	77.280	421.185	5,45
Azenha do Mar	25.628	127.040	4,96	19.820	129.821	6,55
Zambujeira	38.235	255.663	6,69	37.992	246.138	6,48
SUL	17.481.731	47.688.151	2,73	11.983.030	45.259.331	3,78
Lagos	811.134	2.483.194	3,06	495.201	2.091.709	4,22
Sagres	1.245.958	5.581.281	4,48	1.041.187	5.316.060	5,11
Portimão	4.009.743	9.230.685	2,30	4.590.318	9.147.741	1,99
Albufeira	210.717	1.124.532	5,34	137.988	899.477	6,52
Olhão	5.025.621	7.025.797	1,40	2.077.866	6.056.766	2,91
Fuzeta	305.500	1.397.603	4,57	223.338	1.409.365	6,31
Quarteira	4.443.525	7.572.364	1,70	2.176.881	6.442.939	2,96
Tavira	123.434	708.979	5,74	70.965	463.414	6,53
Santa Luzia	402.086	2.233.447	5,55	225.096	1.715.944	7,62
V.R.S. António	904.013	10.330.269	11,43	944.192	11.715.917	12,41
TOTAL	104.413.283	201.747.415	1,93	95.898.670	195.502.446	2,04

No ano de 2017, nas lotas do continente, foram transacionadas 95.899 toneladas de pescado fresco, (menos 8.515ton que em 2016). O valor total foi de 195.502 mil euros (menos 6.245 mil euros que no ano anterior). O preço médio foi de 2,04€/kg, mais 0,11€/kg relativamente a 2016.

No quadro Q – I, figuram as quantidades, os valores e os preços médios registados, nos anos de 2016 e 2017, em cada uma das Delegações: Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Sul, bem como, os movimentos das lotas agregadas a cada uma das Delegações atrás referidas.

Na Delegação Norte, no ano de 2017 foram vendidas 3.091ton de pescado e o valor total foi de 9.451 mil euros a um preço médio de 3,06€/kg. Relativamente a 2016, menos 12,8% em volume, menos 4,4% em valor e uma subida de 9,7% no preço médio. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Polvo-vulgar, Sardinha, Carapau, Faneca e Biqueirão.

Na Delegação de Matosinhos, foram transacionadas 16.281ton e o valor das vendas foi de 23.276 mil euros ao preço médio anual 1,43€/kg. Comparando com 2016, menos 15,4% em volume, menos 19,2% em valor e uma quebra de 4,6% no preço. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Biqueirão, Sardinha, Cavala, Carapau e Amêijoa-branca.

Delegação Centro Norte, 18.947ton e 27.630 mil euros, com o preço médio anual de 1,46€/kg. Relativamente a 2016, mais 3,7% em volume, mais 10,8% em valor e uma considerável subida no preço médio, de 6,9%.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Carapau, Berbigão-vulgar, Biqueirão, Sardinha e Mexilhões.

Delegação Centro, 17.404ton e 43.392 mil euros, o preço médio anual foi de 2,49€/kg. Comparando com os dados do ano transato, verificou-se um aumento nas quantidades de 13,6%, o valor das vendas registou uma melhoria de 7,2%, não tão significativa quanto nas quantidades porque o preço médio registou uma quebra de 5,6%.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Carapau, Sardinha, Carapau-negrão, Cavala e Polvo-vulgar.

Delegação Centro Sul, 28.192ton e 46.494 mil euros, o preço médio 1,65€/kg. Relativamente a 2016, verificou-se uma quebra significativa nas quantidades, menos 7,7%. O valor das vendas caiu 6,9% e o preço médio manteve-se quase inalterado face ao ano anterior. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Cavala, Carapau, Sardinha, Peixe-espada-preto e Polvo-vulgar.

Delegação Sul, 11.983ton e 45.259 mil euros, o preço médio 3,78€/kg. Comparando com os dados de 2016, verificou-se uma quebra significativa de 31,5% no volume, o valor diminuiu 5,1%, em relação a 2016. O preço médio registou um aumento de 38,5%.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Sardinha, Polvo-vulgar, Carapau, Carapau-negrão e Cavala.

Gráfico 1 - Distribuição do Volume (toneladas) do Pescado por Delegação – 2016 e 2017

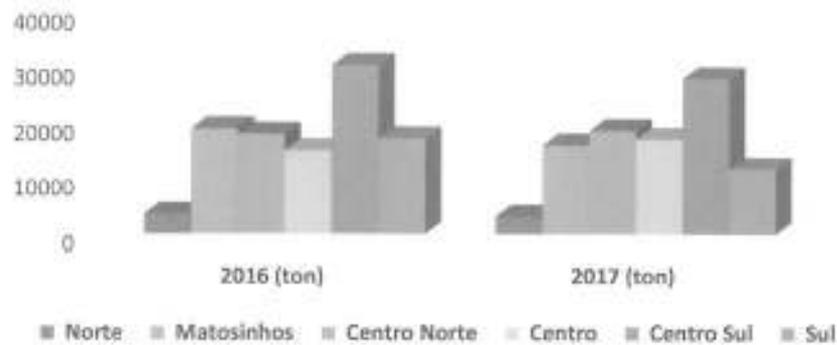
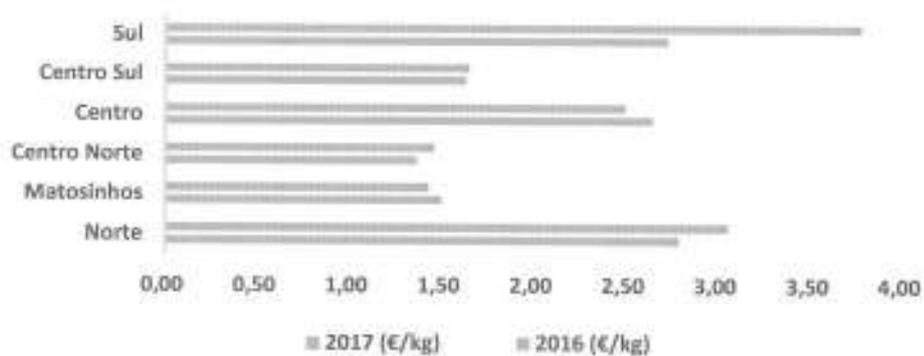


Gráfico 2 - Distribuição do Valor (mil €) do Pescado por Delegação 2016 e 2017



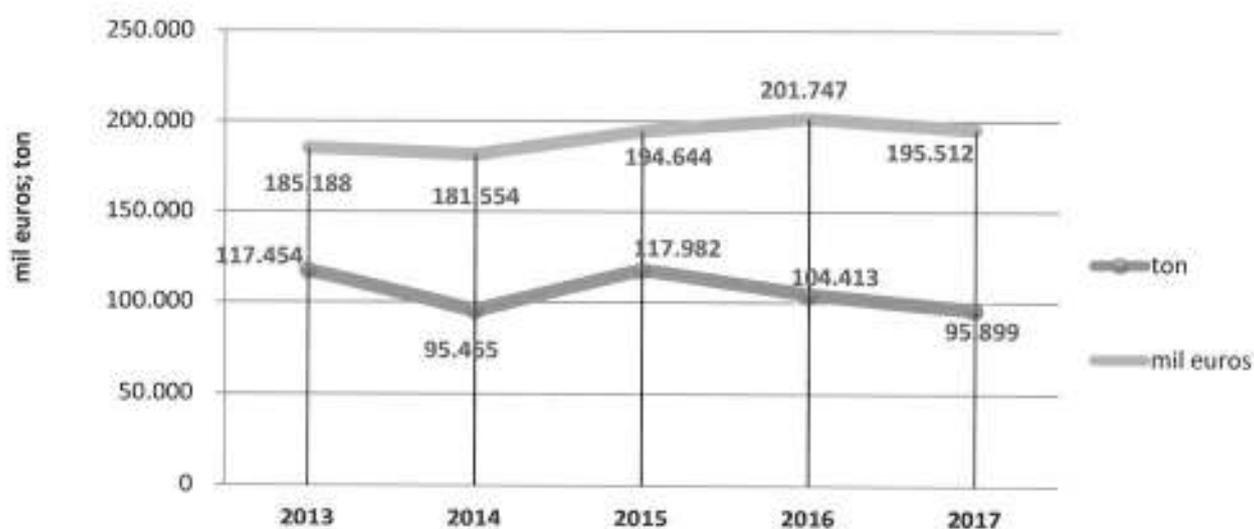
Gráfico 3 – Evolução Preços Médios (€/kg) do Pescado por Delegação 2016 e 2017



O quadro Q - II e o gráfico 4, ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2013 a 2017.

Q - II	TOTAIS PESCADO			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2013	117.454	185.188	1,58	-2,5%	-8,2%	-5,9%	2013/2012
2014	95.465	181.554	1,90	-18,7%	-2,0%	20,6%	2014/2013
2015	117.982	194.644	1,65	23,6%	7,2%	-13,3%	2015/2014
2016	104.413	201.747	1,93	-11,5%	3,6%	17,1%	2016/2015
2017	95.899	195.512	2,04	-8,2%	-3,1%	5,5%	2017/2016
				-18,4%	5,6%	29,3%	2017/2013

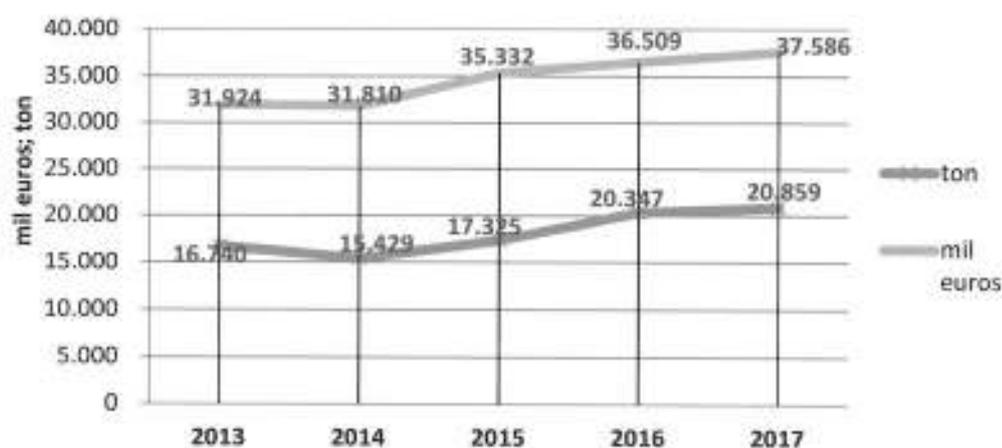
Gráfico 4 – TOTAIS PESCADO - Evolução 2013 A 2017



Nos quadros Q - III a Q - V e nos gráficos 5 a 7, figuram os movimentos do pescado transacionado nas lotas, nos últimos cinco anos, 2013 a 2017 e distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco.

ARTES: ARRASTO				Evolução (%) anoT/anoT-1			
Q - III	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2013	16.740	31.924	1,91	17,6%	-10,6%	-24,0%	2013/2012
2014	15.429	31.810	2,06	-7,8%	-0,4%	8,1%	2014/2013
2015	17.325	35.332	2,04	12,3%	11,1%	-1,1%	2015/2014
2016	20.347	36.509	1,79	17,4%	3,3%	-12,0%	2016/2015
2017	20.859	37.586	1,80	2,5%	3,0%	0,4%	2017/2016
				24,6%	17,7%	-5,5%	2017/2013

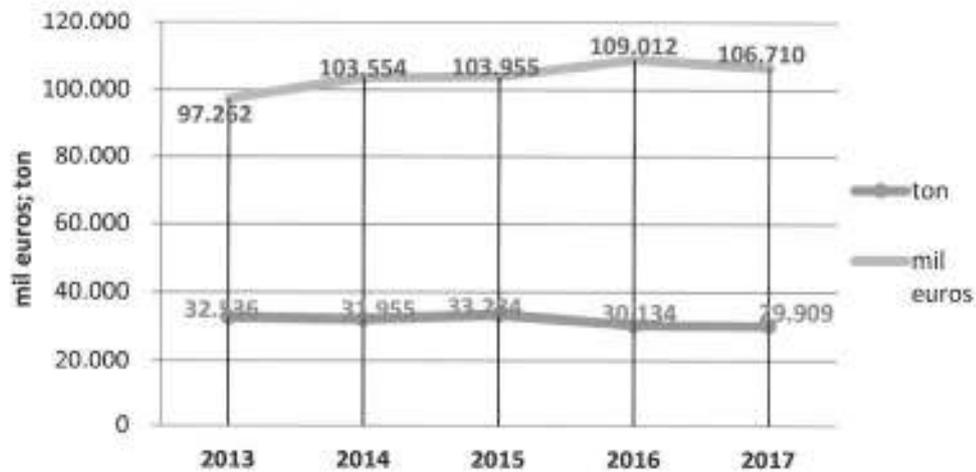
Gráfico 5 – ARRASTO - Evolução 2013 A 2017



ARTES: POLIVALENTES				Evolução (%) anoT/anoT-1			
Q - IV	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2013	32.536	97.262	2,99	4,0%	-5,0%	-8,7%	2013/2012
2014	31.955	103.554	3,24	-1,8%	6,5%	8,4%	2014/2013
2015	33.284	103.955	3,12	4,2%	0,4%	-3,6%	2015/2014
2016	30.134	109.012	3,62	-9,5%	4,9%	15,8%	2016/2015
2017	29.909	106.710	3,57	-0,7%	-2,1%	-1,4%	2017/2016
				-8,1%	9,7%	19,4%	2017/2013

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

Gráfico 6 – POLIVALENTES - Evolução 2013 A 2017

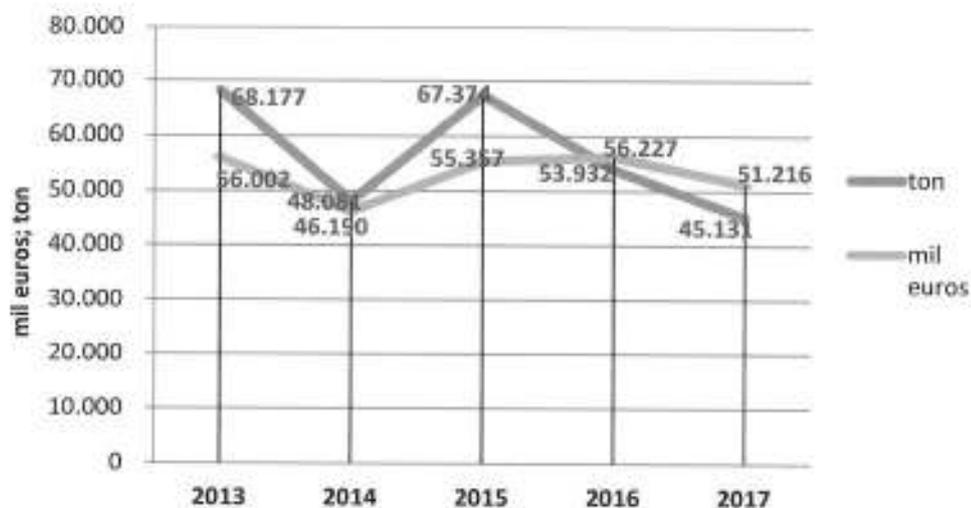


ARTE: CERCO

Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - V	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2013	68.177	56.002	0,82	-9,0%	-12,0%	-3,3%	2013/2012
2014	48.081	46.190	0,96	-29,5%	-17,5%	17,0%	2014/2013
2015	67.374	55.357	0,82	40,1%	19,8%	-14,5%	2015/2014
2016	53.932	56.227	1,04	-20,0%	1,6%	26,9%	2016/2015
2017	45.131	51.216	1,13	-16,3%	-8,9%	8,9%	2017/2016
				-33,8%	-8,5%	38,2%	2017/2013

Gráfico 7 – CERCO - Evolução 2013 A 2017



Handwritten initials and a signature.

10. Recursos Humanos

Evolução dos Efetivos

A Docapesca em 31 de dezembro de 2017 tinha no seu quadro de pessoal efetivo 487 trabalhadores, mais 8 comparativamente a 2016, dos quais 428 trabalhadores do seu quadro efetivo e 58 em regime de acordo cedência de interesse público. Destes, 55 são trabalhadores provenientes do ex-IPTM, integrados decorrente da publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, que determinou a assimilação de novas competências.

No balanço geral, o movimento acumulado, durante o ano em análise, encontra-se distribuído da seguinte forma:

Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2016	2017	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31/dezembro	479	487	8	2%
ENTRADAS:				
Readmissões	0	0	0	-
Admissões (Com Termo)	0	0	0	-
Admissões (Efetivos)	24	31	7	29%
Acordo de Cedência de Interesse Público	0	4	4	-
Total Entradas	24	35	11	0%
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	7	5	-2	-29%
Reformas Velhice	6	14	8	133%
Reformas Invalidez	1	0	-1	-100%
Reformas Velhice Antecipada	4	0	-4	-100%
Rescisões por Iniciativa Própria	8	4	-4	-50%
Despedimentos Justa Causa	0	1	1	-
Abandono do trabalho	0	1	1	-
Falecimentos	3	2	-1	-33%
Rescisões Contratos a Termo	3	0	-3	-100%
Total Saldas	32	27	-5	4%

As saldas registadas resultam, conforme se pode observar no quadro, essencialmente, de salidas naturais, nomeadamente, de reformas por velhice e rescisões de contratos por mútuo acordo.

Enquanto as entradas efetivadas de trabalhadores, durante o ano em análise, decorrem do pedido remetido e autorizado ao Ministério das Finanças (DGTF), com parecer favorável da Tutela Sectorial, para a contratação de 20 Operadores e 9 Técnicos Superiores/Administrativos. Contudo

foi ainda admitido um operador em substituição de uma saída por iniciativa própria ocorrida em 2016, decorrente da autorização de contratação do ano anterior, assim como uma entrada de Técnico Superior no início do ano decorrente ainda da autorização de contratação relativa ao ano de 2016.

Para reforço de algumas áreas, foram ainda admitidos 4 funcionários públicos através da celebração de Acordos de Cedência de Interesse Público.

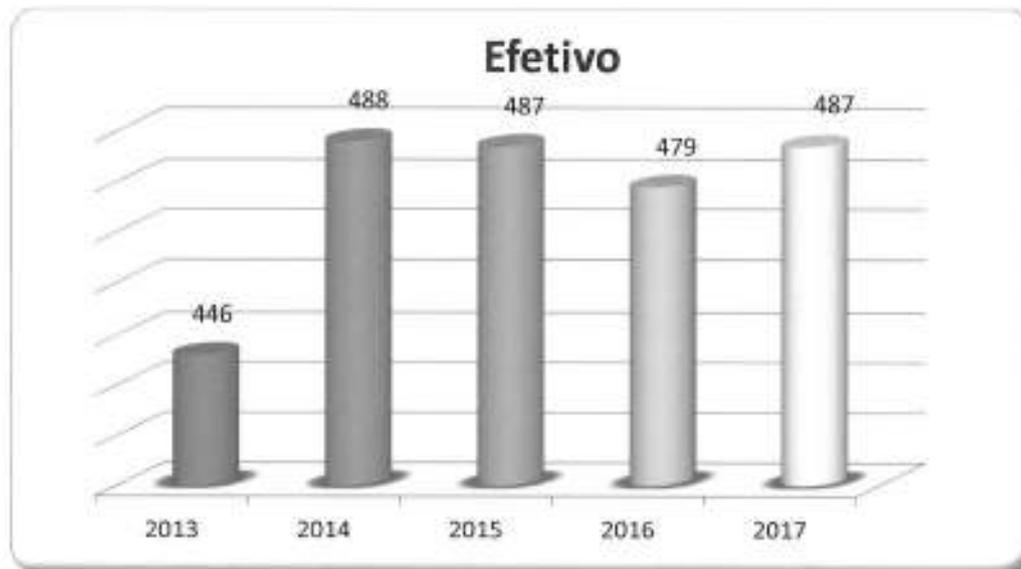
Em 2017 conjugando entradas e saídas de trabalhadores, a empresa aumentou o seu quadro de pessoal em cerca de 2%, com mais 8 trabalhadores, tentando assim compensar os sucessivos saídos negativos de trabalhadores nos últimos anos, resultantes na sua maioria de reformas por velhice, que não puderam ser substituídos devido às limitações a que a empresa se encontra sujeita.

Em 31 de Dezembro de 2017, a distribuição orgânica dos quatrocentos e setenta e nove (487) trabalhadores, independentemente do tipo de contrato em vigor, era a seguinte:

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31 Dezembro 2017				
Unidades Orgânicas		N.º Trabalhadores Efetivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo	Acordo de Cedência de Interesse Público
SEDE	Secretariado do Conselho de Administração	1		
	Direção de Assessoria Jurídica e Gestão Dominal	3		1
	Departamento de Assessoria Jurídica	3		
	Departamento de Controlo Orçamental e Av. de Risco	3		
	Departamento de Estatística	3		
	Departamento de Recursos Humanos	4		
	Departamento de Segurança Alimentar e Certificação	2		
	Direção de Apoio e Manutenção	3		1
	Direção de Auditoria e Controlo Interno (*)	1		
	Direção de Desenv. Emp. Inovação e Comunicação (**)	5		
	Direção de Exploração	7		1
	Direção de Informática	9		
	Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos	11		
	Direção de Sistemas			1
Direção Financeira	8			
	Total Sede	63	0	4
NORTE E MATOSINHOS	Viana do Castelo	7		
	Póvoa de Varzim	2		4
	Matosinhos	55		
CENTRO-NORTE	Aveiro	28		
	Figueira da Foz	26		3
CENTRO	Nazare	16		1
	Peniche	37		2
	Coimbra	5		
CENTRO-SUL	Sesimbra	31		
	Setúbal	17		
	Sines	5		
SUL	Sagres	10		2
	Lagos	9		2
	Portimão	29		2
	Albufeira	1		
	Quarteira	5		1
	Olhão	26		7
	Olhão/Faro			
	Tavira	8		3
	Santa Luzia	3		
	Vila Real de Santo António	2		3
	Total Delegações	363	0	30
Gestão Dominal	Nazare			7
	Peniche			11
	Faro			4
	Total Gestão Dominal	0	0	25
	Sub-Total	426	0	59
	Requisitados à Docapesca (**)	1		
	Licenças sem Vencimento (*)	1		
	TOTAL	428	0	59



Evolução dos Efetivos – 2013 / 2017



No final do ano de 2017, o número total de trabalhadores, conforme gráfico acima, aumentou em cerca de 2%, quando comparado com o ano anterior, e aumentou em cerca de 9% comparativamente ao ano 2013. Sublinhe-se que, não fora a integração dos 56 trabalhadores provenientes do ex-IPTM, o número total de trabalhadores do quadro efetivo da Docapesca no ano em análise seria de 428, representando uma redução de 5% em relação ao ano de 2013.

A antiguidade média dos efetivos situou-se, no final de 2017, nos 23,5 anos, tendo-se reduzido em 1 ano, face a 2016, em virtude da cessação de contrato de trabalhadores com maior antiguidade e pela admissão de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média dos trabalhadores, esta encontrava-se ligeiramente acima dos 50 anos, encontrando-se apenas 23% do efetivo na faixa etária inferior a 40 anos.

De uma forma geral, a empresa continua a manter uma política rigorosa e responsável de gestão e planeamento no âmbito dos recursos humanos, para a qual contribuiu a sua situação económico-financeira e, simultaneamente, as orientações da Tutela Sectorial conjugadas com as limitações de admissões de pessoal, decorrente das sucessivas Leis de Orçamento de Estado.

As substituições de ausências de trabalhadoras originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, foram colmatadas recorrendo à utilização de contratos de prestação de serviços de mão-de-obra e de utilização de trabalho temporário.

Valorização dos Recursos Humanos

Durante o ano de 2017 a Docapesca reforçou a sua aposta na formação profissional, capaz de gerar valor aos seus Recursos Humanos, quer de âmbito profissional quer de âmbito académico.

As ações de formação realizadas assumem um papel central, não só dotando os recursos humanos das competências técnicas necessárias ao desempenho mais eficaz e eficiente das funções que lhe estão atribuídas, como também contribuem para a manutenção dos níveis de motivação.

Neste domínio, durante o ano de 2017, foi dado um particular enfoque, pelo seu caráter estruturante, ao reforço do conhecimento dos procedimentos a nível de Segurança e Saúde no Trabalho e de Higiene e Segurança Alimentar, tal como ilustrado pelas temáticas das ações abaixo identificadas:

- Plano de Emergência Interno;
- Movimentação Manual de Cargas;
- Segurança Alimentar na Docapesca;
- Higienização de Espaços e Equipamentos;
- Identificação de Espécies de Pescado.

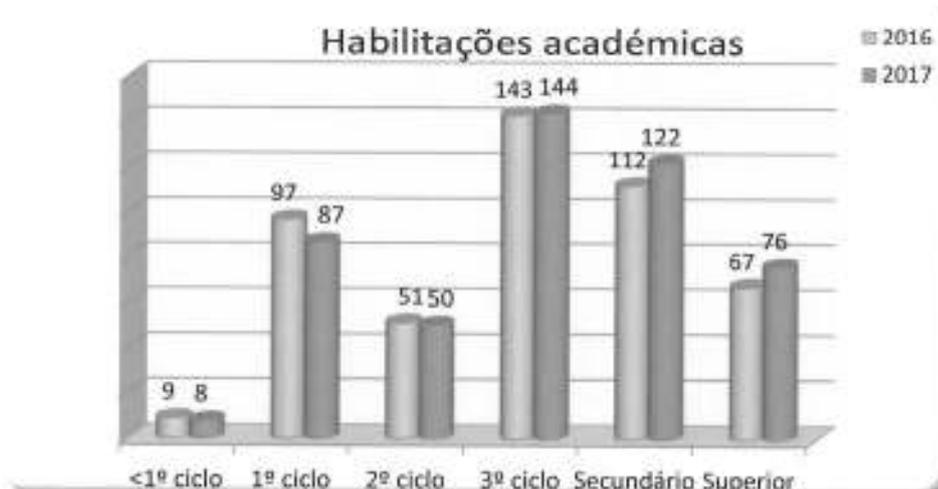
Assim foram ministradas 61 ações de formação com um total de 534 participações.

A atividade crescente, que tem sido desenvolvida, tanto na formação direcionada para trabalhadores da área administrativa, como para trabalhadores da área de exploração, expressa o reconhecimento da Empresa acerca do papel fundamental da formação, como forma de atualização permanente de conhecimentos e valorização dos recursos humanos potenciando a aplicação de melhores práticas e sinergias.

No cômputo geral foram realizadas 84 ações, que se traduziram em 1537 horas de formação e em 1527 participações.

O custo global imputado à realização de ações de formação, em 2017, ascendeu a 53.083,03€.

Habilitações Académicas



Em conformidade com os dados mencionados no gráfico supra mencionado, podemos constatar que, em termos globais, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efetivo da Empresa, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, registaram uma ligeira melhoria, nomeadamente, as habilitações ao nível do secundário e superior.

Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 3.º Ciclo, representam cerca de 70% do efetivo global, mais 7% quando comparado com ano transato.

O número de trabalhadores com o Ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2017, cerca de 30% do total de trabalhadores, contra os 37% do ano transato.

A qualificação dos trabalhadores tem vindo gradualmente a aumentar devido às saídas por motivo de reforma de trabalhadores menos qualificados, conjugada com a admissão de trabalhadores com as habilitações sempre superiores ou iguais ao nível secundário.

Evolução dos Gastos com o Pessoal (Total da Empresa)

ANOS	2016	2017	VARIACÃO	
			(2017/ 2016)	
Grupos de Contas e Rubricas	Total Real	Total Real	Valor	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	188.523,08 €	186.592,44 €	-1.930,64 €	-1,02%
Remunerações do Pessoal	8.529.982,43 €	8.661.287,76 €	131.305,33 €	1,54%
Total de Remunerações	8.718.505,51 €	8.847.880,20 €	129.374,69 €	1,48%
Pensões e Prémios para Pensões	179.123,00 €	35.206,00 €	-143.917,00 €	-80,35%
Encargos sobre Remunerações	1.962.820,09 €	1.974.951,62 €	12.131,53 €	0,62%
Seguro de Acidentes de Trabalho e Sinistros	64.134,05 €	84.947,32 €	20.813,27 €	32,45%
Seguro de Acidentes Pessoais	14.687,24 €	10.887,09 €	-3.800,15 €	-25,87%
Total de Encargos Obrigatórios	2.220.764,38 €	2.105.992,03 €	-114.772,35 €	-5,17%
Complemento Subsídio / Doença	29.057,07 €	26.459,17 €	-2.597,90 €	-8,94%
Hig. e Seg./Medicina Trabalho/Assit. Medicam.	27.504,24 €	18.633,30 €	-8.870,94 €	-32,25%
Atividades Desportivas e Culturais	21.982,66 €	25.257,51 €	3.274,85 €	14,90%
Seguro de Saúde	119.498,60 €	132.963,77 €	13.465,17 €	11,27%
Total – Custos Ação Social	198.042,57 €	203.313,75 €	5.271,18 €	2,66%
Fardamentos e Equipamentos	10.244,26 €	10.786,38 €	542,12 €	5,29%
Higienização de Vestuário Seg.	57.974,10 €	50.434,49 €	-7.539,61 €	-13,01%
Refeições e Alojamento em Serviço	355,10 €	356,18 €	1,08 €	0,30%
Indemnizações	391.184,00 €	190.000,00 €	-201.184,00 €	-51,43%
Formação Profissional	43.137,51 €	53.083,03 €	9.945,52 €	23,06%
Total – Outros Custos com Pessoal	502.894,97 €	304.660,08 €	-198.234,89 €	-39,42%
Total – Outros Custos com Pessoal	11.640.207,43 €	11.461.846,06 €	-178.361,37 €	-1,53%

Os Gastos com pessoal registaram, em 2017, uma redução cerca de € 178 mil (cerca de -1,5%) face aos contabilizados no exercício anterior resultante, em particular, da rubrica "Pensões e prémios para pensões" e da rubrica "Indemnizações".

Todos os outros custos com o pessoal não sofreram alterações significativas comparativamente ao ano anterior, com exceção da rubrica "Seguro de Acidentes de trabalho" que registou um aumento de cerca de 32% devido ao aumento da taxa decorrente do novo concurso.

Globalmente os custos com o pessoal tendem a aumentar devido, essencialmente, à reversão das reduções remuneratórias que ano em análise deixaram de existir.

Outros Indicadores Laborais

Contratação

O ano de 2017 foi, uma vez mais, um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais. Esta estabilidade é essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa, assim como o assumir de novas competências e atividades decorrentes da fusão por incorporação do extinto IPTM.

De acordo com as orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) sobre política salarial e redução de custos operacionais, manteve-se em vigor a redução remuneratória, a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios, de acordo com o disposto na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o OE 2017. Dando cumprimento à aplicação da presente Lei, e no seguimento do que já vem sido praticado desde 2011, a política e a gestão de ajustamento de recursos humanos, manteve-se condicionada com uma forte orientação para a redução de custos operacionais, nomeadamente a contratação de pessoal a termo.

Por forma a satisfazer as necessidades transitórias de trabalho, a empresa, recorreu no ano em análise a um concurso público de fornecimento de prestação de serviços de mão-de-obra, em horas, ao abrigo do cumprimento do Código da Contratação Pública.

Absentismo

A taxa média de absentismo no último triénio cifrou-se em cerca de 5,5%, contabilizando-se no ano em análise em 6,5%. Este indicador registou para o ano em análise um aumento de cerca de 13%, sendo que a maioria das ausências se deve ao número de baixas prolongadas por doença e sinistro, fruto da elevada média de idades do quadro de pessoal da empresa cujo escalão etário entre os 55 e os 64 anos de idade representa cerca de 50% do total do quadro de pessoal. Esta situação continua a merecer um acompanhamento permanente.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho verificou-se um ligeiro decréscimo do número de acidentes de trabalho, tendo o número de dias perdidos por sinistro reduzido para cerca de metade. É possível concluir da análise efetuada, que as atividades desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas SA, não estão associadas a riscos profissionais elevados.

Assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de

cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

As causas identificadas para a ocorrência de acidentes de trabalho encontram-se associadas ao risco de carácter físico e ergonómico anteriormente mencionados, sendo que, as mais expressivas são o manuseamento manual de cargas e as quedas ao mesmo e a diferentes níveis.

Acresce ainda referir, que a impossibilidade de contratação de recursos humanos, impossibilita a eficaz e eficiente gestão de recursos humanos, razão que encontra justificação nas subseqüentes limitações financeiras decorrentes das sucessivas Leis do Orçamento de Estado, mas sobretudo pela complexidade e morosidade do processo de recrutamento público, o qual é manifestamente incompatível com as necessidades diárias de uma empresa com as características da Docapesca Portos e Lotas, SA.

11. Segurança Alimentar

Relativamente ao processo de implementação na norma NP EN ISO 22000:2005, foi decidido alterar uma das lotas visadas, passando a ser o processo de certificação para as Lotas da Figueira da Foz e Póvoa de Varzim esta última em substituição da Lota de Peniche.

Foram realizadas reuniões conjuntas entre as direções visadas para podermos tornar o sistema apto para a certificação. Elementos dos serviços centrais passaram a participar nas reuniões, tornando a envolvimento de todos muito mais forte.

Foram realizadas as auditorias de 1.ª e 2.ª fase no 4.º trimestre de 2017. Após resposta às questões levantadas na auditoria de 2.ª fase, a APCER emitiu o certificado a 21/12/2017 para as Lotas da Póvoa de Varzim e Figueira da Foz no referencial NP EN ISO 22000:2005 no âmbito da primeira venda de pescado.

O processo de contratação da prestação de serviços de análises no âmbito da segurança alimentar, sofreu um ligeiro atraso, tendo sido assinado o contrato apenas em abril. O ano foi fechado com todas as análises previstas realizadas.

Foram identificadas em conjunto com a Direção de Infraestruturas as necessidades de obras a realizar para que seja possível a obtenção de Número de Controlo Veterinário nos postos de Tavira e Fuzeta. Sendo que para Tavira já está em projeto de execução.

Das vistorias realizadas no último trimestre de 2016, foi feito o levantamento das necessidades na lota de Aveiro e Póvoa de Varzim, continuando a decorrer a resolução das não conformidades levantadas.

As restantes lotas, nomeadamente Peniche, Nazaré, Sesimbra, Setúbal, Sines, Figueira da Foz e Costa da Caparica, tem vindo a ser resolvidas não conformidades pontuais.

Foram efetuados controlos de verificação da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) a diversas lotas. Destas visitas resultou uma melhoria significativa das não conformidades levantadas. No geral a DGAV manifestou agrado na evolução positiva das não conformidades levantadas.

Foi feito o levantamento das obras possíveis por parte da Direção de Infraestruturas, para melhoria das condições daquele estabelecimento e foi debatido internamente.

Este departamento tem elaborado procedimentos, instruções de trabalho e registos no âmbito da Segurança Alimentar, para a organização e divulgação de informação interna e externa.

Foi iniciado o processo para transformar o manual de boas práticas das embarcações existente num código de boas praticas. O objetivo é poder existir um código nacional aprovado pela DGAV a nível nacional e submeter à aprovação da comunidade europeia.

Continuam a decorrer os trabalhos para finalizar o Código de Boas Práticas das Embarcações.

Em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos, foi possível adequar as formações previstas para 2017 em segurança alimentar para obter o máximo de eficácia na formação destas

matérias. O objetivo é tornar a formação o mais pratico possível e próximo da realidade de cada local.

12. Controlo Orçamental e Avaliação de Risco

No âmbito das suas competências, durante o período de janeiro a dezembro de 2017 o DCO desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades.

- Revisão do orçamento para 2017, com repartição trimestral e mensal - e submissão do novo PAO 2017 no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF);
- Preparação do Relatório e Contas de 2016, na parte referente ao Relatório de Gestão e coordenação de toda a informação remetida pelas unidades orgânicas;
- Preparação do Relatório do Governo Societário de 2016;
- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do relatório de atividades e Demonstrações financeiras referentes ao 4.º trimestre de 2016, em colaboração com as Direções e Departamentos;
- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do relatório de atividades e Demonstrações financeiras referentes ao 1.º, 2.º e 3º trimestres, em colaboração com as Direções e Departamentos;
- Elaboração dos relatórios mensais de execução orçamental referente ao período de dezembro de 2016, e elaboração dos mapas financeiros referentes ao mesmo período. Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensal e do 4.º trimestre);
- Elaboração dos relatórios mensais de execução orçamental referente ao período de janeiro a novembro, e elaboração dos mapas financeiros referentes ao mesmo período. Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensais e os do 1.º, 2.º e 3º trimestres);
- Após aprovação dos relatórios trimestrais, foi efetuado o respetivo upload no SIRIEF;
- Submissão mensal dos mapas financeiros no SIRIEF;
- Preparação de informação necessária à tomada de decisão para o Conselho de Administração;
- Elaboração de propostas de comunicação de serviço – criação de mecanismos para assegurar o Prazo Médio de Pagamentos; criação de mecanismos de controlo e rasteio das declarações de cabimento;
- Elaboração de declarações de cabimento;
- Relato de desvios existentes face ao orçamento, sugerindo eventuais medidas de correção;
- Elaboração mensal do ficheiro para pagamento dos montantes cativados em lota sobre as vendas das embarcações da pesca local e costeira e também sobre as vendas fora de lota dos pescadores apeados e dos apanhadores de espécies marinhas. Transformação do ficheiro em formatação própria e disponibilização na rede;
- Monitorização e correção referente a faturas não certificadas;
- Controlo dos gastos operacionais, cumprindo o estipulado na Ordem de Serviço nº 6/2017 de acordo com as orientações do acionista;
- Envio mensal para todas as unidades orgânicas das matrizes, relativas aos gastos operacionais, atualizadas após cada fecho contabilístico;
- Coordenação do processo de elaboração do Orçamento de Exploração, incluindo a recolha de dados no sistema de informação de gestão da empresa (sistema SAP);



- Elaboração do documento final do Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, para 2018, e posterior apresentação ao Conselho de Administração;
- Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF e upload do PAO 2018.

*5. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal de Contas
e Relatório de Auditoria*